

Índice

Resultados Consolidados 1º Trimestre de 2025	3
1. Desempenho operacional	4
2. Desempenho financeiro	8
3. Outros destaques	15
4. Demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas	20

CTT – Correios de Portugal, S.A.

Resultados consolidados 1º trimestre 2025

No 1º trimestre de 2025 (1T25), os **rendimentos operacionais**¹ atingiram 288,5 M€ (+25,1 M€; +9,5% t.v.h²). Este crescimento sólido e continuado foi impulsionado pelo forte desempenho do Expresso e Encomendas e pela recuperação dos Serviços Financeiros.

- A **Logística** atingiu 242,4 M€ no 1T25 (+7,0% t.v.h) tendo representado 84% dos rendimentos totais dos CTT.
 - O **Expresso e Encomendas** (E&E) alcançou 124,7 M€, um aumento de 23,3 M€. E&E continua a ser a área de negócio que mais contribui para a receita do grupo CTT, registando novamente um crescimento de dois dígitos no trimestre (+23,0% t.v.h).
- O **Banco e Serviços Financeiros** atingiu 46,1 M€ (+25,4% t.v.h), impulsionado pelo aumento dos volumes de colocação de dívida pública, que têm recuperado ao longo dos últimos trimestres, e refletindo-se num aumento de 122,9% t.v.h dos rendimentos operacionais dos Serviços Financeiros no 1T25.

O **EBIT recorrente** foi 20,2 M€ no 1T25 (+3,3 M€; +19,5% t.v.h), com uma margem de 7,0% (+0,6pp vs. 6,4% no 1T24).

- A **Logística** registou 8,3 M€ (-5,8% t.v.h), uma vez que o crescimento do Expresso e Encomendas foi penalizado pelo desempenho do Correio e Outros dado o contributo especial das eleições legislativas que ocorreram no 1T24. O EBIT recorrente do E&E alcançou 7,0 M€ (+24,5% t.v.h), justificado pela conversão do retalho na Península Ibérica para o online, impulsionando o crescimento do tráfego (34,7 M de objetos, +15,0% t.v.h no trimestre).
- O **Banco e Serviços Financeiros** registou 11,9 M€ (+47,5% t.v.h). Os Serviços Financeiros atingiram 6,6 M€ (+125,9% t.v.h) devido ao sólido aumento da colocação de dívida pública (+474,2% t.v.h no 1T25).

O **cash flow operacional** consolidado situou-se em 7,1 M€ no 1T25 (comparativamente com 8,5 M€ verificado no 1T24), enquanto o cash flow operacional com o Banco CTT em método de equivalência patrimonial cresceu 20,5% t.v.h para 9,5 M€ no trimestre.

O **resultado líquido**³ atingiu 5,5 M€ no 1T25 (-1,9 M€ face ao 1T24).

	1T24	1T25	Δ	Δ%
Rendimentos operacionais ¹	263,5	288,5	25,1	9,5%
Logística	226,7	242,4	15,8	7,0%
Expresso e Encomendas	101,4	124,7	23,3	23,0%
Banco e Serviços Financeiros	36,8	46,1	9,3	25,4%
Gastos operacionais	229,4	248,7	19,2	8,4%
EBITDA ¹	34,0	39,9	5,8	17,2%
Depreciações e amortizações	17,1	19,7	2,5	14,8%
EBIT recorrente	16,9	20,2	3,3	19,5%
Logística	8,9	8,3	(0,5)	(5,8%)
Expresso e Encomendas	5,6	7,0	1,4	24,5%
Banco e Serviços Financeiros	8,0	11,9	3,8	47,5%
EBIT	14,9	11,2	(3,7)	(24,9%)
Resultado líquido do período ³	7,4	5,5	(1,9)	(25,9%)
	31.12.24	31.03.25	Δ	Δ%
Capital próprio	308,3	306,5	(1,8)	(0,6%)
Dívida líquida	(68,1)	(48,3)	19,8	29,1%
Dívida líquida c/ Banco CTT em MEP	205,8	223,4	17,7	8,6%
Dívida líquida/EBITDA (12m) c/ Banco CTT em MEP	1,6	1,7	0,1	4,3%

¹ Excluindo itens específicos.

² t.v.h - taxa de variação homóloga.

³ Atribuível a detentores de capital.

1. Desempenho operacional

Logística

Os rendimentos operacionais de Logística atingiram 242,4 M€ no 1T25 (+15,8 M€; +7,0% t.v.h). Este desempenho foi impulsionado pelo crescimento do Expresso e Encomendas (+23,0% t.v.h).

As receitas de Correio e Outros atingiram 117,7 M€ no 1T25 (-7,5 M€; -6,0% t.v.h). Este decréscimo decorreu fundamentalmente do desempenho do correio endereçado (-8,0 M€; -7,9% t.v.h) no seguimento das eleições legislativas que ocorreram no 1T24.

Logística	Milhões €			
	1T24	1T25	Δ	Δ%
Receitas	226,7	242,4	15,8	7,0%
Gastos Operacionais	202,6	216,7	14,2	7,0%
EBITDA	24,1	25,7	1,6	6,6%
EBIT Recorrente	8,9	8,3	(0,5)	(5,8%)
EBIT	6,9	(0,5)	(7,4)	(107,6%)

Expresso e Encomendas

Os **rendimentos operacionais** de Expresso e Encomendas alcançaram um total de 124,7 M€ no 1T25, um aumento de 23,3 M€ (+23,0% t.v.h), impulsionado pelo crescimento do tráfego para 34,7 milhões de objetos (+15,0% t.v.h). Em média, em dias úteis, foram registados cerca de 560 mil objetos/dia. Este bom desempenho foi impulsionado pela adoção continuada do *e-commerce*, pela crescente adesão a soluções de entrega rápidas e eficientes, pela expansão e modernização da rede de distribuição e diversificação dos serviços oferecidos. A unificação dos negócios em Portugal e Espanha numa única oferta ibérica tem sido um fator-chave na maximização da eficiência e na consolidação da posição dos CTT no mercado da Península Ibérica.

Como parte do compromisso em apoiar o crescimento do *e-commerce*, os CTT continuam a expandir a sua rede de cacifos Locky tanto em Portugal como em Espanha. No final do 1T25, os CTT tinham instalados um total de 1 077 cacifos Locky em Portugal e em Espanha, onde a expansão começou recentemente com 40 cacifos já instalados e mais de 20 cacifos contratados.

O serviço de desalfandegamento (*customs clearance*) dos CTT tem-se tornado cada vez mais relevante, especialmente para grandes clientes internacionais. Integrando-se de forma eficaz com a cadeia logística

do *e-commerce* dos CTT, este serviço tem um papel fundamental na redução dos prazos de entrega para clientes que induzem tráfego de E&E de fora da UE.

O **EBIT recorrente** do negócio de E&E atingiu 7,0 M€ (+24,5% t.v.h), impulsionado pelo crescimento das receitas.

A aquisição da Cacesa, já concluída e a ser integrada a partir de abril de 2025, vem fortalecer a liderança dos CTT no *customs clearance*.

A Cacesa é uma empresa especializada no desalfandegamento de comércio eletrónico internacional, com presença em 15 países, e é reconhecida pelos seus serviços de distribuição e transporte de carga, com uma forte atuação em mercados como Espanha, Itália, Bélgica e Polónia. Este movimento estratégico reforça a posição dos CTT como um dos principais *players* no mercado de soluções logísticas e *e-commerce*, consolidando a sua competitividade.

Correio e Outros

Os **rendimentos operacionais** de Correio e Outros atingiram 117,7 M€ no 1T25 (-7,5 M€; -6,0% t.v.h). O decréscimo registado no 1T25 face ao 1T24 deve-se inteiramente às receitas adicionais provenientes das eleições legislativas realizadas no 1T24. Excluindo este efeito, os rendimentos do Correio e Outros teriam registado um ligeiro crescimento de 0,2% face ao ano anterior (+0,3 M€).

Os rendimentos do correio endereçado atingiram 92,8 M€ no 1T25 (-8,0 M€; -7,9% t.v.h). Ajustando pelo efeito acima mencionado, as receitas do correio endereçado teriam sido globalmente estáveis (-0,2 M€; -0,2% t.v.h).

Os rendimentos do correio endereçado beneficiaram de um ligeiro incremento da receita média por objeto, fruto do aumento de preço e da evolução do mix, tendo compensado a queda de tráfego do correio endereçado.

A 1 de Fevereiro entraram em vigor os novos preços para 2025, relativos aos serviços postais. A variação

média anual dos preços do Serviço Universal⁴ foi de 6,53%. A variação média no 1T25 foi de +7,09%.

No 1T25, as soluções empresariais atingiram rendimentos operacionais de 13,0 M€ (+1,1 M€; +8,8% t.v.h). Os negócios de *business process outsourcing* (BPO) e de soluções de *contact center* continuaram a crescer, em resultado da angariação de novos clientes em diferentes setores. Destaque ainda para a aposta em novas soluções digitais B2B.

O **EBIT recorrente** de Correio e Outros no 1T25 atingiu 1,3 M€ (-1,9 M€; -59,0% t.v.h). Excluindo o efeito das eleições no 1T24, o EBIT recorrente teria apresentado um crescimento de 219,0%, refletindo fundamentalmente as medidas de gestão de custos tomadas na unidade de negócio.

Excluindo o efeito das eleições no 1T24, o EBIT recorrente teria apresentado um crescimento de 219,0%.

Banco e Serviços Financeiros

Os **rendimentos operacionais** do Banco e Serviços Financeiros atingiram 46,1 M€ no 1T25 (+9,3 M€; +25,4% t.v.h). Este desempenho, quando comparado com período homólogo, foi fortemente impactado pelo crescimento da colocação de títulos de dívida pública.

O **EBIT recorrente** situou-se nos 11,9 M€, o que corresponde a um crescimento de 3,8 M€ (+47,5% t.v.h) quando comparado com o período homólogo.

	Milhões €			
Banco e Serviços Financeiros	1T24	1T25	Δ	Δ%
Rendimentos Operacionais	36,8	46,1	9,3	25,4%
EBIT Recorrente	8,0	11,9	3,8	47,5%
Margem EBIT Recorrente (p.p.)	21,9%	25,7%		

Banco

Os **rendimentos operacionais** do Banco CTT atingiram 33,6 M€ no 1T25 (+2,4 M€; +7,7% t.v.h), impulsionados pelo desempenho positivo da margem financeira (25,2 M€; +4,6% t.v.h) e das comissões recebidas (7,8 M€; +18,0% t.v.h).

No final do 1T25, o número de contas à ordem era 688 mil (mais seis mil face a dezembro de 2024).

Os volumes de negócios atingiram 7,08 mM€, um aumento de 14,4% t.v.h, impulsionados (i) pelo

crescimento continuado dos depósitos, que se situaram em 4 002,5 M€ no 1T25, um aumento de 15,3% t.v.h, (ii) pela aceleração do crédito à habitação que, líquido de imparidades, atingiu 851,5 M€ (+15,6% t.v.h) e (iii) pelo crescimento de 8,3% do crédito automóvel que atingiu 949,5 M€ no 1T25.

Os juros recebidos do crédito automóvel atingiram 16,2 M€ no 1T25 (+1,5 M€; +10,6% t.v.h), ascendendo a uma carteira líquida de imparidades de 949,4 M€ (+1,3% face a dezembro de 2024). A produção de

⁴ Inclui correspondências, correio editorial e encomendas do serviço universal, excluindo o correio internacional de chegada.

crédito automóvel situou-se em 275,1 M€ no 1T25 (+2,9% t.v.h).

Os juros recebidos de crédito à habitação totalizaram 7,3 M€ no trimestre (-0,5 M€; -6,7% t.v.h), refletindo principalmente a evolução das taxas Euribor desde o 1S23.

Devido à aplicação de maiores montantes em títulos de dívida soberana, a carteira de investimentos do Banco registou um aumento de 5,0 M€ em juros recebidos no 1T25. Os outros juros recebidos registaram um decréscimo de 6,0 M€ no trimestre, fruto da diminuição da remuneração dos valores aplicados no banco central, impactados pela descida das taxas de juro diretas do Banco Central Europeu (BCE).

As comissões recebidas atingiram 7,8 M€ no 1T25 (+1,2 M€; +18,0% t.v.h), destacando-se as contribuições positivas das comissões recebidas de crédito habitação, seguros, crédito ao consumo e contas e cartões, que ascenderam a 5,7 M€ (+1,0 M€; +19,9% t.v.h).

O rácio de transformação ascendeu a 45,3% no final do trimestre.

O custo do risco no trimestre situou-se em 1,0% (+0,5 p.p. face a dezembro 2024), influenciado por níveis menores de risco nas carteiras de crédito ao consumo.

O rácio de transformação ascendeu a 45,3% no final do trimestre.

O **EBIT recorrente** ascendeu a 5,2 M€ (+2,2% t.v.h) graças ao crescimento da produção de crédito a clientes e aceleração significativa da produção de *Off-Balance* que foram parcialmente compensados (i) pelos custos iniciais da especialização das lojas mais importantes (*hubs* Banco CTT) e (ii) pelo aumento das depreciações em resultado dos investimentos anteriores em tecnologia e sistemas informáticos, os quais se espera que venham a gerar crescimento adicional futuro.

Serviços Financeiros

Os **rendimentos operacionais** dos Serviços Financeiros atingiram 12,5 M€ no 1T25 (+6,9 M€; +122,9% t.v.h). Este crescimento deve-se sobretudo ao sólido desempenho dos títulos de dívida pública.

O ano de 2024 foi marcado por uma nova revisão dos limites de colocação por subscritor dos títulos de dívida pública. Num quadro de forte descida das taxas dos depósitos a prazo, os certificados de aforro passaram a estar na liderança das melhores taxas de juros entre todas as aplicações de capital garantido.

O alargamento ao canal digital tem-se progressivamente revelado uma mais-valia, na medida em que serve principalmente públicos-alvo mais digitais que são atraídos por este tipo de poupança. Este canal representa já 7% do volume de operações de subscrição do produto e 2,5% do montante global de subscrições, correspondendo o valor subscrito a mais de 42 milhões de euros.

Os títulos de dívida pública (certificados de aforro e certificados do tesouro poupança crescimento) apresentaram rendimentos de 8,5 M€ no 1T25 (+6,4 M€; +308,2% t.v.h).

No 1T25, foram efetuadas subscrições no montante de 1.692,8 M€, o que compara com 294,8 M€ no 1T24 (+474,2% t.v.h).

Para lá da distribuição de dívida pública, os CTT têm vindo a reposicionar a sua rede de retalho para a distribuição de serviços (*retail as a service*). Esta estratégia inclui a distribuição de: (i) dívida pública; (ii) produtos de seguros; (iii) produtos e serviços de correio e de expresso e encomendas, primordialmente em *self-service*; e (iv) serviços de conveniência para os cidadãos.

Neste contexto, assente na parceria de distribuição com a Generali, os CTT alargaram os seus produtos ao segmento B2B com uma nova oferta de seguros para empresas, abrangendo seguros de Acidente de Trabalho, Automóvel / Frota e Multirriscos. De salientar, o desempenho comercial em termos de distribuição de planos de saúde, que já atingiram os 32,4 mil.

Tendo em conta o enquadramento anteriormente referido, o **EBIT recorrente** do 1T25 situou-se em 6,6 M€ (+3,7 M€; +125,9% t.v.h).

2. Desempenho financeiro

Demonstração de resultados

	1T24	1T25	Δ	Δ%
Milhões €				
Rendimentos operacionais	263,5	288,5	25,1	9,5%
Logística	226,7	242,4	15,8	7,0%
Expresso e Encomendas	101,4	124,7	23,3	23,0%
Correio e Outros	125,3	117,7	(7,5)	(6,0%)
Banco e Serviços Financeiros	36,8	46,1	9,3	25,4%
Serviços Financeiros	5,6	12,5	6,9	122,9%
Banco CTT	31,1	33,6	2,4	7,7%
Gastos operacionais	229,4	248,7	19,2	8,4%
Gastos com pessoal	102,2	107,1	4,9	4,8%
FSE	114,8	129,7	15,0	13,0%
Imparidades e provisões	5,8	4,4	(1,4)	(23,9%)
Outros gastos	6,6	7,4	0,8	11,8%
EBITDA	34,0	39,9	5,8	17,2%
Depreciações e amortizações	17,1	19,7	2,5	14,8%
EBIT recorrente	16,9	20,2	3,3	19,5%
Logística	8,9	8,3	(0,5)	(5,8%)
Expresso e Encomendas	5,6	7,0	1,4	24,5%
Correio e Outros	3,2	1,3	(1,9)	(59,0%)
Banco e Serviços Financeiros	8,0	11,9	3,8	47,5%
Serviços Financeiros	2,9	6,6	3,7	125,9%
Banco CTT	5,1	5,2	0,1	2,2%
Itens específicos	2,0	9,0	7,0	357,9%
Reestruturações empresariais e projetos estratégicos	0,4	6,7	6,3	»
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	1,6	2,3	0,8	48,3%
EBIT	14,9	11,2	(3,7)	(24,9%)
Resultados Financeiros (+/-)	(4,1)	(4,0)	0,1	2,1%
Rendimentos financeiros líquidos	(4,1)	(4,0)	0,1	2,2%
Gastos e perdas financeiros	(4,1)	(4,2)	(0,1)	(3,5%)
Rendimentos financeiros	0,0	0,2	0,2	»
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,0	0,0	0,0	(119,5%)
Imposto sobre rendimento	3,4	1,2	(2,2)	(63,8%)
Interesses não controlados	0,0	0,5	0,5	»
Resultado líquido do período	7,4	5,5	(1,9)	(25,9%)

Rendimentos operacionais

Os **rendimentos operacionais** atingiram 288,5 M€ no 1T25 (+25,1 M€; +9,5% t.v.h), impulsionados pela Logística (+15,8 M€; +7,0% t.v.h), com particular destaque para o Expresso e Encomendas (+23,3 M€; +23,0% t.v.h).

Banco e Serviços Financeiros (+9,3 M€; +25,4% t.v.h) registaram uma variação positiva devido, principalmente, à recuperação da colocação de dívida pública que se tem verificado desde o 4T24.

Gastos operacionais

No 1T25, os **gastos operacionais** (relativos a EBITDA) totalizaram 248,7 M€ (+19,2 M€; +8,4% t.v.h.), sendo o crescimento essencialmente explicado pelo aumento da atividade de Logística, em especial o Expresso e Encomendas.

Os **gastos com pessoal** cresceram 4,9 M€ (+4,8% t.v.h.) no período, essencialmente devido ao aumento salarial anual. Adicionalmente, o aumento nos gastos com pessoal é também explicado (i) pelo crescimento da atividade de expresso e encomendas, (ii) pelo investimento na especialização de lojas-chave do Banco CTT e (iii) pelo reforço das atividades de *contact center* e gestão documental na área de soluções empresariais que estão integrados em Correio e Outros.

Os gastos com **fornecimentos e serviços externos** aumentaram 15,0 M€ (+13,0% t.v.h.), impulsionados pelo crescimento do negócio, nomeadamente Expresso e Encomendas (+17,9 M€), devido essencialmente aos gastos diretos dos serviços.

As **imparidades e provisões** diminuíram 1,4 M€ (-23,9% t.v.h.), em resultado da redução de imparidades nos negócios de correio e E&E (-1,5 M€).

Os **outros gastos** aumentaram 0,8 M€ (+11,8% t.v.h.), com um contributo significativo do negócio de retalho (+0,5 M€) por via da retoma de venda de lotarias na rede de lojas.

As **depreciações e amortizações** aumentaram 2,5 M€ (+14,8% t.v.h.) essencialmente devido a investimentos passados em sistemas de informação (+0,5 M€), edifícios e instalações (+0,9 M€) e frota (+0,9 M€).

Os **itens específicos** ascenderam a 9,0 M€, devido essencialmente a: (i) reestruturações, incluindo acordos de suspensão de contratos de trabalho (4,4 M€); (ii) custos associados a fusões e aquisições (2,1 M€); e (iii) projetos estratégicos (1,1 M€).

EBIT recorrente

O **EBIT recorrente** situou-se em 20,2 M€ no 1T25 (+3,3 M€; +19,5% t.v.h.), com uma margem de 7,0% (6,4% no 1T24), beneficiado pelo bom desempenho de Expresso e Encomendas (+1,4 M€; +24,5% t.v.h) e dos Serviços Financeiros (+3,7 M€; +125,9% t.v.h).

Resultado líquido

Os resultados financeiros consolidados atingiram -4,0 M€ (+0,1 M€; +2,1% t.v.h) no 1T25.

Os gastos e perdas financeiros incorridos ascenderam a 4,2 M€ (+0,1 M€; +3,5% t.v.h.), incorporando maioritariamente (i) os gastos financeiros com benefícios pós-emprego e de longo prazo aos empregados/as de 1,5 M€, (ii) os juros suportados com os passivos de locação no âmbito da aplicação da IFRS 16 no valor de 1,5 M€ e (iii) os juros de financiamentos bancários no montante de 1,0 M€.

Os CTT obtiveram no 1T25 um **resultado líquido consolidado** atribuível a detentores de capital do grupo CTT de 5,5 M€, 1,9 M€ abaixo do obtido no período homólogo de 2024. O imposto sobre o rendimento apresenta uma evolução positiva (-2,2 M€; -63,8% t.v.h.) em parte explicada pelo reconhecimento de impostos diferidos relacionados com a diferença temporária gerada na operação de *sale & leaseback* associado à fase II de transferência de imóveis para a CTT IMO Yield.

Trabalhadores

Em 31 de março de 2025, o número de trabalhadores/as dos CTT (efetivos/as do quadro e contratados/as a termo) era de 13 366, (-101; -0,7% t.v.h.), tal como se mostra no quadro abaixo.

	31.03.2024	31.03.2025	Δ	Δ%
Expresso e Encomendas	1 760	2 075	315	17,9%
Correio e Outros	11 156	10 622	(534)	(4,8%)
Serviços Financeiros	37	33	(4)	(10,8%)
Banco CTT	514	636	122	23,7%
Total, do qual:	13 467	13 366	(101)	(0,7%)
Efetivos do quadro	11 581	11 609	28	0,2%
Contratados a termo	1 886	1 757	(129)	(6,8%)
Portugal	12 386	11 932	(454)	(3,7%)
Outras geografias	1 081	1 434	353	32,7%

Demonstração de fluxos de caixa

	Milhões €			
	1T24	1T25	Δ	Δ%
EBITDA	34,0	39,9	5,8	17,2 %
IFRS16 c/ impacto no EBITDA	(8,2)	(10,5)	(2,3)	(27,7 %)
Imparidades & provisões	5,5	4,2	(1,3)	(24,0 %)
Itens específicos*	(2,0)	(9,0)	(7,0)	«
Investimento	(8,6)	(7,6)	1,0	11,8 %
Δ Fundo de Maneio	(12,3)	(9,9)	2,4	19,4 %
Cash Flow operacional	8,5	7,1	(1,4)	(16,5%)
Benefícios aos empregados	(4,6)	(4,8)	(0,3)	(6,2%)
Impostos	(0,1)	0,0	0,1	98,8%
Cash Flow livre	3,9	2,3	(1,6)	(41,0%)
Dívida (capital + juros)	(55,0)	(2,0)	53,0	96,3%
Dividendos	0,0	0,0	0,0	0,0%
Aquisição de ações próprias	(7,0)	(10,3)	(3,3)	(46,9%)
Alienação de edifícios	0,0	0,0	0,0	(100,0%)
Investimentos em empresas	32,4	3,3	(29,2)	(89,8%)
Variação de Caixa ajustada	(25,7)	(6,8)	19,0	73,7%
Δ Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. e outros e Banco CTT ⁵	(71,7)	(0,5)	71,3	99,4%
Δ Outros saldos de Caixa ⁶	1,9	1,8	(0,2)	(9,7%)
Variação de Caixa	(95,5)	(5,5)	90,1	94,3%

*Itens específicos com impacto no EBITDA.

A Empresa gerou no 1T25 um *cash flow* operacional de 7,1 M€ (-1,4 M€; -16,5% t.v.h.). Assistiu-se a um desempenho positivo do EBITDA (+5,8 M€; +17,2% t.v.h.) e fundo de maneio (+2,4 M€) que foi mais do que compensado pela evolução negativa dos itens específicos (-7,0 M€) e *non-cash itens* (-3,6 M€). O investimento, ainda que com algum decréscimo face ao mesmo período de 2024 (-1,0 M€), manteve-se em níveis muito semelhantes reforçando a aposta da empresa no desenvolvimento dos negócios de Expresso e Encomendas e Banco CTT.

Ao nível do fundo de maneio, no 1T25, observou-se uma evolução positiva face ao período homólogo (+2,4 M€) que resulta essencialmente do comportamento das rubricas relacionadas com

EBITDA, com particular destaque para a melhoria das contas a receber, consequência direta de uma gestão mais eficiente das cobranças de clientes. Em sentido contrário, manteve-se o impacto negativo dos itens relacionados com o investimento (-6,9 M€) que refletem o elevado nível realizado no 4T24, e cuja liquidação já impactou o 1T25.

A caixa ajustada foi essencialmente afetada pela aquisição de ações próprias (-10,3 M€) e, em sentido contrário, pela alienação de ações da CTT IMO Yield (segunda fase da transação de imobiliário anunciada em 4 de maio de 2023), na sequência do aumento de capital em espécie realizado pelos CTT, que se traduziu num recebimento de 3,2 M€.

⁵ A variação das responsabilidades líquidas dos Serviços Financeiros e Banco CTT reflete a evolução dos saldos credores perante terceiros, depositantes ou outros passivos financeiros bancários, deduzidos dos valores aplicados em crédito ou investimentos em títulos/ativos financeiros bancários, das entidades que prestam serviços financeiros do Grupo CTT, designadamente, os serviços financeiros dos CTT, a Payshop, o Banco CTT e a 321 Crédito.

⁶ A variação dos outros saldos de caixa reflete a evolução dos saldos de depósitos à ordem no Banco de Portugal do Banco CTT, cheques a cobrar/compensação de cheques do Banco CTT e imparidade de depósitos e aplicações bancárias.

Demonstração da posição financeira consolidada

	31.12.2024	31.03.2025	Δ	Δ%
Ativo não corrente	2 519,9	2 637,4	117,5	4,7%
Ativo corrente	3 188,9	2 988,6	(200,3)	(6,3%)
Total do Ativo	5 708,8	5 626,0	(82,8)	(1,4%)
Capital próprio	308,3	306,5	(1,8)	(0,6%)
Total do passivo	5 400,5	5 319,5	(81,0)	(1,5%)
Passivo não corrente	603,9	600,0	(3,9)	(0,6%)
Passivo corrente	4 796,6	4 719,5	(77,1)	(1,6%)
Total capital próprio e passivo consolidado	5 708,8	5 626,0	(82,8)	(1,4%)

Na comparação da demonstração da **posição financeira consolidada** em 31.03.2025 com a de 31.12.2024, destaca-se que:

O **ativo** decresceu 82,8 M€, essencialmente devido ao decréscimo na rubrica de outros ativos financeiros bancários (-162,8 M€) em resultado da redução das aplicações realizadas pelo Banco CTT em bancos centrais, parcialmente compensado pelo acréscimo na rubrica de crédito a clientes bancários (+63,4 M€) e ativos fixos tangíveis (+12,3 M€) em resultado do aumento dos direitos de uso, consequência direta de novos contratos de arrendamento de imóveis e *leasings* de viaturas.

O **capital próprio** diminuiu 1,8 M€ face a 31.12.2024. Este decréscimo é explicado principalmente (i) pelo resultado líquido atribuível a detentores do capital do Grupo CTT no 1T25 no montante de 5,5 M€ e (ii) pelo reconhecimento de interesses não controlados no valor de 3,4 M€ no período, que foram mais do que compensados pela aquisição de ações próprias no montante de 10,3 M€ durante o 1T25.

O **passivo** decresceu 81,0 M€, justificado, essencialmente, pela rubrica de depósitos de clientes bancários e outros empréstimos (-60,7 M€) e da rubrica das contas a pagar (-18,8 M€) em resultado do decréscimo dos fornecedores gerais e de

investimento, este último fruto do elevado nível de investimento ocorrido no 4T24 e cuja liquidação ocorreu no 1º trimestre de 2025.

Dívida líquida consolidada

Na comparação da **dívida líquida consolidada** em 31.03.2025 com a de 31.12.2024, destaca-se:

A 31 de março de 2025, a **caixa ajustada** era de 287,6 M€, uma redução de 6,8 M€ face a 31 de dezembro de 2024. O desempenho ao nível da caixa ajustada é resultado do *cash flow* operacional gerado (7,1 M€) e do recebimento de 3,2 M€ na sequência da alienação de ações da CTT IMO Yield como já referido anteriormente, os quais foram mais do que contrabalançados por (i) pagamentos de benefícios aos empregados/as (-4,8 M€), (ii) a aquisição de ações próprias (-10,3 M€) e (iii) amortização de dívida (-2,0 M€).

A **dívida de curto e longo prazo** aumentou 13,1 M€ (+5,8% t.v.h.), essencialmente, devido ao efeito do aumento dos passivos de locação (+14,3 M€; +9,2% t.v.h.) em resultado novos contratos de arrendamento de imóveis e *leasings* de viaturas.

	31.12.2024	31.03.2025	Δ	Δ%
Milhões €				
Dívida líquida	(68,1)	(48,3)	19,8	29,1%
Dívida CP & LP	226,3	239,3	13,1	5,8%
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	156,4	170,7	14,3	9,2%
Caixa ajustada (I+II)	294,4	287,6	(6,8)	(2,3%)
Caixa e equivalentes de caixa	315,9	310,4	(5,5)	(1,7%)
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	270,2	263,0	(7,2)	(2,7%)
Outros saldos de caixa	45,7	47,5	1,8	3,8%
Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. (II)	24,2	24,7	0,5	1,9%

Posição financeira consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

	31.12.2024	31.03.2025	Δ	Δ%
Milhões €				
Ativo não corrente	783,1	800,6	17,5	2,2%
Ativo corrente	514,1	500,7	(13,4)	(2,6%)
Total do ativo	1 297,2	1 301,2	4,1	0,3%
Capital próprio	281,0	278,9	(2,1)	(0,8%)
Total do passivo	1 016,2	1 022,4	6,2	0,6%
Passivo não corrente	342,7	355,6	12,9	3,8%
Passivo corrente	673,5	666,8	(6,7)	(1,0%)
Total capital próprio e passivo consolidado	1 297,2	1 301,2	4,1	0,3%

Dívida líquida consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

	31.12.2024	31.03.2025	Δ	Δ%
Milhões €				
Dívida líquida c/ BCTT em MEP	205,8	223,4	17,7	8,6%
Dívida CP & LP	221,9	235,2	13,3	6,0%
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	152,0	166,6	14,6	9,6%
Caixa ajustada (I+II)	16,1	11,8	(4,4)	(27,0%)
Caixa e equivalentes de caixa	236,9	237,9	1,0	0,4%
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	236,9	237,9	1,0	0,4%
Outros saldos de caixa	0,0	0,0	0,0	(126,5%)
Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. (II)	(220,8)	(226,2)	(5,4)	(2,4%)

Responsabilidades com benefícios aos empregados/as

	31.12.2024	31.03.2025	Δ	Δ%
Total das responsabilidades	185,8	187,9	2,1	1,2%
Cuidados de saúde	157,9	156,7	(1,1)	(0,7%)
Cuidados de saúde (321 Crédito)	1,2	1,2	0,0	2,7%
Acordos de suspensão	16,3	18,4	2,1	12,8%
Outros benefícios de longo prazo aos trabalhadores	4,9	4,9	0,0	(0,9%)
Outros benefícios de longo prazo (321 Crédito)	0,2	0,2	0,0	2,5%
Plano de pensões	0,2	0,2	(0,0)	(2,2%)
Outros benefícios	5,1	6,3	1,2	23,3%
Impostos diferidos ativos	(50,6)	(51,2)	(0,6)	1,2%
Total das responsabilidades (líquidas de impostos diferidos)	135,2	136,7	1,5	1,1%

As **responsabilidades com benefícios aos empregados/as** (benefícios pós-emprego e de longo prazo) situaram-se em 187,9 M€ em março de 2025, +2,1 M€ do que em dezembro de 2024. O aumento verificado resulta, essencialmente, da responsabilidade com Acordos de suspensão na sequência dos acordos realizados no período em análise.

A estas responsabilidades com benefícios aos empregados/as estão associados impostos diferidos ativos no valor de 51,2 M€, o que leva a que o valor atual das responsabilidades com benefícios aos empregados/as líquidas de impostos diferidos ativos a elas associados seja de 136,7 M€.

3. Outros destaques

Assuntos regulatórios postais

No contexto do enquadramento regulamentar em vigor desde fevereiro de 2022 e do Convénio sobre critérios a que deve obedecer a formação dos preços dos serviços postais que compõem o cabaz de serviços do serviço universal (Convénio de Preços do Serviço Universal) para o triénio 2023-2025, de 27 de julho de 2022, os preços destes serviços foram atualizados em 1 de fevereiro de 2025. A atualização corresponde a uma variação média anual do preço de 6,90%. A variação média anual global dos preços, refletindo também o efeito da atualização dos preços especiais do correio em quantidade, é de 6,53%.

Principais marcos alcançados a nível de ESG

No 1T25, as emissões de CO₂e do Grupo CTT aumentaram 8,3% (t.v.h), em particular as emissões resultantes da atividade da frota rodoviária subcontratada, em resultado do aumento de 15% t.v.h de tráfego de E&E. Destaca-se, no entanto, a forte redução das emissões resultantes da frota própria (impacto no âmbito 1), reflexo da eletrificação da frota que aumentou significativamente face ao período homólogo.

No contexto do plano de transição carbónica, os CTT expandiram a eletrificação da frota própria que conta com 1 187 veículos elétricos, 39,1% a operar na última milha. Instalaram ainda 1 834 painéis solares no Centro Operacional de Palmela para abastecimento próprio e fornecimento de energia excedente à rede.

Em parceria com o Circular E-commerce EcoLab, lançaram novas embalagens reutilizáveis para teste (em particular por PMEs que recebem unidades gratuitas na adesão) com vista a reduzir a pegada ambiental das entregas.

Ao nível da paridade de género na gestão de topo e intermédia, a percentagem de mulheres é de 38% (-2,5 p.p. t.v.h). Das iniciativas de gestão de talento destaca-se a III Edição do programa de Embaixadores. Lançou-se ainda a 1.ª fase de candidaturas ao Crédito Habitação Bonificado e Crédito Automóvel para colaboradores do programa EFR⁷.

Os donativos a instituições sociais corresponderam a 167 mil € (0,84% do EBIT recorrente). Foram plantadas 7 350 árvores autóctones no âmbito da 11.ª campanha “Uma Árvore Pela Floresta”.

No que respeita à experiência e satisfação dos clientes, destaca-se a implementação em curso das plataformas Ibérica, para a automação do processo de vendas e melhoria da experiência de cliente, e GALAXY, para melhorar campanhas comerciais e criar uma visualização virtual 360º das lojas CTT.

Os CTT foram distinguidos com desempenhos de topo nos *rankings* Carbon Disclosure Project (nível Liderança A- em *Climate Change*) e Sustainability Measurement and Management System do IPC (5.º lugar entre 23 operadores postais). Também com o Prémio Caixa ESG - Transparency & Performance e eleitos 'Marca de Confiança' na sua categoria.

Programa de recompra de ações

No contexto do programa de recompra de ações próprias anunciado em 19 de julho de 2024, à data de 31 de março de 2025, os CTT tinham já adquirido 4 127 253 ações. Em consequência, a 31 de março de 2025, a Sociedade detinha um total acumulado de 5 415 299 ações próprias, representativas de 3,91% do capital social.

No dia 17 de abril de 2025, os CTT comunicaram ao mercado a conclusão do referido programa de recompra de ações próprias da Sociedade anunciado no dia 19 de julho de 2024. No âmbito deste programa, foram adquiridas 4,620 milhões de ações próprias entre 22 de julho de 2024 e 17 de abril de 2025 pelo montante global de 25 milhões de euros.

A Assembleia Geral Anual realizada em 30 de abril de 2025 aprovou a redução de até 4 250 000,00 € correspondente à extinção de até 8 500 000 ações próprias. No seguimento desta deliberação, os CTT procederão em breve a uma redução do respetivo capital social no montante de 2 310 000,00 € mediante a extinção de 4 620 000 ações próprias representativas de 3,34% do capital social dos CTT, anterior à respetiva redução, e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias. O capital social dos CTT passará então a ser

⁷ EFR - Empresa Familiarmente Responsável

de 66 910 000,00 €, representado por 133 820 000 ações com um valor nominal de cinquenta cêntimos por ação.

Outlook para o exercício de 2025

Em 2025, os CTT pretendem: (i) concluir as transações e completar com sucesso a integração das oportunidades de crescimento inorgânico que surgiram durante o ano de 2024, nomeadamente a aquisição da empresa espanhola de desalfandegamento Cacesa e a parceria estratégica com a DHL; (ii) investir organicamente no mercado ibérico de expresso e encomendas de modo a tirar proveito da crescente tendência de adoção de comércio eletrónico; (iii) continuar a impulsionar o crescimento do Banco CTT, com base na flexibilidade do balanço e em potenciais parcerias setoriais e de capital; (iv) prosseguir com o lançamento de novos serviços de receita recorrente, e assim aumentar a rentabilidade da rede de retalho; (v) dar continuidade às iniciativas de transformação, de modo a manter a produtividade do correio; e (vi) procurar novas oportunidades de crescimento inorgânico, nomeadamente nos segmentos de logística e *fulfilment*.

Os CTT concentrar-se-ão em minimizar o impacto de riscos macro e setoriais relevantes e persistentes, nomeadamente incerteza geopolítica, inflação, custo da energia e matérias-primas, ou a imposição de tarifas que afetem o comércio global.

Neste contexto, os CTT reiteram os objetivos para 2025 divulgados no Capital Markets Day de 2022, antecipando receitas entre os 1,1 mM€ e os 1,25 mM€ (já atingido em 2024) e EBIT recorrente orgânico acima dos 100 M€. O crescimento será impulsionado pela forte expansão do segmento de Expresso e Encomendas, maior envolvimento com os clientes do Banco CTT e normalização da colocação de dívida pública.

Os CTT continuam empenhados nos seus princípios de alocação de capital e flexibilidade financeira, conforme anunciado em junho de 2022 durante o Capital Markets Day: (1) permitir aos CTT continuar a prosseguir os seus objetivos de investimento no crescimento empresarial e ser um *player* ibérico de referência em logística e e-commerce; (2) implementar uma política atrativa de remuneração acionista, constituindo uma fonte de rendimento adequada para os seus acionistas; e (3) aliar, dentro de condições de mercado específicas, uma remuneração acionista

recorrente baseada em dividendos a uma remuneração de acionistas casuística, com base na recompra e posterior cancelamento de ações.

Eventos subsequentes

No dia 17 de abril de 2025, os CTT comunicaram ao mercado a conclusão do programa de recompra de ações próprias da Sociedade anunciado no dia 19 de julho de 2024 (conforme referido acima).

Em 30 de abril de 2025, realizou-se a Assembleia Geral Anual, tendo-se aprovado, entre outros, (i) a aplicação dos resultados relativos ao exercício de 2024 nos termos propostos pelo Conselho de Administração, incluindo o pagamento de um dividendo bruto por ação de 0,17€ e (ii) a redução do capital social dos CTT em até 4.250.000,00 € correspondente à extinção de até 8.500.000 ações próprias adquiridas no âmbito do programa de recompra de ações ordinárias, conforme descrito atrás.

Em 30 de abril de 2025, os CTT anunciaram que concluíram a aquisição da Cacesa por um valor total de 106,8 M€, equivalente a um *Enterprise Value* de 89,1 M€ e um múltiplo EV/EBIT (pré-IFRS16) de 5,2x.

Em 2 de maio de 2025, os CTT anunciaram que pagarão um dividendo ilíquido relativo ao exercício de 2024 de 0,17€ por ação em 15 de maio de 2025.

Nota final

Esta comunicação é baseada nas demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas dos CTT – Correios de Portugal, S.A. relativas ao primeiro trimestre de 2025, que constam em anexo.

A teleconferência de analistas para apresentação (em inglês) dos resultados do 1T25 pelo CEO, João Bento, pelo CFO, Guy Pacheco, e pelo CMO, João Sousa, realizar-se-á no dia 9 de maio de 2025, às 09h00, hora de Lisboa (GMT) / 10h00 CET. As coordenadas para acesso à conferência Zoom estão disponíveis na página [Resultados 1T25](#).

Lisboa, 8 de maio de 2025

O Conselho de Administração

Esta informação ao mercado e ao público em geral é efetuada nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 29.º-Q do Código dos Valores Mobiliários e está também disponível no site dos CTT em: [Divulgação de resultados](#).

CTT – Correios de Portugal, S.A.

Representante para as Relações com o Mercado dos CTT

Guy Pacheco

Diretor de Relações com Investidores dos CTT

Nuno Vieira

Contactos:

Email: **investors@ctt.pt**

Telefone: + 351 210 471 087

Disclaimer

Este documento foi preparado pelos CTT – Correios de Portugal, S.A. (“Empresa” ou “CTT”) exclusivamente para efeitos da divulgação dos resultados do 1º trimestre de 2025 (1T25) e tem natureza meramente informativa. Este documento não constitui, nem deve ser interpretado como, uma oferta para vender, emitir, trocar ou adquirir quaisquer instrumentos financeiros (nomeadamente quaisquer valores mobiliários emitidos pelos CTT ou por qualquer das suas subsidiárias ou filiais), nem como qualquer forma de solicitação, recomendação ou conselho de (des)investimento pelos CTT nem pelas suas subsidiárias ou filiais.

A distribuição deste documento em certas jurisdições pode ser proibida e os destinatários na posse do presente documento são os únicos responsáveis por informar-se sobre e por cumprir tais restrições. Em particular, esta comunicação e a informação nela contida não se destina a ser publicada, distribuída ou divulgada em ou para, direta ou indiretamente, os Estados Unidos da América (incluindo os seus territórios e possessões), Canadá, Japão ou Austrália ou qualquer outra jurisdição em que tal anúncio seria ilegal.

Desta forma, nem esta comunicação nem parte dela, nem a sua distribuição constituem a base ou podem ser invocados em qualquer contexto, contrato ou compromisso ou decisão de investimento, em qualquer jurisdição. Assim, a Empresa não assume qualquer responsabilidade no que se refere ao presente documento, caso o mesmo seja utilizado para fins distintos dos supracitados.

Este documento (i) pode conter informação resumida e ser sujeito a alterações e aditamentos e (ii) a informação aqui incluída não foi verificada de forma independente nem objeto de auditoria ou revisão por quaisquer auditores ou consultores da Empresa. Assim, dada a natureza e finalidade da divulgação da informação nele contida e com exceção dos casos legalmente previstos, os CTT não se comprometem a atualizar ou rever publicamente qualquer informação inserida no presente documento. Este documento não esgota toda a informação prestada ao mercado sobre os CTT, pelo que os seus destinatários são convidados e aconselhados a consultar a informação pública divulgada pelos CTT em www.ctt.pt e em www.cmvm.pt. Em particular, o conteúdo desta comunicação deve ser lido e entendido à luz da informação financeira divulgada pelos CTT, através dos meios mencionados.

A leitura deste documento é tida como a aceitação / vinculação às restrições anteriores.

Declarações relativamente ao futuro

Esta comunicação inclui declarações relativas ao futuro. Todas as declarações constantes desta comunicação que não constituam factos históricos, incluindo, sem limitar, declarações que reflitam a nossa atual opinião ou, conforme aplicável, a dos nossos administradores, relativamente ao desempenho financeiro, estratégia de negócio, planos e objetivos de gestão relativamente às operações futuras são declarações relativas ao futuro. As declarações que incluem as expressões “espera”, “tenciona”, “planeia”, “acredita”, “antecipa”, “será”, “visa”, “pode”, “poderia”, “seria”, “continua” e declarações similares relativas ao futuro ou de tal natureza correspondem a declarações relativas ao futuro.

Todas as declarações relativas ao futuro incluídas na presente comunicação envolvem riscos certos e incertos e incertezas. Em conformidade, podem ou poderão ter lugar fatores importantes que determinem que os resultados, desempenho ou consequências efetivas difiram materialmente dos indicados nestas declarações. Quaisquer declarações relativas ao futuro constantes deste documento refletem a nossa opinião relativamente a eventos futuros e estão sujeitas a estes e outros riscos, incertezas e pressupostos relacionados com os resultados das nossas operações, estratégia de crescimento e liquidez.

Embora os CTT acreditem que os pressupostos de tais declarações são razoáveis na data em que são elaborados, advertem-se terceiros para o facto de que as informações e declarações relativas ao futuro estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais são difíceis de prever e geralmente estão para além do controlo dos CTT, o que poderá fazer com que os resultados e desenvolvimentos efetivos sejam significativamente diferentes daqueles expressos, implícitos ou projetados pelas informações e declarações relativas ao futuro.

As declarações relativas ao futuro não representam qualquer garantia de desempenho futuro nem foram revistas pelos auditores dos CTT, pelo que se adverte para que não seja depositada confiança indevida nas mesmas.

Quaisquer declarações relativas ao futuro referem-se apenas à data desta comunicação. Com exceção dos casos legalmente previstos, não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente quaisquer declarações relativas ao futuro, em resultado de informação nova, desenvolvimentos futuros ou por outro motivo.

Relatório 3 Meses

2025

Demonstrações Financeiras Consolidadas
intercalares condensadas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE MARÇO DE 2025

(Euros)	NOTAS	31.12.2024	Não auditado 31.03.2025
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	338 723 263	351 009 423
Propriedades de investimento	6	5 173 925	5 109 908
Ativos intangíveis	5	73 446 787	72 795 131
Goodwill		80 256 739	80 256 739
Investimentos em associadas		481	481
Investimentos em entidades conjuntamente controladas		18 995	18 460
Outros investimentos		3 280 828	3 294 028
Diferimentos	11	3 417 674	3 817 856
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		6 283 361	4 980 842
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	357 983 106	357 559 589
Outros ativos não correntes		3 760 479	18 249 923
Crédito a clientes bancários	10	1 573 398 545	1 665 102 091
Ativos por impostos diferidos	12	74 153 787	75 205 221
Total do ativo não corrente		2 519 897 970	2 637 399 690
Ativo corrente			
Inventários		6 518 678	6 401 421
Contas a receber		188 399 079	169 265 632
Crédito a clientes bancários	10	168 148 789	139 871 275
Diferimentos	11	10 984 102	13 299 291
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	1 701 153 508	1 729 062 374
Outros ativos correntes		94 075 485	79 412 385
Outros ativos financeiros bancários	9	703 709 006	540 867 638
Caixa e equivalentes de caixa	12	315 912 146	310 444 628
Total do ativo corrente		3 188 900 792	2 988 624 644
Total do ativo		5 708 798 762	5 626 024 334
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital	14	69 220 000	69 220 000
Ações próprias	15	(15 831 386)	(26 126 013)
Reservas	15	31 993 036	32 288 508
Resultados transitados	15	117 846 899	163 341 957
Outras variações no capital próprio	15	(1 182 098)	(1 855 325)
Resultado líquido do período		45 536 317	5 508 945
Capital próprio atribuível a acionistas		247 582 768	242 378 072
Interesses que não controlam		60 680 510	64 115 342
Total do capital próprio		308 263 277	306 493 414
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	18	176 378 401	187 025 147
Benefícios aos empregados		159 255 264	161 848 088
Provisões	19	12 075 945	11 701 295
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		—	5 085 780
Títulos de dívida emitidos ao custo amortizado	21	252 641 611	231 057 182
Diferimentos	11	976 301	1 084 288
Passivos por impostos diferidos	26	2 571 698	2 222 858
Total do passivo não corrente		603 899 219	600 024 637
Passivo corrente			
Contas a pagar	20	478 987 413	460 169 780
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos	22	4 043 717 816	3 982 987 728
Benefícios aos empregados		23 593 264	22 852 354
Imposto a pagar	23	6 527 689	9 135 779
Financiamentos obtidos	18	49 874 003	52 289 665
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		6 408 818	—
Títulos de dívida emitidos ao custo amortizado	21	251 012	182 448
Diferimentos	11	8 294 793	7 110 790
Outros passivos correntes		147 104 317	149 923 693
Outros passivos financeiros bancários	9	31 877 142	34 854 046
Total do passivo corrente		4 796 636 266	4 719 506 284
Total do passivo		5 400 535 485	5 319 530 921
Total do capital próprio e passivo		5 708 798 762	5 626 024 334

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE MARÇO DE 2025
Euros

	NOTAS	três meses findos em	
		Não auditado 31.03.2024	Não auditado 31.03.2025
Vendas e serviços prestados	3	229 956 626	252 687 715
Margem Financeira		24 068 876	25 172 680
Outros rendimentos e ganhos operacionais		9 471 318	10 304 962
		263 496 821	288 165 357
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(1 893 141)	(2 234 314)
Fornecimentos e serviços externos		(116 375 067)	(132 617 949)
Gastos com o pessoal	24	(102 318 921)	(111 511 081)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)		(1 070 675)	(14 883)
Imparidade de outros ativos financeiros bancários		(4 329 146)	(4 435 762)
Provisões (aumentos/reversões)	19	(713 129)	53 680
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)		(17 135 200)	(19 670 339)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados		24 879	10 892
Resultados de outros ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral		—	5 874
Outros gastos e perdas operacionais		(4 755 467)	(6 556 208)
Ganhos/perdas com alienação/remensuração de ativos		10 620	31 616
		(248 555 247)	(276 938 474)
		14 941 574	11 226 882
Gastos e perdas financeiros	25	(4 073 028)	(4 214 254)
Rendimentos financeiros	25	8 618	240 348
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		2 747	(535)
		(4 061 663)	(3 974 441)
Resultado antes de impostos		10 879 911	7 252 441
Imposto sobre o rendimento do período	26	(3 399 075)	(1 229 521)
Resultado líquido do período		7 480 836	6 022 920
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital		7 432 609	5 508 945
Interesses que não controlam		48 227	513 976
Resultado por ação:	17	0,05	0,04

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE MARÇO DE 2025

	NOTAS	três meses findos em	
		Não auditado 31.03.2024	Não auditado 31.03.2025
Resultado líquido do período		7 480 836	6 022 920
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	15	6 654	(41 259)
Outras alterações no capital próprio	15	(505 194)	(693 073)
Outro rendimento integral do período líquido de impostos		(498 540)	(734 332)
Rendimento integral do período		6 982 297	5 288 589
Atribuível a interesses que não controlam		48 227	494 130
Atribuível aos acionistas dos CTT		6 934 069	4 794 458

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE MARÇO DE 2025

Euros

	NOTAS	Capital	Ações Próprias	Reservas	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Interesses que não controlam	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		71 957 500	(15 624 632)	48 113 244	3 402 039	83 269 152	60 511 368	1 624 181	253 252 852
Diminuições de capital	14	(2 737 500)	20 111 920	(17 374 420)	—	—	—	—	—
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2023		—	—	—	—	60 511 368	(60 511 368)	—	—
Distribuição de dividendos	16	—	—	—	—	(23 315 758)	—	(1 622 403)	(24 938 161)
Aquisição de ações próprias	15	—	(20 648 165)	—	—	—	—	—	(20 648 165)
Atribuição de ações próprias	15	—	329 492	(841 648)	512 156	—	—	—	—
Plano de ações	15	—	—	2 095 860	—	—	—	—	2 095 860
Alienação de participações	15	—	—	—	—	—	—	32 952 531	32 952 531
Aquisição de participações	15	—	—	—	—	(504 747)	—	(934 253)	(1 439 000)
Subscrição de aumento de capital social em subsidiárias por terceiros	15	—	—	—	—	(2 153 204)	—	27 153 204	25 000 000
		(2 737 500)	(206 753)	(16 120 208)	512 156	34 537 659	(60 511 368)	57 549 079	13 023 065
Outros movimentos	15	—	—	—	(505 194)	—	—	10 131	(495 063)
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde, líquidos de Impostos diferidos	15	—	—	—	(4 591 100)	—	—	—	(4 591 100)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	—	—	—	—	40 087	—	—	40 087
Resultado líquido do período		—	—	—	—	—	45 536 317	1 497 118	47 033 435
Rendimento integral do período		—	—	—	(5 096 294)	40 087	45 536 317	1 507 249	41 987 360
Saldo em 31 de dezembro de 2024		69 220 000	(15 831 386)	31 993 036	(1 182 098)	117 846 899	45 536 317	60 680 510	308 263 277
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2024		—	—	—	—	45 536 317	(45 536 317)	—	—
Distribuição de dividendos		—	—	—	—	—	—	(466 728)	(466 728)
Aquisição de ações próprias	15	—	(10 294 628)	—	—	—	—	—	(10 294 628)
Plano de ações	15	—	—	295 472	—	—	—	—	295 472
Alienação de participações	7	—	—	—	—	—	—	3 407 430	3 407 430
		—	(10 294 628)	295 472	—	45 536 317	(45 536 317)	2 940 702	(7 058 454)
Outros movimentos	15	—	—	—	(673 227)	—	—	(19 846)	(693 073)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	—	—	—	—	(41 259)	—	—	(41 259)
Resultado líquido do período		—	—	—	—	—	5 508 945	513 976	6 022 921
Rendimento integral do período		—	—	—	(673 227)	(41 259)	5 508 945	494 130	5 288 589
Saldo em 31 de março de 2025 (não auditado)		69 220 000	(26 126 013)	32 288 508	(1 855 325)	163 341 957	5 508 945	64 115 342	306 493 414

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE MARÇO DE 2025

Euros

	Notas	Não auditado 31.03.2024	Não auditado 31.03.2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		233 723 101	289 208 978
Pagamentos a fornecedores		(150 896 037)	(198 943 568)
Pagamentos ao pessoal		(86 509 374)	(88 375 209)
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos		361 430 666	(55 260 405)
Crédito a clientes bancários		(29 441 534)	(67 275 231)
Caixa gerada pelas operações		328 306 821	(120 645 434)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(111 002)	(1 288)
Outros recebimentos/pagamentos		(35 835 109)	18 798 466
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		292 360 710	(101 848 256)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3 360	—
Investimentos financeiros	7	32 447 343	3 202 762
Subsídios ao investimento		—	107 324
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	5 000 000	925 226 550
Aplicações no Banco Central	9	418 921 000	168 219 000
Outros ativos financeiros bancários	9	610 000	50 000 000
Juros e rendimentos similares		410 030	393 680
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2 342 903)	(7 875 681)
Ativos intangíveis		(5 298 637)	(7 072 695)
Propriedades de investimento		—	(61 345)
Investimentos financeiros	7	—	(13 200)
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	(739 532 164)	(940 894 850)
Depósitos no Banco de Portugal	9	(4 017 400)	(73 600)
Outros ativos financeiros bancários	9	—	(51 500 000)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(293 799 372)	139 657 944
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	18	6 022 364	75 000
Depósitos de outras instituições de crédito	9	56 900 427	118 231 847
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	18	(60 439 840)	(2 117 069)
Depósitos de outras instituições de crédito		(56 900 427)	(118 231 847)
Juros e gastos similares		(1 014 106)	(387 685)
Passivos de locação	18	(8 598 510)	(10 693 539)
Títulos de dívida emitidos	21	(24 983 102)	(21 599 966)
Aquisição de ações próprias	15	(7 020 915)	(10 312 615)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(96 034 109)	(45 035 874)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(97 472 770)	(7 226 185)
Caixa e seus equivalentes no início do período		315 229 314	270 183 224
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	217 756 544	262 957 039
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
Depósitos à ordem no Banco de Portugal		32 642 900	40 520 900
Cheques a cobrar do Banco CTT / Compensação de cheques do Banco CTT		5 688 082	6 970 940
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias		(3 445)	(4 251)
Caixa e seus equivalentes (Demonstração da Posição Financeira)		256 084 081	310 444 628

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas
(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS	21
1. INTRODUÇÃO	27
2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS	28
2.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo	28
2.2 Bases de apresentação	29
3. RELATO POR SEGMENTOS	29
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	38
5. ATIVOS INTANGÍVEIS	41
6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	44
7. EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	46
8. TÍTULOS DE DÍVIDA	49
9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS	52
10. CRÉDITO A CLIENTES BANCÁRIOS	53
11. DIFERIMENTOS	58
12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	59
13. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	60
14. CAPITAL	61
15. AÇÕES PRÓPRIAS, RESERVAS, OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO E RESULTADOS TRANSITADOS	63
16. DIVIDENDOS	66
17. RESULTADOS POR AÇÃO	66
18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	67
19. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	70
20. CONTAS A PAGAR	75
21. TÍTULO DE DÍVIDA EMITIDOS	76
22. DEPÓSITOS DE CLIENTES BANCÁRIOS E OUTROS EMPRÉSTIMOS	79
23. IMPOSTO A RECEBER/PAGAR	80
24. GASTOS COM O PESSOAL	80
25. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	84
26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	85
27. PARTES RELACIONADAS	90
28. OUTRAS INFORMAÇÕES	92
29. EVENTOS SUBSEQUENTES	94

1. Introdução

Os CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT” ou “Empresa”), com sede na Avenida dos Combatentes, 43, 14º piso, 1643-001 em Lisboa, teve a sua origem na “Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones” e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49 368 de 10 de novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A..

Em 31 de janeiro de 2013, o Estado Português, através despacho n.º 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75 000 000 Euros, passando a ser representado por 150 000 000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei n.º 129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) n.º 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM n.º 62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM n.º 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013, o Estado português, através da Parpública-Participações Públicas, SGPS, S.A., detinha uma participação de 36,36% do capital dos CTT, 30,00% por detenção e 6,36% por imputação.

Em 5 de setembro de 2014, ocorreu a 2ª fase da privatização do capital dos CTT. A participação detida pela Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A., de 31,503% do capital dos CTT, foi nesta data objeto de uma oferta particular de venda de ações através de um processo de *accelerated bookbuilding* dirigida em exclusivo a investidores institucionais.

Na reunião do Conselho de Administração da Sociedade realizada em 16 de março de 2022, foi deliberado por unanimidade, a aprovação da implementação de um programa de recompra de ações próprias da Empresa, incluindo os respetivos termos e condições, com o objetivo único de redução do capital social da Empresa, mediante extinção das ações próprias adquiridas no âmbito do referido programa, condicionada à aprovação prévia por parte da Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral realizada a 21 de abril de 2022, foi aprovado o número máximo de ações a adquirir no âmbito do programa de recompra.

No dia 7 de novembro de 2022, foi inscrita no registo comercial a redução do capital da Empresa no montante de 2 325 000 euros, mediante a extinção de 4 650 000 ações representativas de 3,1% do capital social, passando o capital social da Empresa a ser composto por 145 350 000 ações com o valor nominal de 0,50 Euros cada.

Posteriormente, na Assembleia Geral Anual realizada no dia 20 de abril de 2023 e ainda no seguimento do programa de recompra de ações próprias supramencionado, foi aprovada a redução do capital social em 717 500 Euros. No dia 21 de abril de 2023 foi inscrita no registo comercial a redução do capital no montante supracitado, mediante a extinção de 1 435 000 ações representativas de 0,997% do capital social dos CTT adquiridas.

No dia 17 de Julho de 2024, foi inscrita no registo comercial a redução do capital social dos CTT no montante de 2 737 500 Euros mediante a extinção de 5 475 000 ações próprias representativas de 3,80% do capital dos CTT e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias executado de 26 de junho de 2023 a 9 de maio de 2024. Esta redução de capital foi realizada no âmbito da deliberação da Assembleia Geral Anual dos Acionistas dos CTT realizada no dia 23 de abril de 2024 que aprovou a redução do capital social em até 3 825 000 Euros correspondente à extinção de até 7 650 000 ações próprias adquiridas até 25 de junho de 2024 com a finalidade especial de execução de programa de recompra de ações próprias e respetiva libertação de excesso de capital.

Deste modo, em 31 de março de 2025, o capital social dos CTT é de 69 220 000 Euros, representado por 138 440 000 ações com um valor nominal de cinquenta cêntimos por ação, tendo sido consequentemente alterados os Estatutos da Sociedade.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros por esta ser a moeda principal das operações do Grupo.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 8 de maio de 2025.

2. Políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas adotadas, incluindo as políticas de gestão do risco financeiro, são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo a 31 de dezembro de 2024, exceto para as novas normas e alterações efetivas a partir de 1 de janeiro de 2025.

2.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, apresentam-se como segue:

- **Alterações a IAS 21 - Os Efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Falta de permutabilidade** – Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período. A alteração especifica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda dentro de um período que permita uma gestão administrativa normal, e através de um mecanismo de troca ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução. Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio na data de mensuração da transação. O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, na data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As

alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento.

O Grupo não registou alterações significativas com a adoção da presente norma e interpretação.

2.2 Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS / IFRS"), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2025, e em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor.

3. Relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, o Grupo apresenta o relato financeiro por segmentos.

O Conselho de Administração analisa periodicamente relatórios com informação sobre os segmentos, usando-os para monitorizar e comunicar a performance dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

A partir de 30 de Junho de 2024, o Grupo CTT passou a reportar duas novas áreas agregadoras "Logística" e "Banco & Serviços Financeiros", de modo a alinhar as áreas de negócio existentes e simplificar os reportes de gestão.

Estas duas novas áreas agregam os segmentos de negócio já existentes, "Correio & Outros" e "Expresso & Encomendas" como Logística, e o "Banco" e "Serviços Financeiros & Retalho" como "Banco & Serviços Financeiros", mantendo o nível de informação de todos os *drivers* e dados relevantes ao negócio.

O negócio "Pagamentos" migrou para "Correio e Outros" de forma a alinhar a organização comercial B2B, pela mesma responsabilidade, assegurando que apenas as entidades estatutárias bancárias ficam isoladas no segmento "Banco".

Outros pequenos ajustamentos ocorreram à luz da reorganização do portfólio comercial da empresa, nomeadamente no que se refere às migrações relacionadas com o "Pagamento de impostos" e "Transferência" do segmento "Serviços Financeiros" para "Correio e Outros".

A informação comparativa, a 31 de março de 2024, foi reexpressa em conformidade com as alterações descritas.

Assim, a **Logística** é composta pelas seguintes entidades:

- **Correio e Outros** – CTT Contacto S.A., CTT Soluções Empresariais, S.A., NewSpring Services, S.A., CTT IMO - Sociedade Imobiliária, S.A., MedSpring, S.A., CTT IMO Yield, S.A., CTT Services, S.A., Payshop, S.A. e CTT, S.A. excluindo:
 - O negócio relacionado com os serviços financeiros postais e produtos de retalho – Serviços Financeiros e Retalho;
 - O negócio de transferências de dinheiro dos CTT, S.A. e da Payshop S.A.

- **Expresso & Encomendas** – inclui a CTT Expresso S.A., a CORRE S.A., o 1520 Innovation Fund e a Open Lockers, S.A.;

O **Banco e Serviços Financeiros** inclui:

- **Serviços Financeiros & Retalho** – Serviços Financeiros Postais, a venda dos produtos e serviços na rede de retalho dos CTT, S.A., e o negócio de transferências de dinheiro dos CTT S.A. e da Payshop S.A.
- **Banco** – Banco CTT, S.A. e 321 Crédito S.A.

A divisão do negócio por segmentos é baseada na informação de Gestão produzida internamente e apresentada à Comissão Executiva Alargada (CEA) do Grupo (*“chief operating decision maker”*).

Os segmentos cobrem os três mercados de atuação dos CTT:

- Mercado Postal coberto pelo segmento do Correio;
- Mercado de Expresso e Encomendas, coberto pelo segmento de Expresso & Encomendas;
- Mercado Financeiro, coberto pelo segmento de Serviços Financeiros & Retalho e Banco.

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como da anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

As rubricas da demonstração de posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados diretamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos entre empresas do mesmo segmento, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação entre segmentos. As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados diretamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respetivas, ajustadas pela anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

No entanto, dado que a empresa CTT, S.A. tem atividade em mais do que um segmento foi necessário repartir os seus rendimentos e gastos pelos vários segmentos operacionais. As Prestações Internas de Serviços referem-se a serviços prestados entre as diferentes áreas de negócio dos CTT, S.A., sendo os valores apurados em função de atividades *standard* valorizadas através de preços de transferência. O segmento Correio presta serviços internos essencialmente relacionados com a Rede de Retalho (incluída no segmento Correio). Adicionalmente, o segmento Serviços Financeiros utiliza a Rede de Retalho para comercializar os seus produtos. A utilização da Rede de Retalho pelos outros segmentos, nomeadamente segmentos Expresso & Encomendas e Banco CTT é igualmente apresentada na linha Prestações Internas de Serviços.

Numa primeira fase, os gastos operacionais dos CTT, S.A. são afetos aos diferentes segmentos através da imputação das prestações internas de serviços referidas anteriormente. Após esta primeira imputação, os gastos relativos às áreas corporativas e de suporte (Estrutura Central CTT) são alocados por natureza ao segmento Correio e outros.

A demonstração consolidada dos resultados por natureza, agregadores e segmentos dos três meses findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2025 são as seguintes:

31.03.2024 “reexpresso”							
Milhares de Euros	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Rendimentos operacionais	125 278	101 396	226 673	5 628	31 150	36 778	263 451
Vendas e serviços prestados	123 777	101 128	224 905	5 052	—	5 052	229 957
<i>Prestação de serviços</i>	122 377	101 124	223 501	4 796	—	4 796	228 297
Vendas	1 400	4	1 404	256	—	256	1 660
Margem Financeira	—	—	—	—	24 069	24 069	24 069
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1 500	268	1 768	576	7 081	7 657	9 426
Gastos operacionais - EBITDA	111 157	91 417	202 574	2 648	24 198	26 846	229 420
Gastos com o pessoal	82 504	11 572	94 076	392	7 760	8 152	102 228
Fornecimentos e serviços externos	25 012	79 204	104 216	430	10 135	10 564	114 780
Outros gastos	4 115	280	4 395	320	1 920	2 241	6 635
Imparidades e Provisões	986	447	1 433	—	4 343	4 343	5 776
Prestações internas de serviços	(1 460)	(87)	(1 546)	1 506	40	1 546	—
EBITDA	14 121	9 979	24 100	2 980	6 952	9 932	34 032
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/ reversões)	10 902	4 335	15 237	38	1 855	1 892	17 129
EBIT Recorrente	3 219	5 644	8 862	2 942	5 098	8 040	16 902
Itens específicos	1 463	514	1 977	1	(18)	(17)	1 961
<i>Reestruturações empresariais</i>	(22)	44	22	—	—	—	22
<i>Gastos com estudos e projetos estratégicos</i>	222	132	354	—	20	20	374
<i>Outros rendimentos e gastos não recorrentes</i>	1 264	337	1 601	1	(38)	(37)	1 564
EBIT	1 755	5 130	6 885	2 941	5 116	8 056	14 942
Resultados financeiros							(4 062)
<i>Gastos e perdas financeiros</i>							(4 073)
<i>Rendimentos financeiros</i>							9
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos							3
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)							10 880
Imposto sobre o rendimento do período							3 399
Resultado líquido							7 481
Interesses não controlados							48
Resultado líquido atribuível a detentores capital do Grupo CTT							7 433

31.03.2025							
Milhares de Euros	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Rendimentos operacionais	117 747	124 683	242 429	12 543	33 558	46 101	288 530
Vendas e serviços prestados	116 618	124 256	240 874	12 030	—	12 030	252 904
<i>Prestação de serviços</i>	115 370	124 239	239 609	11 278	—	11 278	250 887
Vendas	1 248	17	1 265	752	—	752	2 017
Margem Financeira	—	—	—	—	25 173	25 173	25 173
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1 128	427	1 555	513	8 386	8 898	10 453
Gastos operacionais - EBITDA	104 772	111 965	216 737	5 854	26 071	31 925	248 662
Gastos com o pessoal	82 979	14 273	97 252	832	9 029	9 861	107 112
Fornecimentos e serviços externos	21 909	97 110	119 019	463	10 253	10 716	129 736
Outros gastos	3 748	718	4 466	802	2 148	2 950	7 417
Imparidades e Provisões	(50)	(32)	(82)	—	4 479	4 479	4 397
Prestações internas de serviços	(3 815)	(104)	(3 919)	3 757	161	3 919	—
EBITDA	12 975	12 718	25 692	6 688	7 488	14 176	39 868
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	11 656	5 688	17 344	43	2 277	2 321	19 664
EBIT Recorrente	1 319	7 029	8 348	6 645	5 211	11 856	20 204
Itens específicos	6 964	1 910	8 875	30	73	102	8 977
<i>Reestruturações empresariais</i>	4 265	134	4 399	—	—	—	4 399
<i>Gastos com estudos e projetos estratégicos</i>	968	1 173	2 142	29	88	117	2 259
<i>Outros rendimentos e gastos não recorrentes</i>	1 731	603	2 334	1	(16)	(15)	2 319
EBIT	(5 645)	5 119	(526)	6 615	5 138	11 753	11 227
Resultados financeiros							(3 974)
<i>Gastos e perdas financeiros</i>							(4 214)
<i>Rendimentos financeiros</i>							240
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos							(1)
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)							7 252
Imposto sobre o rendimento do período							1 230
Resultado líquido							6 023
Interesses não controlados							514
Resultado líquido atribuível a detentores capital do Grupo CTT							5 509

A 31 de março de 2025, os itens específicos ascenderam a 9,0 M€, devido essencialmente a: (i) reestruturações, incluindo acordos de suspensão de contratos de trabalho (+4,4M€) (ii) custos associados a projetos estratégicos (+2,3 M€) e (iii) custos de transação associados à segunda fase do negócio Real Estate (+0,9 M€).

As receitas detalham-se como se segue:

Milhares de Euros	31.03.2024 “reexpresso”	31.03.2025
Logística	226 673	242 429
Correio e Outros	125 278	117 747
Correio transacional	97 846	90 189
Correio editorial	2 987	2 798
Encomendas (SU)	1 778	1 775
Correio publicitário	2 923	2 568
Filatelia	820	747
Soluções empresariais	11 944	12 994
Pagamentos	4 924	4 920
Outros	2 055	1 755
Expresso & encomendas	101 396	124 683
Portugal	37 418	41 212
CEP	34 585	38 428
Carga	678	505
Banca	1 095	1 088
Logística	975	969
Outros negócios	85	222
Espanha	62 556	81 551
Moçambique	1 422	1 920
Banco e Serviços Financeiros	36 778	46 101
Serviços Financeiros & Retalho	5 628	12 543
Prod Poupança e seguros	2 449	8 953
Transferências Dinheiro	1 499	1 496
Produtos Crédito	24	16
Produtos e Serviços de Retalho	1 231	1 946
Outros	425	131
Banco	31 150	33 558
Margem Financeira	24 069	25 173
Juros e rendimentos (+)	41 566	41 510
Juros e encargos (-)	(17 497)	(16 338)
Comissões Recebidas	6 603	7 794
Créditos	1 158	1 801
Poupança e Seguros	2 012	2 449
Contas e Cartões	3 433	3 516
Outras comissões recebidas	—	28
Outros	478	592
Total	263 451	288 530

A decomposição do rédito, correspondente às vendas e prestações de serviços e margem financeira, para o período de três meses findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2025, pelas fontes de rédito, são detalhadas conforme segue:

31.03.2024 "reexpresso"							
Natureza	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Serviços postais	114 438 385	—	114 438 385	—	—	—	114 438 385
Serviços expresso	—	101 127 529	101 127 529	—	—	—	101 127 529
Venda produtos Merchandising	—	—	—	245 273	—	245 273	245 273
Apartados	—	—	—	350 426	—	350 426	350 426
Serviços postais internacionais (*)	4 415 104	—	4 415 104	—	—	—	4 415 104
Comissões Serviços Financeiros	4 924 005	—	4 924 005	4 455 903	24 068 876	28 524 780	33 448 784
Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira"	123 777 494	101 127 529	224 905 023	5 051 603	24 068 876	29 120 479	254 025 502

(*) Correio Inbound

31.03.2025							
Natureza	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Serviços postais	107 419 887	—	107 419 887	—	—	—	107 419 887
Serviços expresso	—	124 255 912	124 255 912	—	—	—	124 255 912
Venda produtos Merchandising	—	—	—	238 779	—	238 779	238 779
Apartados	—	—	—	335 441	—	335 441	335 441
Serviços postais internacionais (*)	4 278 313	—	4 278 313	—	—	—	4 278 313
Comissões Serviços Financeiros	4 920 182	—	4 920 182	11 455 867	25 172 680	36 628 547	41 548 729
Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira"	116 618 382	124 255 912	240 874 294	12 030 087	25 172 680	37 202 767	278 077 061

(*) Correio Inbound

Os ativos por segmentos detalham-se como se segue:

31.12.2024								
Ativos (Euros)	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	33 685 120	11 037 573	44 722 693	531 832	24 090 481	24 622 312	4 101 782	73 446 787
Ativos fixos tangíveis	218 796 448	111 057 246	329 853 695	88 753	7 261 930	7 350 683	1 518 885	338 723 263
Propriedades de investimento	—	—	—	—	—	—	5 173 925	5 173 925
Goodwill	16 622 338	2 955 753	19 578 091	—	60 678 648	60 678 648	—	80 256 739
Ativos por impostos diferidos	251 510	12 493 141	12 744 651	—	1 695 177	1 695 177	59 713 958	74 153 787
Contas a receber	6 454 086	88 450 671	94 904 757	—	—	—	93 494 322	188 399 079
Crédito a clientes bancários	—	—	—	—	1 741 547 334	1 741 547 334	—	1 741 547 334
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—	—	—	6 283 361	6 283 361	—	6 283 361
Investimento em títulos ao custo amortizado	—	—	—	—	2 059 136 614	2 059 136 614	—	2 059 136 614
Outros ativos financeiros bancários	—	—	—	—	703 709 006	703 709 006	—	703 709 006
Outros ativos	16 467 136	27 991 955	44 459 091	11 929 433	26 489 875	38 419 308	39 178 323	122 056 722
Caixa e equivalentes de caixa	—	62 751 227	62 751 227	—	95 743 500	95 743 500	157 417 418	315 912 146
	292 276 638	316 737 567	609 014 205	12 550 018	4 726 635 926	4 739 185 944	360 598 614	5 708 798 762

31.03.2025								
Ativos (Euros)	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	32 977 664	11 494 245	44 471 909	363 658	23 311 303	23 674 961	4 648 261	72 795 131
Ativos fixos tangíveis	222 259 635	120 280 404	342 540 039	80 608	6 857 246	6 937 854	1 531 529	351 009 423
Propriedades de investimento	—	—	—	—	—	—	5 109 908	5 109 908
Goodwill	16 622 338	2 955 753	19 578 091	—	60 678 648	60 678 648	—	80 256 739
Ativos por impostos diferidos	160 317	12 373 020	12 533 337	—	1 854 944	1 854 944	60 816 940	75 205 221
Contas a receber	8 378 372	68 350 780	76 729 152	—	—	—	92 536 480	169 265 632
Crédito a clientes bancários	—	—	—	—	1 804 973 366	1 804 973 366	—	1 804 973 366
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—	—	—	4 980 842	4 980 842	—	4 980 842
Investimento em títulos ao custo amortizado	—	—	—	—	2 086 621 962	2 086 621 962	—	2 086 621 962
Outros ativos financeiros bancários	—	—	—	—	540 867 638	540 867 638	—	540 867 638
Outros ativos	14 428 984	35 647 576	50 076 560	10 192 498	25 391 544	35 584 042	38 833 243	124 493 845
Caixa e equivalentes de caixa	—	73 419 732	73 419 732	—	92 016 042	92 016 042	145 008 854	310 444 628
	294 827 310	324 521 510	619 348 820	10 636 764	4 647 553 535	4 658 190 299	348 485 215	5 626 024 334

As adições de ativos não correntes por segmento detalham-se como se segue:

31.12.2024							
	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Ativos intangíveis	9 486 495	3 199 091	12 685 586	96 060	9 021 725	9 117 785	21 803 371
Ativos fixos tangíveis	40 139 885	48 684 782	88 824 668	75 079	4 142 552	4 217 630	93 042 298
	49 626 380	51 883 874	101 510 254	171 138	13 164 277	13 335 415	114 845 668

31.03.2025							
	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Ativos intangíveis	2 279 846	1 143 677	3 423 523	6 933	856 105	863 038	4 286 562
Ativos fixos tangíveis	10 257 989	5 957 560	16 215 549	—	238 704	238 704	16 454 253
	12 537 836	7 101 237	19 639 072	6 933	1 094 809	1 101 742	20 740 815

Detalhamos seguidamente os motivos subjacentes à não alocação a qualquer segmento de negócio dos seguintes ativos:

- “Ativos intangíveis” (4 648 261 Euros): O valor não alocado corresponde a parte dos ativos intangíveis em curso, os quais são alocados ao respetivo segmento no momento em que passam a firme;
- “Ativos fixos tangíveis” (1 531 529 Euros): Este valor corresponde a parte dos ativos fixos tangíveis em curso e aos adiantamentos por conta de investimentos, que são alocados ao respetivo segmento no momento da passagem a firme;
- “Propriedades de investimento” (5 109 908 Euros): Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional razão pela qual não se encontram afetos a nenhum segmento;
- “Ativos por impostos diferidos” (60 816 940 Euros): Estes ativos são maioritariamente constituídos por impostos diferidos ativos associados a benefícios aos empregados sendo os relativos ao Plano de Saúde dos CTT, S.A. o montante mais relevante, conforme detalhado na nota 26 – Impostos sobre o rendimento. Tendo em conta que os CTT, S.A. estão afetos a diferentes segmentos, como já referido, a afetação destes ativos aos diferentes segmentos não se afigura possível de ser efetuada de forma fiável;
- “Contas a receber” (92 536 480 Euros): Este valor não é passível de alocação, devido à existência de clientes multiproduto cujos valores a receber correspondem a mais do que um segmento;
- “Outros ativos” (38 833 243 Euros): Este montante corresponde, essencialmente, às rubricas de diferimentos e outros ativos correntes e não correntes, que respeitam na sua maioria aos CTT, S.A. e que estando afetos a diferentes segmentos, a sua alocação não se afigura possível de ser efetuada de forma fiável;
- “Caixa e equivalentes de caixa” (145 008 854 Euros): O valor não alocado corresponde essencialmente ao caixa e equivalentes de caixa dos CTT S.A., na medida em que esta empresa concentra os negócios dos segmentos de Correio e Serviços Financeiros & Retalho, não sendo possível dividir os montantes em caixa e depositados nos bancos por cada um dos negócios dos CTT.

Abaixo apresentamos os financiamentos por segmento:

31.12.2024							
Outra informação	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Financiamentos não correntes	108 182 003	65 329 789	173 511 792	66 742	2 799 867	2 866 609	176 378 401
Empréstimos bancários	16 614 022	—	16 614 022	—	—	—	16 614 022
Papel Comercial	34 979 743	—	34 979 743	—	—	—	34 979 743
Passivos de locação	56 588 238	65 329 789	121 918 027	66 742	2 799 867	2 866 609	124 784 636
Financiamentos correntes	36 920 901	11 392 044	48 312 944	22 256	1 538 803	1 561 059	49 874 003
Empréstimos bancários	16 971 313	—	16 971 313	—	—	—	16 971 313
Papel Comercial	1 331 778	—	1 331 778	—	—	—	1 331 778
Passivos de locação	18 617 810	11 392 044	30 009 853	22 256	1 538 803	1 561 059	31 570 913
	145 102 904	76 721 832	221 824 736	88 998	4 338 670	4 427 668	226 252 404

31.03.2025							
Outra informação	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Financiamentos não correntes	111 865 571	72 509 248	184 374 819	61 127	2 589 200	2 650 327	187 025 147
Empréstimos bancários	16 594 781	—	16 594 781	—	—	—	16 594 781
Papel Comercial	34 041 672	—	34 041 672	—	—	—	34 041 672
Passivos de locação	61 229 117	72 509 248	133 738 365	61 127	2 589 200	2 650 327	136 388 693
Financiamentos correntes	38 079 029	12 667 841	50 746 870	22 096	1 520 698	1 542 794	52 289 665
Empréstimos bancários	17 040 204	—	17 040 204	—	—	—	17 040 204
Papel Comercial	950 466	—	950 466	—	—	—	950 466
Passivos de locação	20 088 359	12 667 841	32 756 200	22 096	1 520 698	1 542 794	34 298 994
	149 944 600	85 177 089	235 121 690	83 223	4 109 898	4 193 121	239 314 811

O Grupo está domiciliado em Portugal. As vendas e prestação de serviços por áreas geográficas são apresentadas abaixo:

Milhares de Euros	31.03.2024	31.03.2025
Rendimentos - Portugal	147 743	152 541
Rendimentos - outros países	82 213	100 364
	229 957	252 904

Entre os rendimentos obtidos em outros países, destacam os rendimentos do segmento Expresso & Encomendas obtidos em Espanha pela sucursal da CTT Expresso neste país, no montante de 202 142 milhares de Euros (31 de março de 2024: 114 471 milhares de euros).

4. Ativos fixos tangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2024 e o período de três meses findos em 31 de março de 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

31.12.2024										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamento s por conta investimentos	Direitos de Uso	Total
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35 608 901	347 206 781	188 307 741	3 682 410	78 897 996	29 373 413	1 859 244	70 252	276 890 540	961 897 279
Aquisições	—	458 623	5 602 573	15 286	1 676 555	1 587 882	15 163 796	117 764	—	24 622 481
Novos contratos	—	—	—	—	—	—	—	—	68 419 817	68 419 817
Alienações	(303 401)	(741 448)	(853 314)	—	(85 696)	—	(22 322)	—	—	(2 006 181)
Transferências e abates	—	4 381 482	5 486 210	—	388 269	(16 671)	(10 937 314)	—	(1 496 977)	(2 195 001)
Contratos findos	—	—	—	—	—	—	—	—	(194 492)	(194 492)
Remensurações	—	—	—	—	—	—	—	—	5 044 231	5 044 231
Regularizações	(90 151)	(268 567)	73 260	4 010	3 679	1 036 574	—	—	(2 540)	756 264
Saldo final	35 215 349	351 036 872	198 616 470	3 701 707	80 880 803	31 981 198	6 063 404	188 016	348 660 580	1 056 344 399
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3 561 803	247 724 805	149 245 878	3 566 144	70 105 656	23 937 490	—	—	166 747 031	664 888 807
Depreciações do período	—	10 169 141	5 743 391	56 518	2 429 241	1 370 287	—	—	36 176 959	55 945 538
Alienações	—	(398 034)	(784 314)	—	(80 862)	—	—	—	—	(1 263 210)
Transferências e abates	—	(134 215)	(34 894)	—	(19 049)	(48 444)	—	—	(1 530 015)	(1 766 617)
Contratos findos	—	—	—	—	—	—	—	—	(275 983)	(275 983)
Regularizações	—	(11 172)	83 299	2 836	2 822	1 708	—	—	—	79 492
Saldo final	3 561 803	257 350 525	154 253 360	3 625 498	72 437 809	25 261 040	—	—	201 117 992	717 608 027
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	—	—	—	—	—	13 806	—	—	—	13 806
Reversões	—	—	—	—	—	(697)	—	—	—	(697)
Saldo final	—	—	—	—	—	13 109	—	—	—	13 109
Ativos fixos tangíveis líquidos	31 653 546	93 686 347	44 363 110	76 209	8 442 994	6 707 049	6 063 404	188 016	147 542 588	338 723 263

31.03.2025										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	tos por conta investimento	Direitos de Uso	Total
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35 215 349	351 036 872	198 616 470	3 701 707	80 880 803	31 981 198	6 063 404	188 016	348 660 580	1 056 344 399
Aquisições	—	353 418	683 331	4 676	800 100	44 802	1 380 226	—	—	3 266 553
Novos contratos	—	—	—	—	—	—	—	—	13 187 700	13 187 700
Alienações	—	—	(261 479)	—	—	—	—	—	—	(261 479)
Transferências e abates	—	307 502	2 952 550	—	(21 724)	—	(3 241 373)	—	(1 056 216)	(1 059 260)
Contratos findos	—	—	—	—	—	—	—	—	(39 291)	(39 291)
Remensurações	—	—	—	—	—	—	—	—	10 614 090	10 614 090
Regularizações	—	(2 280)	(109 917)	(2 838)	(2 720)	133 714	3 044	—	—	19 003
Saldo final	35 215 349	351 695 511	201 880 954	3 703 545	81 656 459	32 159 714	4 205 302	188 016	371 366 864	1 082 071 714
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3 561 803	257 350 525	154 253 360	3 625 498	72 437 809	25 261 040	—	—	201 117 992	717 608 027
Depreciações do período	—	2 532 394	1 697 453	6 133	641 673	344 617	—	—	9 513 453	14 735 723
Alienações	—	—	(261 479)	—	—	—	—	—	—	(261 479)
Transferências e abates	—	1 196	—	—	(1 196)	—	—	—	(807 175)	(807 175)
Contratos findos	—	—	—	—	—	—	—	—	(37 685)	(37 685)
Regularizações	—	(12 919)	(66 260)	(2 071)	(1 942)	(1 146)	—	—	(103 892)	(188 229)
Saldo final	3 561 803	259 871 197	155 623 074	3 629 559	73 076 344	25 604 512	—	—	209 682 694	731 049 182
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	—	—	—	—	—	13 109	—	—	—	13 109
Saldo final	—	—	—	—	—	13 109	—	—	—	13 109
Ativos fixos tangíveis líquidos	31 653 546	91 824 314	46 257 880	73 986	8 580 116	6 542 093	4 205 302	188 016	161 684 170	351 009 423

As depreciações contabilizadas no montante de 14 735 723 Euros (12 503 904 Euros em 31 de março de 2024), foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

A 31 de março de 2025, mantendo a sua estratégia de desenvolvimento do negócio imobiliário, descrita em detalhe na nota 7, os CTT procederam à transferência de 30 imóveis para a CTT IMO Yield, que se traduziu no desreconhecimento de ativos fixos tangíveis no valor líquido contabilístico de 5 417 milhares de Euros e propriedades de investimento no valor líquido contabilístico de 422 milhares de euros (nota 6). De seguida, a Empresa efetuou uma operação de *leaseback* dos imóveis utilizados no âmbito da sua atividade operacional. Esta operação resultou no reconhecimento de um direito de uso de 2 460 milhares de euros, bem como o respetivo passivo de locação de 5 997 milhares de euros. A mais-valia gerada na operação totaliza 2 605 milhares de euros na Empresa. Considerando que se trata de uma operação entre empresas do grupo, não foram reconhecidos impactos em resultados do período na Empresa. Saliencia-se de igual forma, que esta operação não tem impacto nas contas consolidadas do Grupo.

De acordo com o contrato de concessão em vigor (Nota 1), no termo da concessão reverterá gratuita e automaticamente para o concedente, os bens dos domínios público e privado do Estado. Sendo a rede postal propriedade exclusiva dos CTT, reverterão para a posse do Estado apenas os bens que ao Estado pertençam, pelo que no fim da concessão os CTT continuarão na posse dos bens que integram o seu património. O Conselho de Administração suportado nos registos patrimoniais da Empresa e na declaração da Direção Geral do Tesouro e Finanças, responsável pelo Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIE), conclui que o ativo dos CTT não inclui qualquer bem do domínio público ou privado do Estado.

Como no âmbito do contrato de concessão o concedente não controla qualquer interesse residual significativo na rede postal dos CTT e sendo os CTT livres para alienar, substituir ou onerar os bens que integram a rede postal, a IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços não é aplicável ao contrato de concessão de prestação do serviço postal universal.

Durante o período de três meses findos em 31 de março de 2025, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, foram os seguintes:

Edifícios e outras construções

Os movimentos associados às aquisições e transferências dizem respeito à capitalização de obras em edifícios próprios e alheios em diversas instalações dos CTT e da CTT Expresso.

Equipamento básico

O valor relativo a aquisições respeita maioritariamente, à aquisição de equipamento informático no valor de 127 mil Euros, a aquisição de contentores no valor de 80 mil Euros pela CTT Expresso, à aquisição de veículos para a distribuição no valor de 121 mil Euros por parte da CORRE e à aquisição de *lockers* no valor de 203 mil Euros pela Open Lockers.

Equipamento administrativo

O valor relativo a aquisições respeita maioritariamente, à aquisição de diversos equipamento informático no valor aproximado de 646 mil Euros pelos CTT e à aquisição de diversos equipamento informático no valor de 57 mil Euros e aquisição de mobiliário no valor de 64 mil euros pela CTT Expresso.

Outros ativos fixos tangíveis

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente equipamentos de prevenção e segurança no valor aproximado de 25 mil Euros nos CTT.

Direitos de Uso

Os direitos de uso reconhecidos detalham-se como segue, por tipologia de bem subjacente:

31.12.2024				
	Edifícios	Veículos	Outros ativos	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	229 708 181	42 448 596	4 733 764	276 890 540
Novos Contratos	32 832 622	34 201 093	1 386 101	68 419 817
Transferências e abates	(1 227 994)	(268 983)	—	(1 496 977)
Contratos findos	(91 141)	(103 351)	—	(194 492)
Remensurações	2 595 541	2 448 690	—	5 044 231
Regularizações	(2 540)	—	—	(2 540)
Saldo final	263 814 669	78 726 045	6 119 866	348 660 580
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	131 605 848	32 270 818	2 870 365	166 747 031
Depreciações do período	22 853 446	12 191 171	1 132 342	36 176 959
Transferências e abates	(1 375 343)	(154 671)	—	(1 530 015)
Contratos findos	(101 236)	(174 747)	—	(275 983)
Saldo final	152 982 714	44 132 570	4 002 708	201 117 992
Ativos fixos tangíveis líquidos	110 831 955	34 593 475	2 117 158	147 542 588

31.03.2025				
	Edifícios	Veículos	Outros ativos	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	263 814 669	78 726 045	6 119 866	348 660 580
Novos Contratos	8 420 174	4 672 910	94 616	13 187 700
Transferências e abates	(1 056 216)	—	—	(1 056 216)
Contratos findos	—	(39 291)	—	(39 291)
Remensurações	10 614 090	—	—	10 614 090
Saldo final	281 792 717	83 359 665	6 214 482	371 366 864
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	152 982 714	44 132 570	4 002 708	201 117 992
Depreciações do período	6 075 838	3 157 257	280 358	9 513 453
Transferências e abates	(807 175)	—	—	(807 175)
Contratos findos	—	(37 685)	—	(37 685)
Regularizações	(103 892)	—	—	(103 892)
Saldo final	158 147 485	47 252 143	4 283 065	209 682 694
Ativos fixos tangíveis líquidos	123 645 232	36 107 522	1 931 416	161 684 170

As depreciações contabilizadas, no montante de 9 513 453 Euros (7 642 413 Euros em 31 de março de 2024), foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

A informação sobre os passivos associados a estas locações bem como os gastos de financiamento encontram-se divulgados nas notas dos “Financiamentos obtidos” (Nota 18) e nota dos “Gastos e rendimentos financeiros” (Nota 25), respetivamente.

No período de três meses findos em 31 de março de 2025 não foram capitalizados quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

De acordo com a análise de indícios de imparidade com referência a 31 de março de 2025, não foram identificados eventos ou circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual os ativos fixos tangíveis estão registados possa não ser recuperado.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de ativos fixos tangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Fixos Tangíveis totalizam a 31 de março de 2025, 5 110 671 Euros.

5. Ativos intangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findos em 31 de março de 2025, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	31.12.2024					
	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4 380 552	193 000 538	19 836 097	2 309 070	3 912 114	223 438 371
Aquisições	—	1 671 337	91 119	—	20 040 915	21 803 371
Alienações	—	(4 557 236)	—	—	—	(4 557 236)
Transferências e abates	—	15 714 171	—	—	(15 493 791)	220 380
Regularizações	—	—	25 700	—	—	25 700
Saldo final	4 380 552	205 828 811	19 952 916	2 309 070	8 459 237	240 930 586
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4 380 552	131 770 613	15 360 727	1 286 695	—	152 798 587
Amortizações do período	—	17 808 048	1 055 378	360 838	—	19 224 263
Alienações	—	(4 557 236)	—	—	—	(4 557 236)
Regularizações	—	—	18 185	—	—	18 185
Saldo final	4 380 552	145 021 425	16 434 289	1 647 533	—	167 483 799
Ativos intangíveis líquidos	—	60 807 387	3 518 627	661 537	8 459 237	73 446 787

31.03.2025						
	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4 380 552	205 828 811	19 952 916	2 309 070	8 459 237	240 930 586
Aquisições	—	444 149	470	—	3 841 943	4 286 562
Transferências e abates	—	3 809 291	—	—	(3 809 291)	—
Regularizações	—	—	(17 113)	—	—	(17 113)
Saldo final	4 380 552	210 082 251	19 936 272	2 309 070	8 491 890	245 200 034
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4 380 552	145 021 425	16 434 289	1 647 533	—	167 483 799
Amortizações do período	—	4 691 237	152 201	90 210	—	4 933 648
Regularizações	—	—	(12 544)	—	—	(12 544)
Saldo final	4 380 552	149 712 662	16 573 947	1 737 743	—	172 404 903
Ativos intangíveis líquidos	—	60 369 589	3 362 325	571 327	8 491 890	72 795 131

As amortizações do período findo em 31 de março de 2025, no montante de 4 933 648 Euros (4 579 322 Euros em 31 de março de 2024) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

Durante o primeiro semestre de 2024, o Grupo alterou a estimativa de vida útil remanescente do *core banking system* (principal *software* operacional do Banco CTT) para cerca de 2 anos (anteriormente eram 7 anos), atribuindo-lhe um valor residual estimado de cerca de 6 000 milhares de euros. Esta alteração decorre da assinatura de um contrato de prestação de serviço com o fornecedor do licenciamento atual que prevê a migração e *upgrade* da atual licença (*on premisses*) para o acesso a uma licença de um *software as a service*, que incorporará um conjunto de customizações e configurações que transitarão do atual sistema *on premisses* e às quais se atribui um valor semelhante ao valor residual mencionado, o qual se estima que entre em vigor no final de 2025. A 31 de março de 2025, este ativo tem um valor líquido de balanço de 7 129 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 7 493 milhares de euros).

As transferências ocorridas no período findo em 31 de março de 2025 de ativos intangíveis em curso para programas de computador dizem respeito a projetos informáticos concluídos no decorrer do exercício.

Foram capitalizados em “Programas de computador” e “Ativos intangíveis em curso”, os valores de 1 671 337 Euros e 788 163 Euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, que dizem respeito à participação de recursos internos do Grupo no desenvolvimento de projetos de informática.

Os ativos intangíveis em curso em 31 de março de 2025 referem-se a projetos de informática que se encontram a ser desenvolvidos sendo os mais significativos os seguintes:

	31.03.2025
Galaxy - software	896 413
Projeto Cards - Software	767 880
Área Cliente B2B	579 103
CBS Upgrade 2024	552 373
Migração Digital Channels 2025	425 296
SAP - software	414 809
Plataforma - Produtos de Investimento	408 929
Mulesoft - Software	388 338
Transferências Imediatas	323 374
Commvault - software	297 651
Marketing Automation	233 877
Solução de Gestão de Frota - software	223 185
VIA CTT - software	204 505
	5 715 732

O Grupo não identificou incertezas relevantes quanto à conclusão dos projetos em curso, nem quanto à sua recuperabilidade.

A maioria dos projetos tem data de conclusão prevista para o ano de 2025.

Quanto ao exercício económico de 2024, o **Grupo** encontra-se ainda a identificar e quantificar as despesas incorridas com I&D, conforme divulgado na nota 26.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos.

No período de três meses findos em 31 de março de 2025 não foram capitalizados quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis totalizam o montante de 11 494 590 Euros a 31 de março de 2025.

6. Propriedades de investimento

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findos em 31 de março de 2025, o Grupo tem os seguintes ativos classificados como propriedades de investimento:

31.12.2024			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	2 862 247	11 052 892	13 915 139
Alienações	(746 871)	(1 434 106)	(2 180 976)
Outros movimentos	90 151	268 567	358 718
Saldo final	2 205 528	9 887 353	12 092 881
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	155 569	7 531 191	7 686 759
Depreciações do período	—	190 827	190 827
Alienações	(17 174)	(1 017 940)	(1 035 115)
Outros movimentos	—	10 286	10 286
Saldo final	138 394	6 714 363	6 852 758
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	—	252 393	252 393
Reversões	—	(186 195)	(186 195)
Saldo final	—	66 199	66 199
Propriedades de investimento líquidas	2 067 134	3 106 792	5 173 925

31.03.2025			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	2 205 528	9 887 353	12 092 881
Alienações	(12 470)	(109 640)	(122 110)
Saldo final	2 193 058	9 777 714	11 970 772
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	138 394	6 714 363	6 852 758
Depreciações do período	—	46 339	46 339
Alienações	(1 414)	(69 817)	(71 231)
Saldo final	136 981	6 690 885	6 827 865
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	—	66 199	66 199
Reversões	—	(33 200)	(33 200)
Saldo final	—	32 999	32 999
Propriedades de investimento líquidas	2 056 077	3 053 830	5 109 908

Estes ativos não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, estando no mercado disponíveis para arrendamento.

O valor de mercado dos ativos classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2024 efetuadas por entidades independentes, ascende a 6 843 465 Euros.

As depreciações no período de três meses findos em 31 de março de 2025, no montante de 46 339 Euros (52 670 Euros em 31 de março de 2024) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

No período três meses findos em 31 de março de 2025, o montante de rendas cobradas pelo Grupo pelo arrendamento dos imóveis e equipamentos classificados como propriedade de investimento foi de 1 016 Euros (31 de março de 2024: 1 492 Euros).

7. Empresas incluídas no perímetro de consolidação

Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, foram incluídas na consolidação a empresa-mãe, CTT – Correios de Portugal, S.A. e as seguintes subsidiárias:

Denominação social	País	Sede	31.12.2024			31.03.2025		
			Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Empresa - mãe:								
CTT - Correios de Portugal, S.A.	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	—	—	—	—	—	—
Subsidiárias:								
CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A. ("CTT Expresso")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
Payshop Portugal, S.A. ("Payshop")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
CTT Contacto, S.A. ("CTT Con")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
CTT Soluções Empresariais, S.A. ("CTT Sol")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
Correio Expresso de Moçambique, S.A. ("CORRE")	Moçambique	Av. 24 de Julho, Edifício 24, n.º 1097, 3.º Piso, Bairro da Polana Maputo - Moçambique	50	—	50	50	—	50
Banco CTT, S.A. ("BancoCTT")	Portugal	Praça Duque de Saldanha, n.º 1 Edf. Atrium Saldanha Piso 3 1050-094 Lisboa	91,29	—	91,29	91,29	—	91,29
1520 Innovation Fund ("TechTree")	Portugal	Av Conselheiro Fernando de Sousa, 19 13º Esq 1070-072 Lisboa	37,5	62,5	100	37,5	62,5	100
321 Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A. ("321 Crédito")	Portugal	Avenida da Boavista, n.º 772, 1.º, Edifício Boavista Prime 4100-111 Porto	—	91,29	91,29	—	91,29	91,29
NewSpring Services, S.A. ("NSS")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	—	100	100	—	100	100
CTT IMO - Sociedade Imobiliária, S.A. ("CTTI")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
Open Lockers, S.A. ("Lock")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	—	100	100	—	100	100
MedSpring, S.A. ("MEDS")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	—	100	100	—	100	100
CTT Services, S.A. ("Serv")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	—	100	100	—	100	100
CTT Imo Yield, S.A. ("IMOY")	Portugal	Lugar do Espido, Via Norte, 4470-177 Maia-Porto	73,70	—	73,70	73,70	—	73,70

Relativamente à empresa "CORRE", em virtude de o Grupo ter direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento e ter a capacidade de afetar esses retornos, a mesma é incluída no perímetro de consolidação.

A 4 de janeiro de 2024, a CTT IMO Yield concluiu o processo de conversão num organismo de investimento alternativo imobiliário (OIA) sob forma societária de capital fixo e de subscrição particular, gerida por uma entidade gestora que integra o universo empresarial da Sierra Investments, a sociedade Sierra IG - SGOIC, S.A. Na mesma data, os CTT concretizaram a venda de uma posição acionista de 26,3% na CTT IMO Yield à Sonae Investment SGPS, S.A. e outros investidores, tal como previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações, que se traduziu num recebimento bruto de 32 447 343 Euros. No seguimento desta operação foi reconhecido o montante de 32 959 531 Euros na rubrica “interesses que não controlam” no capital próprio.

A 18 de Abril de 2024, a CTT Expresso procedeu à aquisição da participação minoritária na Open Lockers detida pelos restantes acionistas da entidade, no montante de 1 439 000 Euros. O Grupo passa, desta forma, a deter uma participação de 100% na Open Lockers, a partir dessa data.

Em 26 de junho de 2024, o Banco CTT subscreveu um aumento de capital social na subsidiária 321 Crédito, mediante a realização de uma entrada em dinheiro, no montante de 5 000 000 Euros dando origem à emissão de 5 000 000 de novas ações escriturais, ordinárias, nominativas e com um valor de emissão de 1 euro cada. O montante de capital social da 321 Crédito no valor de 30 000 000 Euros passou para 35 000 000 Euros.

A 6 de novembro de 2022, os CTT Correios de Portugal, S.A. e a sua subsidiária Banco CTT, S.A. celebraram um acordo de parceria estratégica com a Generali Seguros, S.A. (Tranquilidade/Generali Seguros).

A transação celebrada entre as partes incluía:

- Acordos de distribuição de longo prazo, com período de exclusividade renovável a cada 5 anos, para a distribuição pelos CTT e pelo Banco CTT de produtos de seguros de vida e não vida da Tranquilidade/Generali Seguros;
- Subscrição pela Tranquilidade/Generali Seguros de um aumento de capital social reservado de 25 milhões de euros no Banco CTT em contrapartida de uma participação de 8,71%. Um Acordo Parassocial conferirá à Tranquilidade/Generali Seguros um conjunto de direitos minoritários em linha com a dimensão da participação.

A 29 de novembro de 2024, após a aprovação pelas autoridades competentes, os CTT formalizaram com a Generali Tranquilidade a parceria estratégica para o Banco CTT, anunciada no final de 2022, nos termos acima descritos.

A subscrição de um aumento no capital social do Banco CTT de 25 milhões de euros pela Tranquilidade/ Generali Seguros, traduziu-se numa participação societária minoritária de 8,71%, e numa consequente redução da participação dos CTT, incluindo da subsidiária do Banco, 321 Crédito, para 91,29%, à data de 29 de novembro de 2024. Esta operação traduziu-se no reconhecimento de interesses que não controlam no montante de 27 153 204 Euros.

A 30 de janeiro de 2025 a CTT IMO Yield foi objeto de aumento de capital por entrada em dinheiro, no montante de 976 007 Euros. Este aumento de capital deu origem à emissão de 1 015 510 novas ações.

Em 5 de fevereiro de 2025 os CTT, dando continuidade à sua estratégia de desenvolvimento do negócio imobiliário, procederam à transferência de 30 imóveis para a CTT IMO Yield sob a forma de contribuição de capital em espécie, no montante de 11 980 000 Euros. Esta operação deu origem à emissão de 12 464 884 novas ações.

O montante da entrada em espécie correspondeu ao justo valor dos imóveis apurado através de avaliação externa elaborada por dois peritos independentes. Para cada imóvel objeto de transferência foi considerado para a determinação do seu justo valor, o valor médio das duas avaliações elaboradas por cada um dos peritos independentes.

Na sequência destas operações de aumento de capital na CTT IMO Yield, em 25 de fevereiro, foram alienadas pelos CTT, aos atuais acionistas, as ações necessárias para manter a proporção de detenção de capital de cada um dos acionistas, pelo que, em 31 de março de 2025, os CTT mantêm os 73,7% de participação nesta entidade. Por não implicar a perda de controlo, esta operação foi considerada uma *equity transaction*, tendo o montante de 3 407 430 Euros sido reconhecido na rubrica “Interesses que não controlam” no capital próprio.

Em 7 de março de 2025 a Open Lockers foi alvo de um aumento de capital sobre a forma de prestação suplementar no montante de 2 200 000 Euros.

Entidades controladas conjuntamente

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, o Grupo detinha os seguintes interesses em entidades controladas conjuntamente, registadas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2024			31.03.2025		
			Percentagem do capital detido					
			Direta			Indireta		
NewPost, ACE	Portugal	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 Lisboa	49	—	49	49	—	49
PTP & F, ACE	Portugal	Estrada Casal do Canas Amadora	51	—	51	51	—	51
Wolfspring, ACE	Portugal	Urbanização do Passil, nº 100-A 2890-1852 Alcochete	—	50	50	—	50	50

Associadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, o Grupo detinha as seguintes participações em empresas associadas, incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2024			31.03.2025		
			Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Mafelosa, SL (a)	Espanha	Castellon - Espanha	—	25	25	—	25	25
Urpacsur, SL (a)	Espanha	Málaga - Espanha	—	30	30	—	30	30

(a) Empresa participada pela CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A., sucursal em Espanha (em 2018 era detida pela Tourline Mensajería, SLU), que se encontra atualmente sem atividade.

Entidades estruturadas

Adicionalmente, considerando os requisitos da IFRS 10, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades estruturadas:

Denominação	Ano de Constituição	Local de emissão	Método de Consolidação
Ulisses Finance No.2 (*)	2021	Portugal	Integral
Ulisses Finance No.3 (*)	2022	Portugal	Integral
Chaves Funding No.8 (*)	2019	Portugal	Integral

(*) Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização, registadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o envolvimento continuado do Grupo, determinado com base na detenção dos interesses residuais (*equity piece* ou *excess spread*) dos respetivos veículos e na medida em que o Grupo detém substancialmente os riscos e benefícios associados aos ativos subjacentes e tem a capacidade para afetar estes mesmos riscos e benefícios.

De seguida apresentam-se os principais impactos da consolidação destas entidades estruturadas nas contas do Grupo:

	31.12.2024	31.03.2025
Caixa e equivalentes de caixa	17 527 712	18 308 750
Ativos ao justo valor através de resultados (Derivados)	6 283 361	4 980 842

Alterações no perímetro de consolidação

No período de findo a 31 de dezembro de 2024, ocorreram as seguintes alterações societárias: 1) com a alienação de 26,3% da participação na CTT IMO Yield, o grupo passou a deter 73,7% da entidade; 2) com a aquisição da participação minoritária na Open Lockers detida pelos restantes acionistas da entidade, o Grupo passou a deter 100% desta entidade e; 3) com a subscrição de um aumento de capital por um entidade terceira no Banco CTT, o grupo passou a deter 91,29% desta entidade, e de forma indireta, da sua subsidiária 321C.

No período de três meses findos em 31 de março de 2025, não ocorreram alterações ao perímetro de consolidação.

8. Investimentos em títulos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, a rubrica “Investimentos em Títulos” detalha-se como segue:

	31.12.2024	31.03.2025
Não corrente		
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	358 036 202	357 612 748
Imparidade	(53 096)	(53 159)
	357 983 106	357 559 589
Corrente		
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	1 054 748 382	1 090 691 276
Títulos de dívida supranacional	637 439 939	638 426 868
Obrigações de outros emissores	9 015 432	—
Imparidade	(50 245)	(55 771)
	1 701 153 508	1 729 062 374
	2 059 136 614	2 086 621 962

Os ativos financeiros desta carteira são geridos com base num modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais.

O aumento do saldo das rubricas de investimentos em títulos justifica-se essencialmente pela variação da exposição (valor nominal) positiva de 70 milhões de euros de dívida francesa, 5 milhões de euros de dívida pública portuguesa, 2 milhões de euros de dívida pública supranacional e pela variação negativa de 45 milhões de euros de dívida pública espanhola e 9 milhões de dívida privada espanhola.

A análise dos ativos financeiros ao custo amortizado, por maturidade residual, a 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, apresenta-se como segue:

31.12.2024							
	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Títulos de dívida pública							
Nacionais	13 184 741	4 935 974	18 120 715	37 554 006	124 259 693	161 813 699	179 934 414
Estrangeiros	394 998 166	641 629 500	1 036 627 666	29 056 317	167 166 186	196 222 503	1 232 850 169
Títulos de dívida supranacional	508 519 817	128 920 122	637 439 939	—	—	—	637 439 939
Obrigações de outros emissores							
Estrangeiros	9 015 432	—	9 015 432	—	—	—	9 015 432
	925 718 156	775 485 597	1 701 203 752	66 610 323	291 425 879	358 036 202	2 059 239 954

				31.03.2025						
				Corrente			Total			
				Não corrente						
				Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao custo amortizado										
Títulos de dívida pública										
Nacionais				7 554 401	16 239 348	23 793 749	37 495 043	124 214 808	161 709 850	185 503 600
Estrangeiros				474 784 344	592 113 183	1 066 897 527	29 052 466	166 850 432	195 902 897	1 262 800 424
Títulos de dívida supranacional				130 453 573	507 973 295	638 426 868	—	—	—	638 426 868
Obrigações de outros emissores										
Estrangeiros				—	—	—	—	—	—	—
				612 792 318	1 116 325 827	1 729 118 144	66 547 508	291 065 239	357 612 748	2 086 730 892

Justo valor

A carteira de investimentos em títulos ao custo amortizado tinha, a 31 de dezembro de 2024, um justo valor de 2 036 925 milhares de euros (uma diferença negativa de 22 212 milhares de euros relativamente ao seu valor contabilístico).

A carteira de investimentos em títulos ao custo amortizado tinha, a 31 de março de 2025, um justo valor de 2 061 392 milhares de euros (uma diferença negativa de 25 230 milhares de euros relativamente ao seu valor contabilístico).

Imparidade

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findos em 31 de março de 2025, detalham-se como segue:

	31.12.2024				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes					
Investimento em títulos ao custo amortizado	67 657	25 440	(22 380)	(17 622)	53 096
	67 657	25 440	(22 380)	(17 622)	53 096
Ativos correntes					
Investimento em títulos ao custo amortizado	29 726	24 074	(21 178)	17 622	50 245
	29 726	24 074	(21 178)	17 622	50 245
	97 383	49 514	(43 557)	—	103 341

	31.03.2025				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes					
Investimento em títulos ao custo amortizado	53 096	17 127	(14 399)	(2 664)	53 159
	53 096	17 127	(14 399)	(2 664)	53 159
Ativos correntes					
Investimento em títulos ao custo amortizado	50 245	17 968	(15 107)	2 664	55 771
	50 245	17 968	(15 107)	2 664	55 771
	103 342	35 095	(29 506)	—	108 930

Relativamente às perdas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado, os movimentos por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findos em 31 de março de 2025, detalham-se como segue:

	31.12.2024	31.03.2025
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	97 384	103 341
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	49 494	33 191
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(13 811)	(17 199)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs	(29 726)	(10 403)
Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado	103 341	108 930

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2024	31.03.2025
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	97 384	103 341
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira	5 957	5 589
Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado	103 341	108 930

De acordo com a política contabilística em vigor, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade nas suas carteiras de ativos financeiros ao custo amortizado.

9. Outros ativos e passivos financeiros bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, as rubricas “Outros ativos financeiros bancários” e “Outros passivos financeiros bancários” apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2024	31.03.2025
Ativo corrente		
Aplicações em bancos centrais	644 360 692	476 121 062
Aplicações em instituições de crédito	56 941 003	58 428 384
Imparidade	(4 623)	(3 115)
Outros	4 246 007	8 155 615
Imparidade	(1 834 074)	(1 834 307)
	703 709 006	540 867 638
Passivo corrente		
Outros	31 877 142	34 854 046
	31 877 142	34 854 046

Aplicações em Bancos Centrais, Instituições de crédito e Empréstimos a instituições de crédito

Relativamente a estas rubricas o escalonamento por prazos de vencimento apresenta-se como segue:

	31.12.2024	31.03.2025
Até 3 meses	694 432 914	526 141 895
De 3 a 12 meses	6 868 780	8 407 551
	701 301 695	534 549 446

A rubrica Aplicações em instituições de crédito apresentou no período uma rentabilidade média anual de 1,510 % (31 de dezembro de 2024: 3,100 %).

O montante de 476 121 062 Euros registado em aplicações em bancos centrais corresponde a depósitos *overnight* junto do Banco de Portugal. A diminuição do saldo face ao período anterior decorre da gestão de liquidez do Banco CTT que no ano de 2024 passou por reforçar o investimento na carteira de títulos.

Imparidade

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findos em 31 de março de 2025, detalham-se como segue:

	31.12.2024				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Ativos correntes					
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	8 143	4 623	(8 143)	—	4 623
Outros	1 821 475	19 464	(6 169)	(696)	1 834 074
	1 829 618	24 087	(14 312)	(696)	1 838 696
	1 829 618	24 087	(14 312)	(696)	1 838 696

	31.03.2025				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Ativos correntes					
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	4 623	707	(2 214)	—	3 115
Outros	1 834 074	1 882	(1 648)	—	1 834 307
	1 838 696	2 589	(3 863)	—	1 837 423
	1 838 696	2 589	(3 863)	—	1 837 423

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de aplicações e empréstimos a instituições de crédito por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findos em 31 de março de 2025, detalham-se como segue:

	31.12.2024	31.03.2025
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	8 143	4 623
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	4 623	707
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	—	(933)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs	(8 143)	(1 282)
Imparidade	4 623	3 115

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2024	31.03.2025
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	8 143	4 623
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira	(3 520)	(1 507)
Imparidade	4 623	3 115

A rubrica “Outros passivos correntes” regista fundamentalmente o saldo de operações bancárias pendentes de liquidação financeira.

10. Crédito a clientes bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, a rubrica “Crédito a clientes bancários” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2024	31.03.2025
Crédito vivo	1 765 851 965	1 829 699 698
Crédito hipotecário	801 803 950	852 647 939
Crédito automóvel	960 408 687	972 861 723
Locação financeira	937 888	858 544
Descobertos em depósitos à ordem	2 701 440	3 331 492
Crédito vencido	22 264 515	26 271 714
Crédito vencido - menos de 90 dias	1 638 823	1 668 492
Crédito vencido - mais de 90 dias	20 625 692	24 603 222
	1 788 116 480	1 855 971 412
Imparidade para riscos de crédito	(46 569 146)	(50 998 045)
	1 741 547 334	1 804 973 366

O escalonamento do crédito a clientes bancários por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, apresenta-se como segue:

31.12.2024									
	Corrente					Não corrente			Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Crédito vencido	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Crédito hipotecário	—	5 362 938	11 830 430	44 163	17 237 531	31 601 703	753 008 879	784 610 582	801 848 113
Crédito automóvel	—	37 963 578	103 994 570	20 233 970	162 192 118	268 751 243	549 699 296	818 450 539	980 642 657
Locação financeira	—	72 670	182 558	56 559	311 787	243 917	438 744	682 660	994 447
Descobertos em depósitos à ordem	2 701 440	—	—	1 929 822	4 631 263	—	—	—	4 631 263
	2 701 440	43 399 185	116 007 557	22 264 515	184 372 698	300 596 862	1 303 146 919	1 603 743 782	1 788 116 480

31.03.2025									
	Corrente					Não corrente			Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Crédito vencido	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Crédito hipotecário	—	5 772 805	13 273 675	36 584	19 083 064	37 508 610	796 092 849	833 601 459	852 684 523
Crédito automóvel	—	30 952 482	77 855 198	24 264 621	133 072 302	282 563 029	581 491 014	864 054 043	997 126 344
Locação financeira	—	14 426	19 251	59 709	93 387	297 082	527 784	824 866	918 253
Descobertos em depósitos à ordem	3 331 492	—	—	1 910 800	5 242 291	—	—	—	5 242 291
	3 331 492	36 739 714	91 148 124	26 271 714	157 491 044	320 368 721	1 378 111 647	1 698 480 368	1 855 971 412

No dia 28 de junho de 2024 foi acordada a venda de uma carteira de créditos Auto (*Non-Performing Loans*) com o valor de balanço (bruto) de 22 432 milhares de euros, cuja liquidação ocorreu durante o mês de setembro, momento em que foram cumpridos os critérios de desreconhecimento previstos na IFRS 9. Esta operação teve o duplo propósito de maximizar o valor recuperado de exposições não produtivas e de reduzir o rácio de exposições não produtiva, tendo ainda resultado um impacto positivo na conta de exploração do Grupo decorrente da venda com mais-valia.

A análise da rubrica, por tipo de crédito, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, é analisada como segue:

31.12.2024					
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito hipotecário	801 803 950	44 163	801 848 113	(1 775 473)	800 072 640
Crédito automóvel	960 408 687	20 233 970	980 642 657	(43 130 850)	937 511 807
Locação financeira	937 888	56 559	994 447	(191 959)	802 488
Descobertos em depósitos à ordem	2 701 440	1 929 822	4 631 263	(1 470 864)	3 160 399
	1 765 851 965	22 264 515	1 788 116 480	(46 569 146)	1 741 547 334

	31.03.2025				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito hipotecário	852 647 939	36 584	852 684 523	(1 642 901)	851 041 622
Crédito automóvel	972 861 723	24 264 621	997 126 344	(47 678 360)	949 447 984
Locação financeira	858 544	59 709	918 253	(189 977)	728 275
Descobertos em depósitos à ordem	3 331 492	1 910 800	5 242 291	(1 486 806)	3 755 485
	1 829 699 698	26 271 714	1 855 971 412	(50 998 045)	1 804 973 366

A carteira de crédito total detalhada por *stage* segundo definido na IFRS 9 é apresentada como segue:

	31.12.2024	31.03.2025
Stage 1	1 611 704 252	1 670 701 323
Valor Bruto	1 616 699 954	1 675 661 990
Imparidade	(4 995 703)	(4 960 668)
Stage 2	77 610 864	78 937 432
Valor Bruto	85 493 665	87 277 053
Imparidade	(7 882 801)	(8 339 621)
Stage 3	52 232 218	55 334 612
Valor Bruto	85 922 860	93 032 369
Imparidade	(33 690 642)	(37 697 757)
	1 741 547 334	1 804 973 366

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, realizadas através de titularização e sujeitas a consolidação no âmbito da IFRS 10.

Justo valor

A rubrica “Crédito a clientes bancários” tinha, a 31 de dezembro de 2024, um justo valor de 1 725 795 milhares de euros (uma diferença negativa de 16 237 milhares de euros relativamente ao seu valor contabilístico).

A rubrica “Crédito a clientes bancários” tinha, a 31 de março de 2025, um justo valor de 1 790 794 milhares de euros (uma diferença negativa de 14 657 milhares de euros relativamente ao seu valor contabilístico).

Perdas por imparidade

No ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findos em 31 de março de 2025, o movimento ocorrido em “Imparidade para riscos de crédito” (Nota 13) foi como segue:

	31.12.2024						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Crédito a clientes bancários	27 220 455	32 565 722	(24 328 206)	(9 432 726)	3 937 253	382 739	30 345 237
	27 220 455	32 565 722	(24 328 206)	(9 432 726)	3 937 253	382 739	30 345 237
Ativos correntes							
Crédito a clientes bancários	20 595 544	17 411 078	(13 006 937)	(5 043 153)	(3 937 253)	204 629	16 223 909
	20 595 544	17 411 078	(13 006 937)	(5 043 153)	(3 937 253)	204 629	16 223 909
	47 815 999	49 976 800	(37 335 143)	(14 475 879)	—	587 368	46 569 146

31.03.2025						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos
Ativos não correntes						
Crédito a clientes bancários	30 345 237	6 057 145	(3 156 758)	(1 667)	134 320	—
	30 345 237	6 057 145	(3 156 758)	(1 667)	134 320	—
Ativos correntes						
Crédito a clientes bancários	16 223 909	3 197 454	(1 666 394)	(880)	(134 320)	—
	16 223 909	3 197 454	(1 666 394)	(880)	(134 320)	—
	46 569 146	9 254 599	(4 823 152)	(2 547)	—	—

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de crédito a clientes bancários do período findo em 31 de março de 2025, no montante de 4 431 447 Euros (4 303 490 Euros em 31 março 2024) foram registadas na rubrica de “Imparidade de outros ativos financeiros bancários”.

O acréscimo das perdas por imparidade do período é essencialmente explicada por: i) Crédito Auto: dotação líquida de 4 550 milhares de euros nos primeiros 3 meses de 2025 (31 de março de 2024: 4 150 milhares de euros) e ii) Crédito Habitação: reversão líquida de 133 milhares de euros (31 de março de 2024: dotação de 142 milhares de euros), o que justifica o acréscimo de 136 milhares de euros na imparidade do crédito a clientes no primeiro trimestre de 2025 face ao período homólogo.

Os movimentos nas perdas de imparidade por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findos em 31 de março de 2025, detalham-se como segue:

31.12.2024				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	3 698 349	6 444 691	37 672 959	47 815 999
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	1 707 289	1 110 650	1 086 290	3 904 230
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(2 025 061)	2 767 435	12 312 440	13 054 814
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs	(377 450)	(391 631)	(3 548 306)	(4 317 387)
Write-offs	—	—	(14 475 879)	(14 475 879)
Transferências para:				
Stage 1	2 256 345	(1 305 869)	(950 477)	—
Stage 2	(178 928)	1 763 209	(1 584 281)	—
Stage 3	(95 918)	(2 570 759)	2 666 677	—
Variações cambiais e outros movimentos	11 076	65 075	511 218	587 369
Imparidade	4 995 703	7 882 801	33 690 642	46 569 146
<i>Dos quais: POCI</i>	—	—	244 913	244 913

	31.03.2025			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	4 995 703	7 882 801	33 690 642	46 569 146
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	462 288	86 650	2 416	551 354
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(1 605 253)	2 709 536	3 230 424	4 334 707
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs	(125 415)	(112 491)	(216 708)	(454 615)
Write-offs	—	—	(2 547)	(2 547)
Transferências para:				
Stage 1	1 386 626	(1 108 664)	(277 962)	—
Stage 2	(140 203)	621 713	(481 510)	—
Stage 3	(13 235)	(1 742 017)	1 755 252	—
Variações cambiais e outros movimentos	158	2 093	(2 251)	—
Imparidade	4 960 668	8 339 621	37 697 757	50 998 045
<i>Dos quais: POCI</i>	—	—	239 953	239 953

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2024			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	3 698 349	6 444 691	37 672 959	47 815 999
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(695 221)	3 486 454	9 850 425	12 641 657
Transferências de Stage (líquidas)	1 981 499	(2 113 419)	131 920	—
Vendas de Crédito	—	—	(14 218 268)	(14 218 268)
Write-offs	—	—	(257 612)	(257 612)
Variações cambiais e outros movimentos	11 076	65 075	511 218	587 369
Imparidade	4 995 703	7 882 801	33 690 642	46 569 146

	31.03.2025			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	4 995 703	7 882 801	33 690 642	46 569 146
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(1 268 381)	2 683 694	3 016 133	4 431 447
Transferências de Stage (líquidas)	1 233 188	(2 228 967)	995 780	—
Write-offs	—	—	(2 547)	(2 547)
Variações cambiais e outros movimentos	158	2 093	(2 251)	—
Imparidade	4 960 668	8 339 621	37 697 757	50 998 045

Análise de sensibilidade

Atendendo à elevada incerteza das projeções macroeconómicas e considerando que desvios aos cenários apresentados poderão ter impacto no valor das perdas esperadas estimadas, realizaram-se análises de sensibilidade sobre a distribuição da carteira por *stage* e o respetivo impacto na imparidade.

O Grupo considera que os parâmetros assumidos mais sensíveis ou suscetíveis a alterações de ciclo económico, são a Probabilidade de Incumprimento (PD – *Probability of Default*) para a generalidade

das carteiras e a Perda dado o incumprimento (LGD – *Loss Given Default*) para o caso da carteira de crédito automóvel.

Neste contexto, foi realizada uma análise de sensibilidade que pretendeu apurar qual seria a imparidade da carteira global caso aqueles parâmetros sofressem uma deterioração relativa de 10%, tendo-se concluído que o aumento na imparidade seria de 1 061 milhares de euros, correspondentes a cerca de 2%.

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente apresentava a seguinte composição:

	31.12.2024	31.03.2025
Diferimentos ativos		
Não correntes		
Protocolo crédito habitação colaboradores	1 616 602	2 009 322
Outros	1 801 072	1 808 534
	3 417 674	3 817 856
Correntes		
Rendas a pagar	1 182 761	1 216 448
Subsídios de Refeição	1 315 703	1 315 703
Outros	8 485 637	10 767 139
	10 984 101	13 299 291
	14 401 775	17 117 147
Diferimentos passivos		
Não correntes		
Subsídios ao investimento	662 967	767 491
Outros	313 333	316 798
	976 301	1 084 288
Correntes		
Subsídios ao investimento	11 201	11 201
Passivos resultantes de contratos	4 258 444	2 870 485
Outros	4 025 148	4 229 105
	8 294 793	7 110 790
	9 271 094	8 195 078

A variação da rubrica “Outros diferimentos ativos” resulta essencialmente da renovação de contratos de licenciamento de software e de contratos de seguros.

A rubrica “Passivos resultantes de contratos” decorre da aplicação da IFRS 15 – *Rédito de contratos com clientes* e representa o valor já faturado, mas ainda não reconhecido em resultados por ainda não se encontrarem satisfeitas as “*performance obligations*”, tal como preconizado na norma.

Os “Passivos resultantes de contratos” respeitam essencialmente a valores relativos a selos e pré-pagos de correio azul e correio verde no valor de 960 803 Euros (947 693 Euros em 31 de dezembro de 2024), cujo rédito é expectável ser reconhecido no mês de abril de 2025 (estimativa de 80% do valor da rubrica) e o restante valor ao longo do ano de 2025, e a objetos faturados e não entregues a 31 de março de 2025 do segmento expresso, no valor 1 909 682 Euros (3 310 751 Euros em 31 de dezembro de 2024), cujo rédito é reconhecido no momento da entrega no mês seguinte.

O rédito reconhecido no período, incluído no saldo dos passivos resultantes do contrato no início do período ascendeu a 4 258 444 Euros.

Não foram reconhecidos “Ativos resultantes de contratos” associados à aplicação da IFRS 15 - Rêditos de contratos com clientes.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 dezembro 2024 e 31 de março de 2025, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	31.12.2024	31.03.2025
Numerário	61 304 517	58 307 599
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	109 238 418	142 317 285
Disponibilidades em Bancos Centrais	40 859 143	42 226 431
Disponibilidades em outras instituições de crédito	30 917 611	31 863 089
Depósitos a prazo	73 592 459	35 730 223
Caixa e seus equivalentes (Demonstração da Posição Financeira)	315 912 146	310 444 628
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	(40 447 300)	(40 520 900)
Cheques a cobrar / Compensação de cheques	(5 283 468)	(6 970 940)
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias	1 846	4 251
Caixa e seus equivalentes (Demonstração de Fluxos de Caixa)	270 183 224	262 957 039

A rubrica “Depósitos à ordem no Banco de Portugal” inclui depósitos de carácter obrigatório com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, o qual estabelece que as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal correspondem a 1% do montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. A 31 de março de 2025 a média diária da disponibilidade mínima obrigatória para o período em vigor era de 40 520 900 Euros.

Assim, a Rubrica “Disponibilidades em Bancos Centrais” inclui, a 31 de março de 2025, um valor total de depósitos à ordem no Banco de Portugal no montante de 42 226 431 Euros (31 de dezembro de 2024: 40 859 143 Euros).

Os bancos da área do euro estão obrigados a deter um determinado montante de fundos nas suas contas correntes junto do banco central nacional. Estes fundos são chamados “reservas mínimas obrigatórias”. O montante de fundos a deter como reservas mínimas é calculado com base nos balanços dos bancos antes do início de cada período de manutenção. Atualmente, os bancos estão obrigados a deter, no respetivo banco central nacional, um mínimo de 1% de passivos específicos, sobretudo depósitos de clientes até 2 anos.

A partir do período de contagem de reservas iniciado em 30 de outubro de 2019, o BCE introduziu o regime de *tiering*, que isentava parte das reservas excedentárias depositadas pelas instituições de crédito junto do banco central da remuneração negativa então associada à taxa da facilidade de depósito. Este regime de *tiering* deixou de ser aplicável em 27 de julho de 2022, na sequência da decisão do Conselho do BCE de aumentar a taxa da facilidade de depósito para um valor não negativo. Até outubro de 2022, a taxa de juro paga esteve ligada à taxa de juro das operações principais de refinanciamento. Foi, então, reduzida para refletir a taxa da facilidade permanente de depósito e, em julho de 2023, foi fixada em 0%.

A rubrica “Cheques a cobrar/ Compensação de cheques” representa cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

Imparidade

No ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findos em 31 de março de 2025, o movimento ocorrido na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de depósitos e aplicações bancárias” (Nota 13), foi como segue:

31.12.2024					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	3 988	1 144	(3 286)	—	1 845
	3 988	1 144	(3 286)	—	1 845

31.03.2025					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	1 845	3 321	(916)	—	4 251
	1 845	3 321	(916)	—	4 251

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) do período findo em 31 de março de 2025 no montante de 2 405 Euros ((543) Euros em 31 de março de 2024) foram registadas na rubrica de “Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)”.

13. Perdas por imparidade acumuladas

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findos em 31 de março de 2025, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade:

31.12.2024							
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Ativos fixos tangíveis	13 806	—	(697)	—	—	—	13 109
Propriedades de investimento	252 393	—	(186 195)	—	—	—	66 199
	266 199	—	(186 892)	—	—	—	79 307
Investimento em títulos ao custo amortizado	67 657	25 440	(22 380)	—	(17 622)	—	53 096
Outros ativos não correntes	380 493	—	—	—	6 259	—	386 752
Crédito a clientes bancários	27 220 455	32 565 722	(24 328 206)	(9 432 726)	3 937 253	382 739	30 345 237
	27 668 605	32 591 162	(24 350 585)	(9 432 726)	3 925 890	382 739	30 785 085
	27 934 804	32 591 162	(24 537 477)	(9 432 726)	3 925 890	382 739	30 864 392
Ativos correntes							
Contas a receber	45 275 655	1 233 321	(619 664)	(3 898 374)	—	1 131	41 992 069
Crédito a clientes bancários	20 595 544	17 411 078	(13 006 937)	(5 043 153)	(3 937 253)	204 629	16 223 909
Investimento em títulos ao custo amortizado	29 726	24 074	(21 178)	—	17 622	—	50 245
Outros ativos correntes	11 649 410	245 192	(215 896)	(51 630)	(6 259)	—	11 620 817
Outros ativos financeiros bancários	1 829 618	24 087	(14 312)	(696)	—	—	1 838 696
Depósitos e aplicações bancárias	3 988	1 144	(3 286)	—	—	—	1 845
	79 383 940	18 938 897	(13 881 273)	(8 993 854)	(3 925 890)	205 760	71 727 580
Ativos não correntes detidos para venda	638	—	(638)	—	—	—	—
	638	—	(638)	—	—	—	—
Mercadorias	2 234 919	—	(162 244)	(12 557)	—	—	2 060 117
Matérias-primas, sub. e de consumo	901 944	144 334	—	(1 842)	—	—	1 044 436
	3 136 863	144 334	(162 244)	(14 399)	—	—	3 104 554
	82 521 441	19 083 231	(14 044 156)	(9 008 253)	(3 925 890)	205 760	74 832 133
	110 456 245	51 674 393	(38 581 633)	(18 440 979)	—	588 499	105 696 526

	31.03.2025						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Ativos fixos tangíveis	13 109	—	—	—	—	—	13 109
Propriedades de investimento	66 199	—	(33 200)	—	—	—	32 999
	79 307	—	(33 200)	—	—	—	46 108
Investimento em títulos ao custo amortizado	53 096	17 127	(14 399)	—	(2 664)	—	53 159
Outros ativos não correntes	386 753	—	—	—	(20 043)	—	366 710
Crédito a clientes bancários	30 345 237	6 057 145	(3 156 758)	(1 667)	134 320	—	33 378 277
	30 785 085	6 074 272	(3 171 158)	(1 667)	111 613	—	33 798 145
	30 864 393	6 074 272	(3 204 357)	(1 667)	111 613	—	33 844 253
Ativos correntes							
Contas a receber	41 992 069	256 437	(542 873)	(356 371)	—	(2 552)	41 346 711
Crédito a clientes bancários	16 223 909	3 197 454	(1 666 394)	(880)	(134 320)	—	17 619 769
Investimento em títulos ao custo amortizado	50 245	17 968	(15 107)	—	2 664	—	55 771
Outros ativos correntes	11 620 817	71 100	(89 744)	(365 630)	20 043	—	11 256 586
Outros ativos financeiros bancários	1 838 696	2 589	(3 863)	—	—	—	1 837 423
Depósitos e aplicações bancárias	1 845	3 321	(916)	—	—	—	4 251
	71 727 579	3 548 869	(2 318 895)	(722 881)	(111 613)	(2 552)	72 120 507
Ativos não correntes detidos para venda	—	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—	—
Mercadorias	2 060 117	7 065	—	(39 036)	—	—	2 028 146
Matérias-primas, sub. e de consumo	1 044 436	37 558	—	(224)	—	—	1 081 770
	3 104 554	44 623	—	(39 260)	—	—	3 109 917
	74 832 133	3 593 491	(2 318 895)	(762 141)	(111 613)	(2 552)	75 230 423
	105 696 526	9 667 763	(5 523 253)	(763 808)	—	(2 552)	109 074 677

14. Capital

No dia 17 de Julho de 2024, foi inscrita no registo comercial a redução do capital social dos CTT no montante de 2 737 500 Euros mediante a extinção de 5 475 000 ações próprias representativas de 3,80% do capital dos CTT e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias executado de 26 de junho de 2023 a 9 de maio de 2024. Esta redução de capital foi realizada no âmbito da deliberação da Assembleia Geral Anual dos Acionistas dos CTT realizada no dia 23 de abril de 2024 que aprovou a redução do capital social em até 3 825 000 Euros correspondente à extinção de até 7 650 000 ações próprias adquiridas até 25 de junho de 2024 com a finalidade especial de execução de programa de recompra de ações próprias e respetiva libertação de excesso de capital.

Deste modo, a 31 de dezembro de 2024, o capital social dos CTT era de 69 220 000 Euros, representado por 138 440 000 ações com um valor nominal de cinquenta centimos por ação, tendo sido consequentemente alterados os Estatutos da Sociedade. O capital encontrava-se totalmente subscrito e realizado. A 31 de março de 2025, o capital social dos CTT mantém-se inalterado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025 os acionistas da Empresa com participações qualificadas, resumem-se como segue:

31.12.2024

Acionistas		N.º Ações	% Capital	Valor nominal
Global Portfolio Investments, S.L. (1)		21 609 052	15,609 %	10 804 526
Indumenta Pueri, S.L. (1)	Total	21 609 052	15,609 %	10 804 526
Manuel Champalimaud, SGPS, S.A.		19 246 815	13,903 %	9 623 408
Manuel Carlos de Melo Champalimaud		500 185	0,361 %	250 093
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	Total	19 747 000	14,264 %	9 873 500
Green Frog Investments Inc	Total	13 500 000	9,752 %	6 750 000
GreenWood Builders Fund I, LP (2)		9 762 000	7,051 %	4 881 000
GreenWood Investors LLC (2)	Total	9 777 400	7,063 %	4 888 700
CTT, S.A. (ações próprias)	Total	3 792 047	2,739 %	1 896 024
Restantes acionistas	Total	70 014 501	50,574 %	35 007 251
TOTAL		138 440 000	100,000 %	69 220 000

(1) A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L.. Em 11 de fevereiro de 2025, a Indumenta Pueri, S.L. comunicou uma redução da sua participação acionista nos CTT para 14,9975% do capital social da Sociedade (vide comunicado de 14 de fevereiro de 2025, disponível no website dos CTT).

(2) GreenWood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é Managing Member, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome do GreenWood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a GreenWood Investors, LLC e a GreenWood Performance Investors, LLC. A participação da Greenwood Investors LLC inclui uma componente de 15.400 ações detidas diretamente por Steven Duncan Wood.

Nota: Em conformidade com o n.º 1 do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários na sua redação em vigor, que estabelece como limiar mínimo para os deveres de comunicação de participações qualificadas a percentagem de 5%, os CTT passam a divulgar apenas as participações qualificadas superiores àquele limiar.

31.03.2025

Acionistas		Nº Ações	% Capital	Valor nominal
Global Portfolio Investments, S.L. (1)		20 762 518	14,997 %	10 381 259
Indumenta Pueri, S.L. (1)	Total	20 762 518	14,997 %	10 381 259
Manuel Champalimaud, SGPS, S.A.		19 246 815	13,903 %	9 623 408
Manuel Carlos de Melo Champalimaud		500 185	0,361 %	250 093
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	Total	19 747 000	14,264 %	9 873 500
Green Frog Investments Inc	Total	13 500 000	9,752 %	6 750 000
GreenWood Builders Fund I, LP (2)		9 762 000	7,051 %	4 881 000
GreenWood Investors LLC (2)	Total	9 777 400	7,063 %	4 888 700
CTT, S.A. (ações próprias)	Total	5 415 299	3,912 %	2 707 650
Restantes acionistas	Total	69 237 783	50,013 %	34 618 892
TOTAL		138 440 000	100,000 %	69 220 000

(1) A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L..

(2) GreenWood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é Managing Member, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome do GreenWood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a GreenWood Investors, LLC e a GreenWood Performance Investors, LLC. A participação da Greenwood Investors LLC inclui uma componente de 15.400 ações detidas diretamente por Steven Wood.

Nota: Em conformidade com o n.º 1 do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários na sua redação em vigor, que estabelece como limiar mínimo para os deveres de comunicação de participações qualificadas a percentagem de 5%, os CTT passam a divulgar apenas as participações qualificadas superiores àquele limiar.

15. Ações próprias, Reservas, Outras variações no capital próprio e Resultados transitados

Ações Próprias

Em 31 de dezembro de 2024, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Ações Próprias”:

	Quantidade	Valor	Preço Médio
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4 409 300	15 624 632	3,54
Aquisições	4 947 833	20 648 165	4,17
Extinção (por redução de capital)	(5 475 000)	(20 111 920)	3,67
Entrega de ações - Remuneração Variável de Longo Prazo (“RVLP”)	(90 086)	(329 492)	3,66
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3 792 047	15 831 386	4,17

Durante os três meses findos em 31 de março de 2025, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Ações Próprias”:

	Quantidade	Valor	Preço Médio
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3 792 047	15 831 386	4,17
Aquisições	1 623 252	10 294 628	6,34
Saldo em 31 de março de 2025	5 415 299	26 126 013	4,82

No dia 23 de abril de 2024, procedeu-se à entrega de 90 086 ações próprias aos Administradores Executivos e Quadros dirigentes dos CTT, correspondente à segunda tranche da Remuneração Variável de Longo Prazo referente ao mandato 2020-2023, conforme explicado em detalhe na nota 24 - Gastos com Pessoal.

Na reunião do Conselho de Administração da Sociedade realizada em 21 de junho de 2023, e conforme comunicado ao mercado na mesma data, foi deliberada a aprovação da implementação de um novo programa de recompra de ações próprias da Empresa, no montante global de até 20 000 000 Euros.

Este programa, que teve início a 26 de junho de 2023 e tinha como prazo de implementação os 12 meses seguintes, terminando no máximo a 25 de junho de 2024, mas podendo terminar em data anterior caso o número máximo de ações a adquirir ou o montante pecuniário fossem atingidos, tendo como objetivos:

1. a recompra de um máximo de até 7 650 000 ações, representativas de um valor nominal máximo de 3 825 000 Euros, que corresponde a 5,3% do capital social, e
2. a redução de até ao mesmo montante do capital social mediante extinção das ações próprias adquiridas.

No dia 9 de maio de 2024, tendo a empresa adquirido os 20 milhões de euros anunciados, de acordo com os termos e condições do Programa de Recompra, o mesmo deu-se como concluído, nesta data,

terminando antes do final do seu período máximo de duração (de 26 de junho de 2023 a 25 de junho de 2024).

Na Assembleia Geral realizada a 23 de Abril de 2024 foi deliberada a redução do capital social dos CTT em até 3 825 000 Euros correspondente à extinção de até 7 650 000 ações próprias já adquiridas ou que viessem a ser adquiridas, no âmbito do programa acima mencionado, até 25 de junho de 2024, e sejam extintas, sendo os demais termos e condições de execução da recompra de ações e da correspondente redução do capital social fixados pelo Conselho de Administração.

No dia 17 de Julho de 2024, foi inscrita no registo comercial a redução do capital social dos CTT no montante de 2 737 500 Euros mediante a extinção de 5 475 000 ações próprias representativas de 3,80% do capital dos CTT e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias executado de 26 de junho de 2023 a 9 de maio de 2024.

A 19 de julho de 2024, a Comissão Executiva com base na delegação de poderes conferida pelo Conselho de Administração na reunião de 20 de junho de 2024 e dentro do montante pecuniário máximo definido naquela delegação, no valor de 25 milhões de Euros, e na deliberação adotada na Assembleia Geral Anual de Acionistas, realizada a 23 de abril de 2024, aprovou um programa de recompra de ações próprias da Sociedade a ser executado a partir de 22 de julho de 2024, com o único objetivo de redução do capital social dos CTT mediante a extinção das ações próprias adquiridas no seu âmbito, conforme comunicado ao mercado realizado na data de 19 de julho de 2024.

A 31 de dezembro de 2024, a Empresa detinha um total acumulado de 3 792 047 ações próprias, representativas de 2,739 % do capital social, com o valor nominal de 0,50 Euros, encontrando-se todos os direitos inerentes às ações suspensos, com exceção do relativo à receção de novas ações no caso de aumento de capital por incorporação de reservas, conforme disposto no art.º 324(1)(alínea a)) do Código das Sociedades Comerciais.

A 31 de março de 2025, a Empresa detinha um total acumulado de 5 415 299 ações próprias, representativas de 3,955 % do capital social, com o valor nominal de 0,50 Euros, encontrando-se todos os direitos inerentes às ações suspensos, com exceção do relativo à receção de novas ações no caso de aumento de capital por incorporação de reservas, conforme disposto no art.º 324(1)(alínea a)) do Código das Sociedades Comerciais.

As ações próprias detidas pelos CTT, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais, encontrando-se contabilizadas ao custo de aquisição.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, a rubrica de “Reservas” apresentava o seguinte detalhe:

31.12.2024				
		Reservas		Total
	Reservas legais	ações próprias	Outras reservas	
Saldo inicial	15 000 000	15 624 633	17 488 611	48 113 244
Redução de capital	—	(20 111 920)	2 737 500	(17 374 420)
Aquisição de ações próprias	—	20 648 165	(20 648 165)	—
Atribuição de ações próprias	—	(329 492)	329 492	—
Plano de ações (atribuição)	—	—	(841 648)	(841 648)
Plano de ações	—	—	2 095 860	2 095 860
Saldo final	15 000 000	15 831 386	1 161 651	31 993 036

31.03.2025				
	Reservas legais	Reservas		Total
		ações próprias	Outras reservas	
Saldo inicial	15 000 000	15 831 386	1 161 651	31 993 036
Aquisição de ações próprias	—	10 294 628	(10 294 628)	—
Plano de ações	—	—	295 472	295 472
Saldo final	15 000 000	26 126 013	(8 837 505)	32 288 508

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva para ações próprias

O Código das Sociedades Comerciais obriga, no âmbito do regime das ações próprias previsto no artigo 324.º, à existência de uma reserva de montante igual àquele pelo qual as ações estejam contabilizadas, a qual se torna indisponível enquanto essas ações permanecerem na posse da sociedade. Adicionalmente, as normas contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Em 31 de março de 2025 esta rubrica inclui o montante de 26 126 013 Euros relativos à reserva indisponível de igual valor ao preço de aquisição das ações próprias detidas.

Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

Em 31 de dezembro de 2024, foi desreconhecido um montante de reservas no valor de (841 648) Euros correspondente ao valor proporcional das opções atribuídas durante o período, no âmbito da remuneração variável de longo prazo, conforme descrito na nota 24 - Gastos com Pessoal.

No período de três meses findos em 31 de março de 2025, foi constituída uma reserva no montante de 295 472 Euros relacionada com o plano de ações relativo ao mandato de 2023/2025, conforme descrito na nota 24 - Gastos com Pessoal.

Resultados Transitados

No ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findos em 31 de março de 2025, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	31.12.2024	31.03.2025
Saldo inicial	83 269 152	117 846 899
Aplicação do resultado líquido do período anterior	60 511 368	45 536 317
Distribuição de dividendos (Nota 16)	(23 315 758)	—
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	40 087	(41 259)
Aquisição de participações	(504 747)	—
Subscrição de aumento de capital social em subsidiárias por terceiros	(2 153 204)	—
Saldo final	117 846 899	163 341 957

Outras variações no capital próprio

Os ganhos/perdas atuariais associadas a benefícios pós-emprego, bem como o correspondente imposto diferido, são reconhecidos nesta linha.

No ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findos em 31 de março de 2025, os movimentos ocorridos nesta rubrica do Grupo foram os seguintes:

	31.12.2024	31.03.2025
Saldo inicial	3 402 039	(1 182 098)
Ganhos/perdas atuariais	(6 326 785)	—
Impostos diferidos de ganhos/perdas atuariais (Nota 26)	1 735 685	—
Plano de ações (entrega de ações)	512 156	—
Outros movimentos	(505 194)	(673 227)
Saldo final	(1 182 098)	(1 855 325)

Com referência a 31 de dezembro de 2024, o montante 512 156 Euros referente ao Plano de ações, respeita ao diferencial entre o montante de 841 648 Euros desreconhecido da rubrica “Reservas”, correspondente ao valor proporcional das opções atribuídas (nota 15) e do valor das ações próprias entregues no âmbito desta operação no valor de 329 492 Euros. O diferencial entre os dois montantes é reconhecido na rubrica “outras variações de capital próprio”, ao abrigo do disposto nas IFRS.

16. Dividendos

De acordo com a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório e Contas de 2023, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 23 de abril de 2024, a distribuição de dividendos no montante de 24 465 550 Euros que corresponde a um dividendo por ação de 0,17 Euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023. O valor do dividendo atribuível a ações próprias foi transferido para resultados transitados, totalizando 1 149 792 Euros, pelo que o valor de dividendos distribuídos totalizou 23 315 758 Euros.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório e Contas de 2024, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 30 de abril de 2025, a distribuição de dividendos no montante de 23 534 800 Euros que corresponde a um dividendo por ação de 0,17 Euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024. O valor do dividendo atribuível a ações próprias será transferido para resultados transitados.

17. Resultados por ação

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2025, os resultados por ação foram calculados como segue:

	31.03.2024	31.03.2025
Resultado líquido do período	7 432 609	5 508 945
Nº médio de ações ordinárias	138 467 269	133 747 668
Resultado líquido por ação:		
Básico	0,05	0,04
Diluído	0,05	0,04

O número médio de ações é analisado como segue:

	31.03.2024	31.03.2025
Ações emitidas no início do exercício	143 915 000	138 440 000
N.º médio de ações realizadas	143 915 000	138 440 000
Efeito ações próprias	5 447 731	4 692 332
N.º médio de ações durante o período	138 467 269	133 747 668

O resultado líquido por ação básico é calculado dividindo o lucro consolidado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio de ações ordinárias que compõem o seu capital, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Em 31 de março de 2025, o número de ações próprias em carteira é de 5 415 299, sendo o seu número médio no período findo em 31 de março de 2025 de 4 692 332, refletindo o facto de terem ocorrido aquisições no referido período, conforme referido na nota 15.

Não existem quaisquer fatores diluidores do resultado líquido por ação.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, a rubrica de “Financiamentos obtidos” apresentava o seguinte detalhe:

	31.12.2024	31.03.2025
Passivo não corrente		
Empréstimos bancários	16 614 022	16 594 781
Papel Comercial	34 979 743	34 041 672
Passivos de locação	124 784 636	136 388 693
	176 378 401	187 025 147
Passivo corrente		
Empréstimos bancários	16 971 313	17 040 204
Papel Comercial	1 331 778	950 466
Passivos de locação	31 570 913	34 298 994
	49 874 003	52 289 665
	226 252 404	239 314 812

A 31 de março de 2025, as taxas de juro aplicadas aos Empréstimos bancários encontravam-se entre 2,956 % e 4,211 % (31 de dezembro de 2024: 3,568 % e 4,443 %).

Empréstimos bancários e Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, o detalhe dos empréstimos bancários era o seguinte:

	31.12.2024			31.03.2025		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários						
Millennium BCP	456 481	322 222	134 259	375 926	268 519	107 408
BBVA / Bankinter	19 000 000	9 461 498	9 482 003	19 000 000	9 467 138	9 487 934
Novo Banco	14 000 000	7 107 593	6 997 759	14 000 000	7 279 548	6 999 440
Banco BIC	80 000	80 000	—	25 000	25 000	—
Papel comercial						
BBVA / Bankinter	15 000 000	570 337	14 991 172	15 000 000	(1 961)	14 994 955
Novo Banco	20 000 000	761 441	19 988 571	20 000 000	952 427	19 046 717
	68 536 481	18 303 091	51 593 765	68 400 926	17 990 670	50 636 453

Foi assinado no dia 27 setembro de 2017 um contrato de financiamento entre os CTT e os bancos BBVA e Bankinter pelo prazo inicial de 5 anos no montante total de 90 milhões de Euros, com a possibilidade de utilização dos fundos até setembro de 2018. Na sequência da não utilização de qualquer montante até à data mencionada, o contrato foi renegociado em 27 de setembro de 2018, tendo o montante global sido alterado para 75 milhões de Euros, mas mantendo-se o prazo de 1 ano para a utilização dos fundos. Subsequentemente, pela não utilização da totalidade dos fundos, o limite foi sendo reduzido ao longo do período de contrato. Com referência a 31 de março de 2025, o montante utilizado, líquido de comissões e acrescidos do montante de juros a liquidar no período seguinte, correspondia a 18 955 072 Euros. O restante valor disponibilizado não foi, por decisão do Grupo, alvo de utilização.

Em 22 de abril de 2019 foi assinado um contrato de abertura de crédito simples entre os CTT e o Novo Banco pelo prazo de 60 meses, com dois anos de carência, podendo ser prorrogado pelo período de 24 meses, pelo montante total de 35 milhões de Euros. Nos períodos subsequentes o limite foi sendo reduzido devido à não utilização da totalidade dos fundos. Com referência a 31 de março de 2025, o valor apresentado na demonstração da posição financeira líquido de comissões e acrescidos do montante de juros a liquidar no período seguinte, no valor total de 14 278 988 Euros.

Conforme divulgado ao mercado no dia 7 de março de 2023, os CTT contrataram o montante de 35 milhões de euros em financiamentos bancários sob a forma de papel comercial, indexados a objetivos de sustentabilidade, com maturidade em 2026, junto de duas instituições financeiras – o Novo Banco, S.A. e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. - Sucursal em Portugal.

Estes financiamentos bancários estão enquadrados pelo Quadro de Referência do Financiamento ligado à Sustentabilidade dos CTT que foi objeto de *Second Party Opinion* divulgada pela S&P Global Ratings. Assim, as referidas linhas de financiamento encontram-se indexadas ao objetivo de redução das emissões carbónicas da atividade dos CTT (emissões dos scopes 1, 2 e 3) em pelo menos 30% até 2025, em relação a 2013, que se encontra validado pela *Science Based Targets initiative* e alinhado com as melhores práticas do setor.

Com referência a 31 de março de 2025, o valor utilizado apresentado na demonstração da posição financeira líquido de comissões e acrescidos do montante de juros a liquidar no período seguinte, totaliza no caso do BBVA/ Bankinter 14 992 994 Euros e no Novo Banco 19 999 144 Euros. Estes programas de papel comercial são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que a prática/ expectativa do Grupo será proceder à utilização dos contratos durante o seu período de vigência e tendo o direito de realizar o *roll-over* destes financiamentos.

Os empréstimos bancários obtidos estão sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, nomeadamente cláusulas de *Cross default*, *Negative Pledge* e limites ao valor de *Assets Disposal*. Adicionalmente, os empréstimos obtidos exigem ainda o cumprimento de rácios de dívida financeira líquida sobre o EBITDA e autonomia financeira. O cumprimento dos *covenants* financeiros são monitorizados regularmente pelo Grupo, sendo o seu cumprimento aferido pelas contrapartes numa base anual com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro. A 31 de dezembro de 2024 o Grupo estava em situação de cumprimento dos *covenants* financeiros.

Passivos de Locação

O Grupo apresenta responsabilidades com locações cujos pagamentos futuros, não descontados e valores descontados apresentados na posição financeira, são detalhados como segue:

	31.12.2024	31.03.2025
Até 1 ano	36 465 596	47 437 584
Entre 1 ano e 5 anos	95 130 672	106 194 304
A mais de 5 anos	43 618 222	45 640 948
Total de passivos de locação não descontados	175 214 490	199 272 835
Corrente	31 570 913	34 298 944
Não corrente	124 784 636	136 388 693
Passivos de locação incluídos na posição financeira	156 355 548	170 687 637

As taxas de desconto utilizadas nos contratos de locação situam-se entre 0,68% e 11,50%, consoante as características do contrato, nomeadamente a duração dos mesmos.

Os montantes reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas detalham-se como segue:

	31.03.2024	31.03.2025
Juros dos passivos de locação (nota 25)	1 002 843	1 518 695
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de locação	954 408	641 556

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa detalham-se como segue:

	31.03.2024	31.03.2025
Total de pagamentos de locações	(8 598 510)	(10 693 539)

A movimentação ocorrida nos direitos de uso subjacentes a estes passivos de locação pode ser analisada na nota 4.

Reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento

A reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento com referência a 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, detalha-se como se segue:

	31.12.2024	31.03.2025
Saldo inicial	269 014 957	226 252 404
Movimentos sem cash	82 109 066	25 798 014
Alterações de contratos	73 219 328	23 534 684
Juros IFRS 16	5 167 072	1 497 808
Outros	3 722 666	765 522
Financiamentos obtidos:		
Entrada de cash	49 576 223	75 000
Saída de cash	(134 175 881)	(2 117 069)
Passivos de locação:		
Entrada de cash	—	—
Saída de cash	(40 271 961)	(10 693 539)
Saldo final	226 252 404	239 314 812

Os montantes de pagamentos e recebimentos de financiamentos obtidos no período relacionados com os programas de papel comercial e *cash-pooling* encontram-se relatados numa base líquida, conforme o disposto no parágrafo 22 da IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

19. Provisões, Garantias prestadas, Passivos contingentes e compromissos

Provisões

No ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findos em 31 de março de 2025, a rubrica "Provisões" apresenta o seguinte movimento:

	31.12.2024					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Processos judiciais em curso	3 261 544	1 442 089	(706 142)	(142 083)	(21 791)	3 833 617
Outras provisões	6 444 466	1 544 166	(313 252)	(3 545 305)	229 586	4 359 661
Provisões para compromissos	153 691	159 804	(69 067)	—	—	244 429
Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/reversões"	9 859 701	3 146 059	(1 088 461)	(3 687 387)	207 795	8 437 706
Reestruturação	13 640 614	—	(1 989 181)	(1 189 922)	(10 263 283)	198 228
Outras provisões	2 838 550	1 034 826	—	(433 366)	—	3 440 010
	26 338 865	4 180 885	(3 077 642)	(5 310 675)	(10 055 488)	12 075 945

	31.03.2025					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Regularizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	3 833 617	298 268	(82 830)	(500)	—	4 048 554
Outras provisões	4 359 661	163 195	(410 383)	(101 530)	(252)	4 010 691
Provisões para compromissos	244 429	—	(21 929)	—	—	222 499
Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/reversões"	8 437 706	461 462	(515 142)	(102 030)	(252)	8 281 744
Reestruturação	198 228	—	—	—	—	198 228
Outras provisões	3 440 010	134 913	—	(353 600)	—	3 221 323
	12 075 945	596 375	(515 142)	(455 630)	(252)	11 701 295

O valor líquido entre aumentos e reversões das provisões foi registado na Demonstração consolidada dos resultados nas rubricas de “Provisões (aumentos)/reversões”, no montante de 713 129 Euros em 31 março 2024 e (53 680) Euros em 31 de março de 2025.

Uma provisão deve apenas ser usada para os dispêndios relativos aos quais a provisão foi originalmente reconhecida, pelo que o Grupo efetua a reversão das provisões quando deixa de ser provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros para liquidar a obrigação.

Processos judiciais

As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra o Grupo, estimadas com base em informações dos seus advogados bem como no término dos referidos processos. O valor final e o momento da ocorrência dos exfluxos associados à provisão para processos judiciais está dependente do desfecho dos respetivos processos.

A reversão da provisão constituída para processos judiciais em curso no valor de (706 142) Euros em 31 de dezembro de 2024 e (82 830) Euros em 31 de março de 2025, resulta, essencialmente, de processos cuja decisão, da qual se tomou conhecimento no decurso de 2024 ou 2025, respetivamente, se revelou favorável ao Grupo, ou, não tendo sido favorável, resultou na condenação ao pagamento de valores que se revelaram inferiores aos valores estimados (e refletidos nesta rubrica de provisão).

Outras provisões

Em anos anteriores, encontrava-se reconhecida na CTT Expresso, sucursal em Espanha uma provisão para fazer face à notificação emitida pela *Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia* (“CNMC”). O mesmo teve origem durante o ano de 2016, com base em alegada atuação contrária ao artigo 1.º da Lei n.º 15/2017 (“Lei sobre Defesa da Concorrência”) e ao artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (“TFUE”). Esta notificação ascendeu ao montante de 3 148 845 Euros e foi apresentado, em anos anteriores, recurso junto da Audiência Nacional em Espanha. Neste âmbito, a CTT Expresso, sucursal em Espanha apresentou pedido formal para suspensão de aplicação da medida coerciva, tendo aquele pedido sido aceite mediante a condição de apresentação de garantia – procedimento que foi devida e atempadamente adotado. Durante o ano de 2022, a *Audiencia Nacional Judicial* negou provimento ao recurso interposto e homologou a multa de 3 148 845 Euros acrescida de custas de trânsito em julgado. Face ao disposto, a provisão constituída em anos anteriores que totalizava o montante de 3 200 000 Euros, resultou da avaliação efetuada pelos consultores legais do Grupo. Em 7 de julho de 2023, a CTT Expresso, sucursal em Espanha, apresentou recurso junto do *Supremo Tribunal Federal* em Espanha contra a decisão da *Audiencia Nacional Judicial* e em 17 de novembro de 2023, foi marcada audiência pública do recurso para 20 de fevereiro de 2024. Em 8 de maio de 2024, o Supremo Tribunal proferiu um despacho em que não deu provimento ao recurso interposto. A 20 de Maio de 2024, o CNMC requereu o pagamento da sanção no montante de 3 148 845 Euros, tendo sido a mesma liquidada, o que justifica a utilização da provisão registada.

O montante provisionado na 321 Crédito que ascende a 994 376 Euros a 31 de março de 2025 (977 732 Euros em 31 de dezembro de 2024) resulta, essencialmente, da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais e outros processos.

A 31 de março de 2025, para além das situações acima referidas, esta provisão inclui ainda:

- o montante de 177 433 Euros para cobertura de gastos de desmantelamento de ativos fixos tangíveis e/ou remoção de instalações e restauração do local;

- o valor de 664 872 Euros, que resulta da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de montantes contingentes a liquidar a terceiros no âmbito de contratos celebrados;
- o montante de 309 007 Euros relativos à responsabilidade, reconhecida na empresa CTT Expresso, com um processo do foro laboral;
- o valor de 2 507 679 Euros, para cobertura de gastos de acondicionamento de viaturas operacionais;
- o valor de compromissos por garantias prestadas a terceiros para cobertura de concursos promocionais no montante de 601 843 Euros.

Reestruturações

É fundamental para o **Grupo** implementar políticas que promovam a racionalização, a adequação e aumento da produtividade de todos os recursos disponíveis, com reflexo no modelo de gestão organizacional dos seus recursos humanos. Neste enquadramento, desencadearam-se, no ano anterior, ações conducentes à reorganização de serviços, que conduziram à aprovação de um programa de otimização de Recursos Humanos. Este programa tem por base a celebração de Acordos de Suspensão, de Pré-Reformas e de Acordos de Rescisão por Mútuo Acordo, tendo sido, a 31 de dezembro de 2023, constituída uma provisão no montante de 13 441 229 Euros para a respetiva operacionalização. Esta provisão foi reconhecida na rubrica Gastos com o pessoal. A 31 de dezembro de 2024, na sequência de acordos realizados em 2024 foi efetuada a transferência do montante de (10 263 283) Euros para a rubrica de Benefícios aos empregados na demonstração da posição financeira.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, o Grupo tinha prestado garantias bancárias a terceiros conforme detalhe seguinte:

	31.12.2024	31.03.2025
Autoridade Tributária e Aduaneira	2 868 632	2 868 632
LandSearch, Compra e Venda de Imóveis	1 792 886	1 792 886
Fidelidade, Multicare, Cares - (Glintt BPO)	1 500 000	1 500 000
BVK Europa-Immobilien	1 203 881	1 203 881
Absolute Miracle, Lda	938 025	938 025
AMBIMOBILIÁRIA - Investimentos e negócios, S.A.	480 000	480 000
MARATHON- Fundo de Investimento fechado	432 000	432 000
O Feliz - Imobiliária	378 435	378 435
Tribunais	339 230	339 230
EUROGOLD	318 299	318 299
CIVILRIA	224 305	224 305
Transportes Bernardos Marques, S.A.	220 320	220 320
Repsol	215 000	215 000
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	150 000	150 000
Via Direta	150 000	150 000
Autarquias	83 354	83 354
EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres	68 895	68 895
INCM - Imprensa Nacional da Casa da Moeda	68 386	68 386
ANA - Aeroportos de Portugal	34 000	34 000
Águas do Norte	23 804	23 804
EMEL, S.A.	19 384	19 384
Serviços Intermunicipalizados Loures e Odivelas	17 000	17 000
Direção Geral do Tesouro e Finanças	16 867	16 867
Alegro Alfragide	16 837	16 837
REFER	16 460	16 460
Outras Entidades	16 144	16 144
TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira S.A.	—	16 101
SMAS de Sintra	15 889	15 889
DOLCE VITA TEJO	13 832	13 832
Águas do Porto, E.M	10 720	10 720
ADRA - Águas da Região de Aveiro	10 475	10 475
SMAS Torres Vedras	9 910	9 910
Instituto de Gestão Financeira Segurança Social	8 876	5 151
Consejería Salud	4 116	4 116
ACT Autoridade Condições Trabalho	9 160	—
Portugal Telecom, S.A.	16 658	—
	11 691 778	11 678 337

Garantias bancárias

Com referência a 31 de março de 2025, as garantias bancárias prestadas a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, num montante global de 2 868 632 Euros, foram essencialmente prestadas para suspensão de processos de execução fiscal.

Garantias contratos de arrendamentos:

De acordo com o estipulado em alguns contratos de arrendamento dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, foram prestadas garantias bancárias *on first demand*. Estas garantias atingem, em 31 de março de 2025, o montante de 1 792 886 Euros (31 de dezembro de 2024: 1 792 886 Euros)

Os CTT prestaram, em anos anteriores, uma garantia bancária, por conta da CTT Expresso, sucursal em Espanha, à Sexta Secção do Contencioso Administrativo da Audiência Nacional e à Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia de Espanha ("CNMC") no valor de 3 148 845 Euros, por conta do processo da CTT Expresso, sucursal em Espanha junto da Audiência Nacional em Espanha. Conforme referido anteriormente, o CNMC requereu o pagamento da sanção no montante de 3 148 845

Euros, tendo sido a mesma liquidada. Desta forma, a Empresa procedeu, no ano de 2024, ao cancelamento da garantia bancária.

Compromissos

O Grupo contratou seguros de caução no montante global de 7 166 892 Euros (31 de dezembro de 2024: 8 226 436 Euros), com o objetivo de garantir o bom cumprimento de obrigações contratuais assumidas com terceiros.

Adicionalmente, o Grupo assumiu ainda compromissos relativos a rendas de imóveis no âmbito de contratos de arrendamento e rendas no âmbito de outros contratos de locação.

Os compromissos contratuais referentes a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis encontram-se detalhadas, respetivamente nas Notas 4 e 5.

Compromissos Banco CTT

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, o Grupo Banco CTT tinha prestado garantias e outros compromissos conforme detalhe seguinte:

	Grupo	
	31.12.2024	31.03.2025
Garantias Prestadas	64 913 391	66 676 570
Garantias Recebidas	2 719 352 360	2 736 755 408
Compromissos assumidos perante terceiros		
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito	3 292 714	3 592 137
Outros	9 994 765	9 525 412
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito	26 836 414	31 371 201
Compromissos assumidos por terceiros		
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito	27 916 003	29 053 881

O montante registado como Garantias prestadas inclui, fundamentalmente, títulos dados como colateral para garantia de liquidação de operações interbancárias.

O montante registado como Garantias recebidas inclui, fundamentalmente, avales e hipotecas sobre imóveis para colateralização de operações de crédito hipotecário.

Os Compromissos revogáveis e irrevogáveis apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (por exemplo linhas de descobertos bancários) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade do cliente, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que parte dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

20. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, a rubrica “Contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2024	31.03.2025
Corrente		
Adiantamento de clientes	36 862 297	33 834 262
Vales CNP	61 652 913	60 837 743
Fornecedores c/c	165 601 535	157 155 885
Faturas em receção e conferência (c/corrente)	14 398 522	11 881 926
Fornecedores de investimentos	10 828 977	3 797 156
Faturas em receção e conferência (investimentos)	4 942 135	4 469 553
Valores cobrados por conta de Terceiros	23 260 035	26 168 175
Serviços financeiros postais	148 038 987	150 632 159
Cauções	600 586	603 454
Cobranças	919 805	1 934 540
Indemnizações	483 216	569 691
Operadores postais - valores a liquidar	—	67 371
Valores a regularizar a terceiros	1 119 178	745 305
Valores a regularizar das lojas	371 535	193 946
Outras contas a pagar	9 907 692	7 278 616
	478 987 413	460 169 780

Vales CNP

O valor de “Vales CNP” refere-se aos valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período.

A variação do saldo face a 31 de dezembro de 2024, está sobretudo relacionada com o momento de recebimento dos valores do Centro Nacional de Pensões que deriva dos dias úteis do calendário face ao final do mês.

Serviços financeiros postais

Esta rubrica regista essencialmente os valores cobrados relativos a impostos, seguros, certificados de aforro/tesouro e outros vales, cuja data de liquidação deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período. .

21. Títulos de dívida emitidos ao custo amortizado

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.2024	31.03.2025
Passivo não corrente		
Títulos de dívida emitidos	252 641 611	231 057 182
	252 641 611	231 057 182
Passivo corrente		
Títulos de dívida emitidos	251 012	182 448
	251 012	182 448
	252 892 623	231 239 630

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025 os títulos de dívida emitidos são analisados como segue:

31.12.2024					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.2 – Class A	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 70 p.p.	99 581 378	100 199 056
Ulisses Finance No.2 – Class B	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 80 p.p.	4 888 629	4 889 317
Ulisses Finance No.2 – Class C	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 135 p.p.	9 777 258	9 779 979
Ulisses Finance No.2 – Class D	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 285 p.p.	5 524 151	5 527 760
Ulisses Finance No.2 – Class E	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 368 p.p.	1 808 793	1 810 350
Ulisses Finance No.2 – Class F	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 549 p.p.	635 522	636 356
Ulisses Finance No.3 - Class A	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 90 p.p.	109 545 681	109 508 081
Ulisses Finance No.3 - Class B	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 200 p.p.	5 216 461	5 166 871
Ulisses Finance No.3 - Class C	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 370 p.p.	7 824 691	7 751 588
Ulisses Finance No.3 - Class D	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 525 p.p.	3 912 346	3 815 281
Ulisses Finance No.3 - Class E	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 650 p.p.	3 260 288	3 191 123
Ulisses Finance No.3 - Class F	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 850 p.p.	652 058	639 451
Outras comissões	Dezembro de 2024	Julho de 2027	Taxa fixa 4,543%		(22 588)
				252 627 256	252 892 623

31.03.2025					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.2 – Class A	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 70 p.p.	90 563 930	91 084 024
Ulisses Finance No.2 – Class B	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 80 p.p.	4 445 947	4 445 885
Ulisses Finance No.2 – Class C	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 135 p.p.	8 891 893	8 892 857
Ulisses Finance No.2 – Class D	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 285 p.p.	5 023 920	5 026 139
Ulisses Finance No.2 – Class E	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 368 p.p.	1 645 000	1 646 030
Ulisses Finance No.2 – Class F	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 549 p.p.	577 973	578 568
Ulisses Finance No.3 - Class A	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 90 p.p.	100 698 046	100 648 082
Ulisses Finance No.3 - Class B	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 200 p.p.	4 795 145	4 754 734
Ulisses Finance No.3 - Class C	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 370 p.p.	7 192 718	7 133 190
Ulisses Finance No.3 - Class D	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 525 p.p.	3 596 359	3 518 441
Ulisses Finance No.3 - Class E	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 650 p.p.	2 996 966	2 941 389
Ulisses Finance No.3 - Class F	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 850 p.p.	599 393	589 261
Outras comissões	Dezembro de 2024	Julho de 2027	Taxa fixa 4,543%		(18 971)
				231 027 290	231 239 630

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, verificaram-se os seguintes movimentos nesta rubrica:

31.12.2024					
Denominação	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Ulisses Finance No.1	—	—	—	—	—
Ulisses Finance No.2	172 973 550	—	(49 780 429)	(350 304)	122 842 818
Ulisses Finance No.3	174 401 527	—	(44 742 015)	412 882	130 072 394
Outras comissões	—	—	—	(22 588)	(22 588)
	347 375 077	—	(94 522 444)	39 990	252 892 623

31.03.2025					
Denominação	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Ulisses Finance No.2	122 842 818	—	(11 067 068)	(102 246)	111 673 504
Ulisses Finance No.3	130 072 394	—	(10 532 898)	45 602	119 585 097
Outras comissões	(22 588)	—	—	3 617	(18 971)
	252 892 623	—	(21 599 966)	(53 027)	231 239 630

O escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento é apresentado como segue:

31.12.2024							
	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	251 012	—	251 012	—	252 641 611	252 641 611	252 892 623
	251 012	—	251 012	—	252 641 611	252 641 611	252 892 623

31.03.2025							
	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	182 448	—	182 448	—	231 057 182	231 057 182	231 239 630
	182 448	—	182 448	—	231 057 182	231 057 182	231 239 630

Titularização de Ativos

Chaves Funding No.8

Esta operação de titularização privada foi emitida em novembro de 2019 pela Tagus, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., incluiu uma carteira de Crédito ao Consumo originada pela 321 Crédito. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de Advogados PLMJ. A estrutura da Operação inclui uma Tranche A e uma Tranche B nas notas emitidas, sendo ambas detidas na totalidade pelo Grupo.

Esta operação inclui uma cláusula de amortização antecipada opcional que permite ao Emitente resgatar as Notas de todas as Classes emitidas, quando o valor residual dos créditos represente 10% ou menos do valor da Carteira de Créditos na data de montagem da operação de titularização.

Os ativos subjacentes da operação Chaves Funding No.8 não foram desreconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Ulisses Finance No.2

Esta operação de titularização foi criada em setembro de 2021 e emitida pela Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. e corresponde a um programa público de titularizações de Crédito (Ulisses) sendo a operação Ulisses Finance No.2 colocada junto do mercado. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de Advogados PLMJ e do Banco Deutsche Bank, e incluiu uma carteira de crédito ao consumo originada pela 321 Crédito, cujo valor total inicial era de 250 000 milhares de euros, a manter ao longo dos 12 meses de período de *revolving*.

A estrutura da operação inclui seis Tranches de A a F colateralizadas e adicionalmente as tranches G e Z. Todas as tranches estão dispersas no mercado de capitais à exceção da class Z, cujo valor inicial era 1,5 milhões de euros e que apresenta a 31 de março de 2025 um valor de 1 000 euros.

Esta operação obteve notações de *rating* pela DBRS e Moody's para as tranches colocadas no mercado, isto é, as Tranches A a G.

A operação Ulisses Finance No.2 reveste as características de STS (*simple, transparent and standardized*) e SRT (*significant risk transfer*).

Para efeitos de cálculo do rácio de capital, pelo facto de a operação Ulisses Finance No.2 estar em conformidade com o artigo 244.1 (b) do Regulamento Europeu 575/2013 (*full capital deduct approached*), a sociedade diminuiu os seus "*Risk Weight Assets*" no que respeita aos contratos securitizados no âmbito desta operação.

A operação tem incorporado um *cap* de taxa de juro, mecanismo de mitigação do risco de taxa de juro para a operação e para os seus investidores, entre os quais se inclui o Grupo, mas que não foi contratado diretamente pelo Grupo, mas sim pelo emitente da operação de titularização (Tagus – STC, S.A.).

Os ativos subjacentes da operação Ulisses Finance No.2 não foram desconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Ulisses Finance No.3

Esta operação de titularização foi criada em junho de 2022 e emitida pela Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. e corresponde a um programa público de titularizações de Crédito (Ulisses) sendo a operação Ulisses Finance No.3 colocada junto do mercado. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de Advogados PLMJ e do Banco Deutsche Bank, e incluiu uma carteira de crédito ao consumo originada pela 321 Crédito, cujo valor total inicial era de 200 000 milhares de euros, a manter ao longo dos 12 meses de período de *revolving*.

A estrutura da Operação inclui seis Tranches de A a F colateralizadas e adicionalmente as tranches G e Z. Todas as tranches estão dispersas no mercado de capitais à exceção da *class* Z, cujo valor inicial era 1,8 milhões de euros e que apresenta a 31 de março de 2025 um valor de 1 000 Euros.

Esta operação obteve notações de *rating* pela DBRS e Moody's para as tranches colocadas no mercado, isto é, as Tranches A a G.

A operação Ulisses Finance No.3 reveste as características de STS (*simple, transparent and standardized*) e SRT (*significant risk transfer*).

Para efeitos de cálculo do rácio de capital, pelo facto de a operação Ulisses Finance No.3 estar em conformidade com o artigo 244.1 (b) do Regulamento Europeu 575/2013 (*full capital deduct*

approched), a sociedade diminuiu os seus “Risk Weight Assets” no que respeita aos contratos securitizados no âmbito desta operação.

A operação tem incorporado um *swap* de taxa de juro, mecanismo de mitigação do risco de taxa de juro para a operação e para os seus investidores, entre os quais se inclui o Grupo, mas que não foi contratado diretamente pelo Grupo, mas sim pelo emitente da operação de titularização (Tagus – STC, S.A.).

Os ativos subjacentes da operação Ulisses Finance No.3 não foram desreconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Adicionalmente, o Grupo, através da 321 Crédito, mantinha, a 31 de março de 2025, a operação Fénix como única operação de titularização desreconhecida viva. O envolvimento do Grupo nesta operação resume-se a prestar serviços de *servicing* na mesma.

22. Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, a rubrica “Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2024	31.03.2025
Depósitos à ordem	1 475 792 212	1 518 909 854
Depósitos a prazo	2 204 178 114	2 083 029 490
Depósitos de poupança	363 729 768	381 034 654
	4 043 700 094	3 982 973 999
Correções do valor do passivo objeto de operações de cobertura	17 722	13 729
	4 043 717 816	3 982 987 728

Os montantes acima referidos respeitam a depósitos de clientes do Banco CTT. Os depósitos de poupança são depósitos associados às contas à ordem e que permitem ao cliente obter uma remuneração acima daquela que é praticada pelos depósitos à ordem, sendo mobilizável a qualquer altura, não tendo limite de subscrição, e sendo possível fazer agendamentos de transferências de e para esta conta. Estes depósitos são distintos dos depósitos a prazo na medida em que estes têm data definida de constituição e maturidade, ao passo que as contas poupança são totalmente mobilizáveis sem penalização na remuneração.

No período de três meses findos em 31 de março de 2025 a taxa média de remuneração dos recursos de clientes foi de 1,39 % (31 dezembro 2024: 1,70 %).

O escalonamento por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, detalha-se como segue:

	31.12.2024					
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Depósitos à ordem e de poupança	1 839 521 980	—	—	—	—	1 839 521 980
Depósitos a prazo	—	1 001 502 974	1 202 692 863	—	—	2 204 195 836
	1 839 521 980	1 001 502 974	1 202 692 863	—	—	4 043 717 816

	31.03.2025					Total
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Depósitos à ordem e de poupança	1 899 944 509	—	—	—	—	1 899 944 509
Depósitos a prazo	—	780 388 700	1 302 654 519	—	—	2 083 043 219
	1 899 944 509	780 388 700	1 302 654 519	—	—	3 982 987 728

23. Imposto a receber/pagar

Em 31 de março de 2025, esta rubrica reflete o valor da estimativa de imposto referente ao período de 2024 e ainda não pago, bem como a estimativa de imposto sobre o rendimento relativa ao período de três meses findos em 31 de março de 2025.

24. Gastos com o pessoal

No período de três meses findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2025, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

	31.03.2024	31.03.2025
Remunerações	81 218 168	84 587 870
Benefícios aos empregados	486 019	5 095 770
Indemnizações	282 368	769 988
Encargos sobre remunerações	17 645 267	18 156 115
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	908 766	962 288
Gastos de ação social	1 736 847	1 860 035
Outros gastos com o pessoal	41 485	79 015
	102 318 921	111 511 081

O aumento dos gastos com pessoal no período, é explicado sobretudo pelo reflexo do aumento salarial, incluindo o aumento do salário mínimo nacional.

Remunerações dos órgãos sociais dos CTT, S.A.

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2025, as remunerações fixas e variáveis atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais dos CTT, S.A., foram as seguintes:

	31.03.2024				Total
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	484 681	62 500	16 275	—	563 456
	484 681	62 500	16 275	—	563 456
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	38 625	—	—	—	38 625
	38 625	—	—	—	38 625
	523 306	62 500	16 275	—	602 081

	31.03.2025				
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	Total
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	585 227	62 500	16 275	—	664 002
	585 227	62 500	16 275	—	664 002
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	38 625	—	—	—	38 625
Remun variável Longo prazo	804 579	—	—	—	804 579
	843 204	—	—	—	843 204
	1 428 431	62 500	16 275	—	1 507 206

Remuneração variável de longo-prazo ("RVLP")

Mandato 2020/2022

O modelo de remuneração variável de longo prazo para o mandato 2020/2022 teve por base a participação dos Administradores executivos e quadros dirigentes dos CTT no Plano de Opções.

O referido Plano de Opções previa a atribuição aos seus participantes de opções que conferiam o direito de atribuição de ações representativas do capital social dos CTT. O Plano de Opções fixava cinco tranches de opções que se distinguem apenas pelo seu preço de exercício ou *strike price* diferente. No caso dos quadros dirigentes, foi aprovado pelo Conselho de Administração, a atribuição de um número global de 1 200 000 opções, sujeitas às condições definidas para os órgãos sociais.

A data de exercício da totalidade das opções ocorreu a 1 de janeiro de 2023, atendendo ao final do mandato de 3 anos 2020/2022.

O Plano de Opções da Comissão Executiva previa a liquidação financeira de 25% das opções (*cash settlement*) e a liquidação física de 75% das opções (*equity settlement*). O Plano de Opções dos quadros dirigentes dos CTT previa a liquidação física de 100% das opções.

As condições de liquidação do plano estavam definidas da seguinte forma: 50% da RVLP foi liquidada no quinto dia de negociação imediatamente após a data da assembleia geral anual da Sociedade que teve lugar a 20 de abril 2023, metade por via de liquidação financeira em numerário, no caso da Comissão Executiva, (ou seja, 25% das opções) e a outra metade (ou seja, 25% das opções) por via de liquidação física através da entrega de ações CTT. No caso dos quadros dirigentes, os 50% da RVLP liquidados nesta data foram efetuados através de entrega física de ações CTT. Os restantes 50% da RVLP (ou seja, 50% das opções) são liquidados por via da entrega de ações CTT (liquidação física), em 2 tranches de 1/2 das ações retidas, respetivamente: (i) no quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2023 em assembleia geral anual que teve lugar a 23 de abril de 2024; e (ii) no quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2024 em assembleia geral anual da Sociedade a ter lugar em 2025, ou a 31 de maio de 2025 (consoante a data que ocorra posteriormente) e sujeito ao desempenho positivo da Sociedade em cada um dos exercícios de 2021 a 2024, respetivamente para cada tranche;

Atendendo ao final do mandato de 3 anos 2020/2022, a Comissão de Vencimentos, de acordo com o previsto no Plano de Opções, determinou, a 1 de janeiro de 2023, o número de ações a atribuir a cada um dos participantes a título de RVLP (cuja atribuição e liquidação ficam sujeitas às regras constantes do Plano de Opções, acima descritas). Este apuramento foi efetuado através de estudo realizado por entidade independente.

Considerando o acima mencionado, foi apurada a atribuição da seguinte quantidade de ações a cada participante a título de RVLP:

Participante	CEO	CFO	Restantes Administradores Executivos	Total
Ações	81 629	46 645	104 949	233 226

No caso dos quadros dirigentes foi apurado um total de 127 103 ações a atribuir.

A 31 de dezembro de 2024, considerando a entrega da segunda tranche, foi desreconhecido um montante de 841 648 Euros na rubrica “Reservas” em capital próprio, correspondente ao valor proporcional da liquidação física ocorrida (nota 15). Este montante foi desreconhecido em contrapartida do valor das ações próprias entregues no âmbito desta operação. O diferencial entre os dois montantes, no valor de 512 156 Euros.

Mandato 2023/2025

O modelo de remuneração variável de longo prazo para o mandato 2023/2025 tem por base a participação dos Administradores executivos no Plano de Opções, o qual está vertido na política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas em 23 de abril de 2024, com base na proposta da Comissão de Vencimentos.

De forma semelhante, o Conselho de Administração colocou em prática um Plano de Opções destinado a quadros dirigentes dos CTT, nos mesmos moldes do programa aprovado para os membros dos órgãos sociais.

O referido Plano de Opções prevê as seguintes principais regras aplicáveis à atribuição e ao exercício das opções e à liquidação financeira e entrega e retenção das ações ao abrigo da RVLP:

- O Plano de Opções regula a atribuição aos seus participantes de opções que conferem o direito de atribuição de ações representativas do capital social dos CTT, sujeito a determinadas condições aplicáveis ao exercício e liquidação das opções;
- O Plano de Opções fixa o número de opções atribuídas a exercer pelos participantes do Plano (diferenciado entre CEO, CFO, CCO e Quadros dirigentes), conforme tabela adiante, correspondendo a data de atribuição à data de aprovação do referido plano em Assembleia Geral;
- Cada Participante terá direito a receber três tranches distintas de Opções, cada uma com um Preço de Exercício distinto:

Tranche	Número de opções por participantes			Preço de exercício ou Strike Price
	CEO	CFO	CCO	
1	1 166 667	833 334	833 334	4,00 €
2	1 166 667	833 333	833 333	6,00 €
3	1 166 666	833 333	833 333	8,00 €

No caso dos quadros dirigentes, foi aprovado pelo Conselho de Administração, a atribuição de um número global de 2 010 000 opções, sujeitas às condições definidas para os órgãos sociais.

- A data de exercício da totalidade das opções corresponde a 1 de janeiro de 2026, atendendo ao final do mandato de 3 anos 2023/2025;
- O número de Ações a liquidar para cada tranche de Opções será calculado com base na aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{N.º de Ações} = \text{N.º de Opções exercidas} \times [(\text{Preço da Ação} - \text{Preço de Exercício (Strike Price)}) / \text{Preço da Ação}]$$

Onde:

Preço de Exercício (*Strike Price*): corresponde ao Preço de Exercício determinado na tabela acima; e,

Preço da Ação: corresponde à média aritmética dos preços, ponderada pelos respetivos volumes, das transações das ações da Sociedade ocorridas no mercado regulamento *Euronext Lisbon*, nas sessões de Bolsa que tenham lugar nos 120 dias anteriores à Data de Exercício.

- f. O Plano de Opções prevê a liquidação financeira de 25% das opções (*cash settlement*) e a liquidação física de 75% das opções (*equity settlement*), sem prejuízo de, a título excecional e num cenário de o número de ações próprias detidas pelos CTT não ser suficiente, determinar que a Comissão de Vencimentos estabeleça um mecanismo de compensação por via da atribuição de quantia em numerário e liquidação financeira das opções cuja liquidação física não seja possível. O Plano de opções dos quadros dirigentes dos CTT prevê a liquidação física de 100% das opções, com exceção das opções a atribuir aos membros da comissão executiva alargada, cujo plano, prevê, igualmente, a liquidação financeira de 25% das opções (*cash settlement*) e a liquidação física de 75% das opções (*equity settlement*);
- g. Caso haja lugar a atribuição de ações em função do desempenho bolsista e da verificação do desempenho positivo da Sociedade nos termos definidos no plano, as opções serão objeto de liquidação ao longo de período de diferimento/retenção;
- h. 50% da RVLP é liquidada no quinto dia de negociação imediatamente após a data da assembleia geral anual da Sociedade que aprova as contas relativas ao exercício de 2025 a ter lugar em 2026, sujeito à verificação do desempenho positivo com relação a cada um dos exercícios de 2023, 2024 e 2025, metade por via de liquidação financeira em numerário (ou seja, 25% das opções numa base proporcional com relação a cada uma das suas 3 tranches) e a outra metade (ou seja, 25% das opções igualmente numa base proporcional com relação a cada uma das suas 3 tranches) por via de liquidação física através da entrega de ações CTT. No caso dos quadros dirigentes, com exceção dos membros da comissão executiva alargada, os 50% da RVLP liquidados nesta data são efetuados através de entrega física de ações CTT;
- i. Os restantes 50% da RVLP (ou seja, 50% das opções igualmente numa base proporcional com relação a cada uma das tranches) são liquidados por via da entrega de ações CTT (liquidação física), em 2 tranches de 1/2 das ações retidas, respetivamente: (i) no quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2026 em assembleia geral anual da Sociedade a ter lugar em 2027, ou a 31 de maio de 2027 (consoante a data que ocorra posteriormente) e sujeito ao desempenho positivo da Sociedade em cada um dos exercícios de 2023 a 2026; e (ii) no quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2027 em assembleia geral anual da Sociedade a ter lugar em 2028, ou a 31 de maio de 2028 (consoante a data que ocorra posteriormente) e sujeito ao desempenho positivo da Sociedade em cada um dos exercícios de 2023 a 2027, respetivamente para cada tranche;
- j. O exercício das opções e a sua liquidação estão ainda sujeitos a condições de elegibilidade, sendo elas, a permanência em funções durante o mandato por regra, a ausência de situações

de incumprimento material do Plano de Opções e a não verificação das situações que dão lugar à aplicação dos mecanismos de ajustamento;

À data da atribuição, a determinação do justo valor das opções atribuídas, foi efetuada através de estudo realizado por entidade independente na data de atribuição do benefício. O modelo utilizado para a valorização do plano de ações foi o modelo de simulação Monte Carlo.

O montante relativo ao plano de ações respeitante a órgãos sociais e quadros dirigentes, reconhecido a 31 de março de 2025, ascendeu a 804 579 Euros, estando a componente de liquidação financeira, reconhecida na rubrica “Benefícios aos empregados”, no montante de 509 107 Euros e a componente de liquidação em instrumentos reconhecida na rubrica “outras reservas”, no montante de 295 472 Euros (nota 15).

Para a componente de liquidação financeira, o valor da responsabilidade é atualizado no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do justo valor destas à data de reporte, com base num estudo efetuado por entidade independente.

Remuneração variável anual (“RVA”):

No período findo a 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido o montante de 980 387 Euros a título de estimativa de Remuneração variável anual para os membros dos Órgãos Sociais. Em 2024, foi efetuado o apuramento do montante final a liquidar, tendo já sido liquidado 50% do montante, conforme estipulado no Regulamento de Remunerações.

No período findo a 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido o montante de 738 831 Euros a título de estimativa de Remuneração variável anual para os membros dos Órgãos Sociais.

Benefícios aos empregados

A variação registada na rubrica de “Benefícios aos empregados” reflete essencialmente os acordos de suspensão de contratos de trabalho celebrados no período findo em 31 de março de 2025.

No período de três meses findos em 31 de março de 2025 encontra-se incluído na rubrica “Gastos com o pessoal” o montante de 471 405 Euros relativo a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores (31 de março de 2024: 225 675 euros).

No período findo em 31 de março de 2025, o nº médio de pessoal ao serviço do Grupo era de 13 390 (13 574 colaboradores no período findo em 31 de março de 2024).

25. Gastos e rendimentos financeiros

No decurso dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2025, a rubrica referente a “Gastos e perdas financeiros” tinha o seguinte detalhe:

	31.03.2024	31.03.2025
Juros suportados		
Financiamentos bancários	1 462 107	1 038 010
Passivos de locação	1 002 843	1 518 695
Outros juros	10 067	—
Gastos financeiros - Benefícios de empregados	1 476 534	1 549 213
Outros gastos de financiamento	121 477	108 335
	4 073 028	4 214 254

No decurso dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2025, a rubrica “Rendimentos financeiros” encontrava-se detalhada como se segue:

	31.03.2024	31.03.2025
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	8 618	196 759
Outros rendimentos similares		43 589
	8 618	240 348

26. Impostos sobre o rendimento

As empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 21%, à qual acresce a Derrama Municipal, fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama Estadual que corresponde a 3% do excedente do lucro tributável entre 1 500 000 Euros e 7 500 000 Euros, 5% do excedente entre 7 500 000 Euros até 35 000 000 Euros e 9% no montante que exceda os 35 000 000 Euros. A CTT – Expresso, S.A., sucursal em Espanha encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em Espanha, em sede de Impuesto sobre Sociedades (“IS”) à taxa de 25%, assim como a subsidiária CORRE se encontra sujeita em Moçambique a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRPC”) à taxa de 32%. No apuramento do imposto devido assim como em sede de cumprimento de obrigações fiscais são ainda considerados regimes societários e fiscais especiais, como se verifica no caso da CTT IMO Yield, S.A. - SIC Sociedade Imobiliária Fechada e do Fundo 1520 Innovation Fund, Fundo de Capital de Risco Fechado, entidades sedeadas em Portugal.

Os CTT são tributados em sede de IRC juntamente com as suas participadas CTT – Expresso, S.A., Payshop Portugal, S.A., CTT Contacto, S.A., Banco CTT, S.A., 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A., CTT Soluções Empresariais, S.A., CTT IMO – Sociedade Imobiliária, S.A., NewSpring Services, S.A., MedSpring, S.A. e CTT Services, S.A. em resultado da opção pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”). As entidades NewSpring Services, S.A., MedSpring, S.A., CTT IMO Yield, S.A. e CTT Services, S.A. integraram o RETGS em 2023. No exercício de 2024, tendo em conta que já não cumpre com todos os requisitos previstos naquele regime, a CTT IMO Yield, entretanto convertida numa SIC Imobiliária Fechada saiu do RETGS.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2025, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto, foi efetuada como segue:

	31.03.2024	31.03.2025
Resultado antes de impostos (a)	10 879 911	7 252 441
Taxa nominal de imposto	21,0%	20,0%
	2 284 781	1 450 488
Benefícios fiscais	(48 374)	(126 686)
Mais/(menos)-valias contabilísticas	(1 857)	(4 521)
Mais/(menos)-valias fiscais	929	2 261
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	79 101	(45 682)
Perdas e reversões por imparidade	4 123	(57 647)
Indemnizações por eventos seguráveis	3 160	93 865
Depreciações e encargos com aluguer de viaturas	30 232	69 886
Créditos incobráveis	16 065	63 579
Diferença entre taxas de imposto corrente e diferido	322 196	(290 666)
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos	12 937	40 924
Venda e relocação de ativos fixos tangíveis	130 902	(811 292)
Resultados de entidades sujeitas a regimes de tributação especiais	(214 700)	(446 538)
Outras situações, líquidas	(298 646)	171 028
Ajustamentos à coleta - Tributação autónoma	138 492	112 881
Imposto diferido de prejuízos fiscais reportáveis acumulados	542 875	554 141
Crédito fiscal SIFIDE	(143 572)	(72 705)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	92 347	—
Subtotal (b)	2 950 991	703 317
(b)/(a)	27,12%	9,70%
Ajustamentos à coleta - Derrama Municipal	161 780	201 851
Ajustamentos à coleta - Derrama Estadual	286 304	324 353
Imposto sobre o rendimento do período	3 399 075	1 229 521
Taxa efectiva de imposto	31,24%	16,95%
Imposto sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	1 959 729	2 701 658
Imposto diferido	1 490 571	(1 399 432)
Crédito fiscal SIFIDE	(143 572)	(72 705)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	92 347	—
	3 399 075	1 229 521

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2025, a rubrica “Crédito Fiscal SIFIDE” refere-se, essencialmente, a valores do crédito fiscal SIFIDE, respeitante ao ano de 2022 (143 572 Euro e 72 705 Euros, respetivamente).

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, os saldos referentes a impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

	31.12.2024	31.03.2025
Ativos por impostos diferidos		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	42 620 632	42 315 859
Benefícios aos empregados - plano pensões	60 651	87 781
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	6 619 989	7 289 997
Perdas por imparidade e provisões	2 048 044	1 998 959
Prejuízos fiscais reportáveis	12 464 197	12 233 378
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	736 367	763 639
Remuneração variável de longo prazo (Plano de ações)	1 304 162	1 521 398
Terrenos e edifícios	49 689	—
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	254 355	187 217
Transações de venda e relocação de ativos fixos tangíveis	7 965 779	8 777 071
Outros	29 921	29 921
	74 153 787	75 205 221
Passivos por impostos diferidos		
Excedentes de revalorização antes IFRS	406 587	391 416
Mais-valias suspensas	262 284	259 295
Movimentos PPA - New Spring Services	185 230	159 972
Ajustamentos justo valor	1 500 837	1 189 430
Outros	216 760	222 745
	2 571 698	2 222 858

O imposto diferido passivo relativo a “ajustamentos de justo valor” respeita essencialmente ao imposto diferido associado à rubrica “ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados”.

No ano findo em 31 de dezembro de 2024 e o período de três meses findos em 31 de março de 2025, o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos foi o seguinte:

	31.12.2024	31.03.2025
Ativos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	71 395 868	74 153 787
Efeitos em resultados		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	(2 293 897)	(304 773)
Benefícios aos empregados - plano pensões	(8 543)	27 130
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	1 281 910	670 008
Perdas por imparidade e provisões	(4 369 725)	(49 085)
Prejuízos fiscais reportáveis	9 284 928	(230 819)
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	65 049	27 272
Remuneração variável de longo prazo (Plano de ações)	487 719	217 236
Terrenos e edifícios	(1 840)	(49 689)
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	(273 194)	(67 138)
Transações de venda e relocação de ativos fixos tangíveis	(818 501)	811 292
Custos com rescisão de contratos	(2 241 459)	—
Outros	(85 797)	—
Efeito em capitais próprios		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	1 728 906	—
Benefícios aos empregados - plano pensões	2 363	—
Saldo final	74 153 787	75 205 221

	31.12.2024	31.03.2025
Passivos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	4 670 707	2 571 698
Efeito em resultados		
Excedentes de revalorização antes IFRS	(116 399)	(15 171)
Mais-valias suspensas	(22 113)	(2 989)
Movimentos PPA - NewSpring Services	(101 035)	(25 259)
Ajustamentos justo valor	(1 919 506)	(311 407)
Outros	25 117	6 828
Efeito em capitais próprios		
Outros	34 926	(843)
Saldo final	2 571 698	2 222 858

No ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findos em 31 de março de 2025 os prejuízos fiscais detalham-se como segue:

	31.12.2024		31.03.2025	
	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos
CTT Expresso, SA, Sucursal em Espanha	67 972 890	9 567 078	67 407 161	9 425 645
CTT Expresso/Transporta	10 934 187	2 287 763	10 691 294	2 245 172
CTT Soluções Empresariais/HCCM	629 266	132 146	218 711	45 929
Open Lockers	2 272 430	477 210	2 460 151	516 632
Total	81 808 773	12 464 197	80 777 316	12 233 378

No caso da CTT Expresso, sucursal em Espanha, os prejuízos referem-se ao ano de 2014 e podem ser reportados nos 18 anos seguintes (disponíveis para reporte até 2032) e aos prejuízos fiscais de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 sem limite temporal para o seu reporte. A 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido o montante de 9 567 078 Euros de imposto diferido ativo sobre os prejuízos fiscais acumulados, considerando, por um lado, as normais fiscais espanholas, assim como o facto, do plano de negócios atual prever a geração de lucros tributáveis nos próximos anos, em linha, com o aumento relevante da performance operacional e financeira desta entidade. Em 31 de março de 2025 aquele valor é de 9 425 645.

No que respeita à CTT Expresso/ Transporta, os prejuízos apresentados referem-se às perdas fiscais verificadas nos anos de 2014 e 2015 e de 2017 e 2018 da Transporta uma vez que em 2019 esta empresa foi incorporada na CTT Expresso, os quais podem ser reportados em um ou mais períodos de tributação posteriores, de acordo com as regras estabelecidas no código do IRC. O reconhecimento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais da Transporta encontra-se suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros da CTT Expresso, baseada no plano de negócios da empresa.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria como impacto um aumento do imposto sobre o rendimento do período de cerca de 2,73 milhões de Euros.

SIFIDE

O Grupo reconhece uma estimativa do crédito fiscal que foi submetido para certificação pela autoridade competente (ANI – Agência Nacional de Inovação) no período a que dizem respeito os investimentos.

Relativamente às despesas incorridas com I&D pelo Grupo no exercício económico de 2022, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante de 4 169 551 Euros, tendo o Grupo a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de IRC estimada em 1 648 062 Euros. A

31 de março de 2025, o crédito fiscal atribuído pela Comissão Certificadora totalizava 1 612 981 Euros, encontrando-se o remanescente a aguardar o respetivo deferimento..

Relativamente às despesas incorridas com I&D pelo Grupo no exercício económico de 2023, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante de 8 054 187 Euros, tendo o Grupo estimado uma dedução à coleta em sede de IRC de 4 391 472 Euros. A 31 de dezembro de 2024, o crédito fiscal atribuído pela Comissão Certificadora totalizava 1 034 788 Euros no Grupo. De acordo com a informação histórica, o Grupo CTT, tem uma elevada taxa de sucesso no deferimento do crédito fiscal submetido à ANI, não tendo ocorrido em anos anteriores correções significativas aos valores auto-liquidados na modelo 22, pelo que, e de acordo com o disposto na IFRIC 23, foi considerado um crédito de imposto através da auto-liquidação efetuada na Modelo 22 de 2023, no montante de 3 816 530 Euros no Grupo.

Quanto ao exercício económico de 2024, o Grupo encontra-se ainda a identificar e quantificar as despesas incorridas com I&D que irão integrar as candidaturas que serão submetidas no decurso do ano de 2025.

Pilar II

A transição do mundo para aldeia global, o aumento crescente da rapidez das transações, a agilização das relações comerciais, entre outros fenómenos, vêm desafiar as normas fiscais em vigor, obrigando a uma inevitável renovação e conjugação de esforços entre jurisdições, governos e políticas fiscais nacionais nacionais – no fundo passando a haver lugar a uma harmonização fiscal no que ao imposto sobre o rendimento das empresas diz respeito.

Neste contexto, a OCDE encetou o projecto BEPS (*Base Erosion and Profit Shifting*) do qual resultou a adoção de 15 ações/planos a ser seguidos e que indicam normas fiscais a serem adotadas e implementadas pelos governos nacionais no sentido de abolir a elisão e evasão fiscal, visando a tributação efetiva das atividades económicas na jurisdição(ões) onde os respetivos lucros são gerados e em que o valor acrescentado seja realmente gerado.

Em 2021, logrou-se o acordo entre os membros do G20 para a implementação do vulgarmente designado Pilar II referente ao método e critério de tributação de lucros obtidos por entidades multinacionais, assim como à forma de alocação, entre os estados, do poder de arrecadação de receita fiscal.

De acordo com o Pilar II, as sociedades inseridas em grupos multinacionais com volume de negócios global anual superior a 750 milhões de euros estarão sujeitas, independentemente da jurisdição a que pertençam, a uma taxa mínima de impostos sobre o rendimento das sociedades de 15%.

A imposição desta taxa mínima visa evitar que, com base em práticas e políticas fiscais abusivas, se verifiquem desequilíbrios entre as taxas e regimes fiscais nas diferentes jurisdições ou que haja um aproveitamento ilícito por falta de sujeição a ou pagamento de imposto.

A Directiva da UE 2022/2523 previa a sua transposição pelos Estados-Membros aderentes até 31 de dezembro de 2023, o que não se verificou em algumas jurisdições, entre as quais Portugal que viria a cumprir com o dever de transposição da Directiva com a publicação oficial, a 8 de novembro de 2024, da Lei n.º 41/2024.

O Grupo, por estar abrangido pelo âmbito de incidência subjetiva da Diretiva, realizou uma avaliação do possível impacto em cada uma das jurisdições em que está presente à luz das normas da Diretiva, assim como dos diplomas nacionais publicados, definindo as tarefas internas e de reporte a realizar nesse âmbito.

O cumprimento das obrigações fiscais e declarativas relativas ao Pilar II deverá ser executado em conjugação com a informação reportada no CbCR (Country by Country Report) que tem vindo a ser submetido e preparado pelo Grupo assim como em outros reportes realizados e a realizar.

Configurando um regime inovador, está previsto um regime transitório, nomeadamente em termos de prazo, para aplicação das normas e permitindo uma adaptação progressiva a este novo regime.

Além disso, certas jurisdições estarão excluídas do âmbito de aplicação de tais normas.

Por outro lado, estão previstas cláusulas *safe-harbour* que se caracterizam por dispensar, desde que cumpridos certos requisitos e/ou limites, a aplicação efetiva de cumprimento de certas obrigações e afastando a sujeição à mencionada taxa mínima.

A análise realizada que incluiu a verificação, através de testes à informação financeira do Grupo e à verificação efetiva de requisitos objetivos, permitiu concluir que em nenhuma das jurisdições relevantes neste âmbito será devido imposto a que se refere o Pilar II.

Tais conclusões resultam da interpretação das normas da Diretiva e dos diplomas nacionais assim como da doutrina internacional especializada em matéria de tributação internacional e fundam-se nos acima mencionados regimes excecionais ou especiais.

Considerando a relevância do Pilar II e o potencial impacto no Grupo, serão monitorizadas e avaliadas, nas jurisdições relevantes, alterações de facto que possam alterar as conclusões da análise realizada, nomeadamente as resultantes de diferenças da realidade face ao plano de negócio ou da ocorrência de alguma alteração societária e/ou fiscal.

Por outro lado, acompanharemos as alterações legislativas e o desenvolvimento das posições interpretativas das normas de modo a antecipar os respetivos impactos na esfera do Grupo.

A alteração à IAS 12 introduziu uma exceção temporária mandatória de reconhecimento de impostos diferidos no âmbito do Pilar II que será considerada e seguida pelo Grupo nos reportes que deva realizar.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos CTT de 2021 e seguintes podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025.

27. Partes relacionadas

O Regulamento sobre Avaliação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas dos CTT define parte relacionada como: acionista qualificado, dirigente, administrador de sociedades subsidiárias ou terceiro com qualquer destes relacionado através de interesse comercial ou pessoal relevante (nos termos do IAS 24) e ainda sociedades subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (*joint ventures*) dos CTT. Considera-se existir um “interesse comercial ou pessoal relevante” em relação (i) aos familiares próximos dos dirigentes, dos administradores de sociedades subsidiárias e de acionistas

qualificados que, em cada momento, detenham influência significativa sobre os CTT, bem como (ii) a entidades controladas (individual ou conjuntamente) seja pelos dirigentes ou administradores de sociedades subsidiárias, seja pelos acionistas qualificados seja pelas pessoas referidas em (i). Para este efeito, considera-se existir “controlo” quando um investidor está exposto ou é detentor de direitos relativamente a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a mesma e tem capacidade para afetar esses resultados através do poder que exerce sobre a investida. Por sua vez, são “familiares próximos”: (i) o cônjuge ou parceiro doméstico e (ii) os filhos e dependentes do próprio e das pessoas referida em (i).

De acordo com o Regulamento as transações significativas com partes relacionadas devem ser aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, precedida de parecer prévio favorável por parte da Comissão de Auditoria, assim como as transações que os membros dos órgãos de administração dos CTT e/ou subsidiárias realizem com os CTT e/ou subsidiárias, salvo quando se encontrem compreendidas no próprio comércio da sociedade em causa e não seja concedida qualquer vantagem especial ao administrador diretamente ou por pessoa interposta. Entende-se por transação significativa, qualquer transação com parte relacionada cujo montante seja superior a um milhão de Euros, e/ou realizada fora do âmbito da atividade corrente dos CTT e/ou subsidiárias e/ou fora das condições de mercado.

As demais “Transações com partes relacionadas” são aprovadas pela Comissão Executiva, na medida da respetiva delegação de competências, e sujeitas a verificação *a posteriori* da Comissão de Auditoria.

No decurso dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2025, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

31.03.2024					
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos
Acionistas	—	—	—	—	—
Empresas do Grupo CTT					
Associadas	—	—	—	—	—
Conjuntamente controladas	307 795	82 104	210 884	135 402	—
Membros do (Nota 24)					
Conselho de Administração	—	—	—	484 681	—
Comissão de Auditoria	—	—	—	62 500	—
Comissão de Vencimentos	—	—	—	16 275	—
Assembleia Geral	—	—	—	—	—
	307 795	82 104	210 884	698 859	—

31.03.2025					
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos
Acionistas	—	—	—	—	—
Empresas do Grupo CTT					
Associadas	—	—	—	—	—
Conjuntamente controladas	126 151	30 371	138 840	91 031	—
Membros do (Nota 24)					
Conselho de Administração	—	—	—	585 227	—
Comissão de Auditoria	—	—	—	62 500	—
Comissão de Vencimentos	—	—	—	16 275	—
Assembleia Geral	—	—	—	—	—
	126 151	30 371	138 840	755 032	—

No âmbito de transações realizadas com partes relacionadas não foram assumidos compromissos, ou dadas ou recebidas quaisquer garantias.

Não foram reconhecidas provisões para dívidas duvidosas ou gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou duvidosas devidas por partes relacionadas.

As remunerações dos órgãos sociais dos CTT, S.A. encontram-se divulgadas na nota 24 – Gastos com Pessoal.

28. Outras informações

No contexto do enquadramento regulamentar em vigor desde fevereiro de 2022 e do Convénio sobre critérios a que deve obedecer a formação dos preços dos serviços postais que compõem o cabaz de serviços do serviço universal (Convénio de Preços do Serviço Universal) para o triénio 2023-2025, de 27 de julho de 2022, os preços destes serviços foram atualizados em 1 de fevereiro de 2025. A atualização corresponde a uma variação média anual do preço de 6,90%. A variação média anual global dos preços, refletindo também o efeito da atualização dos preços especiais do correio em quantidade, é de 6,53%.

No âmbito dos processos judiciais relativos à Decisão da ANACOM referente aos parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho aplicáveis à prestação do SPU, de julho de 2018, segue os seus termos o processo de recurso interposto pelo Estado da decisão do Tribunal Arbitral, a qual reconheceu que a decisão da ANACOM consubstanciou uma alteração anormal e impressionante das circunstâncias, causando danos no valor de 1 869 482 euros. Nas ações administrativas intentadas contra a ANACOM, a primeira relativa à mesma decisão e a segunda relativa à deliberação de dezembro de 2018 referente aos novos procedimentos de medição a aplicar aos indicadores, não se registam desenvolvimentos relevantes. A 24 de janeiro de 2024, os CTT foram notificados da decisão que condenou o Estado a pagar aos CTT o montante de 2 410 413 Euros. O Estado impugnou a decisão, estando em curso o respetivo processo.

No processo de contraordenação em que os CTT foram acusados pela ANACOM, por alegada violação do procedimento de medição dos indicadores de qualidade de serviço (IQS) em 2016 e 2017, o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão veio condenar os CTT no pagamento de uma coima única no valor de 400 000 Euros, em vez de 830 000 Euros. Em 24 de fevereiro de 2025, o Tribunal da Relação de Lisboa decidiu julgar parcialmente procedente o recurso, tendo absolvido os CTT da prática da contraordenação que lhe vinha imputada por, entre 1 de janeiro de 2016 e 30 de setembro de 2016, não ter efetuado a medição dos níveis de qualidade de serviço efetivamente oferecidos através do recurso a uma entidade externa e independente, reduzindo a coima única para 275 000 Euros. Foi apresentado recurso relativo a questões processuais, estando o processo a aguardar os seus ulteriores termos.

Na sequência da proposta de aplicação de multas contratuais, no valor de 753 mil euros a 4 de agosto de 2022, os CTT requereram constituição de um tribunal arbitral, nos termos do contrato de concessão. A 1 de julho de 2024, o tribunal arbitral decidiu, com um voto de vencido, reduzir o valor global das multas em apenas 51 000 Euros. Os CTT apresentaram recurso de revista do acórdão arbitral para o Supremo Tribunal Administrativo. Pelos mesmos factos relativos a 2015 e 2016 (situações variadas relativas à distribuição e publicação informação nas lojas), a 19 de abril de 2024, os CTT foram notificados da acusação da ANACOM pela prática de contraordenações, tendo aplicado uma coima 398 750 Euros. Foi apresentado recurso para o Tribunal da Relação que absolveu os CTT de 4 ilícitos contraordenacionais e reduziu a coima para 200 000 Euros. Não obstante, mantendo-se a decisão relativa a questões processuais de produção de prova na primeira instância, também objeto do recurso, os CTT recorreram, aguardando-se a decisão final.

Em 23 de fevereiro de 2023, os CTT foram notificados para se pronunciarem sobre uma nova proposta de aplicação de multas contratuais apresentada pela ANACOM ao Governo, relativamente ao alegado incumprimento contratual da obrigação de qualidade de serviço nos anos 2016, 2017, 2018 e 2019. Os

CTT apresentaram a sua pronúncia em 6 de abril de 2023, na qual defendem a inexistência de qualquer fundamento de facto ou de direito para o apuramento de qualquer responsabilidade contratual e requerem diligências adicionais de prova. A aplicação de multas contratuais e o respetivo valor depende dos ulteriores trâmites do procedimento administrativo, que ainda não teve desenvolvimentos relevantes.

Em maio de 2024, os CTT foram notificados da decisão do Supremo Tribunal Administrativo (STA) no sentido de revogar o acórdão proferido pelo Tribunal Arbitral, o qual, por unanimidade, tinha condenado o Estado a pagar aos CTT os montantes de (i) 6 785 781 Euros a título de compensação pelos prejuízos decorrentes dos efeitos da pandemia COVID-19 e de (ii) 16 769 864 Euros pela prorrogação unilateral do Contrato de Concessão no ano de 2021. Esta decisão, aprovada por um coletivo de três juízes, teve um voto de vencido relativo à parte (i), tendo sido objeto de recurso para o Tribunal Constitucional, na parte relativa à decisão sobre a compensação pelos prejuízos decorrentes dos efeitos da pandemia COVID-19. Admitido em 12 de julho de 2024 pelo STA, aguarda decisão do Tribunal Constitucional.

Segue os seus termos, aguardando ainda o início da fase de produção de prova, o processo iniciado a 18 de janeiro 2022, pelas sociedades Vasp Premium – Entrega Personalizada de Publicações, LDA. (Vasp) e Iberomail – Correio Internacional, S.A., (Iberomail) contra os CTT junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, pedindo a condenação dos CTT por abuso de posição dominante. Pautando-se pelas melhores práticas de atuação no mercado, os CTT consideram o pedido totalmente infundado, sendo que este processo tem por objeto factos apreciados pela Autoridade da Concorrência (AdC), num procedimento arquivado com imposição de compromissos, que os CTT implementaram e reportam anualmente à AdC.

Parceria estratégica CTT e DHL

A 19 de dezembro de 2024, os CTT e a Deutsche Post International, B.V. (“DHL” ou “Grupo DHL”), uma parceria com o objetivo de unir esforços em Portugal e Espanha e constituir um empreendimento de elevado desempenho para endereçar os mercados de encomendas de comércio eletrónico – nos segmentos B2C e B2B - com capacidade diária superior a um milhão de envios e serviços *out-of-home* na Península Ibérica.

Esta parceria estratégica está direcionada para gerar eficiências e abordar as oportunidades de crescimento nos mercados de e-commerce e distribuição de encomendas em Espanha e Portugal. Esta colaboração destina-se a criar uma rede abrangente de recolha e distribuição em Portugal e Espanha.

Para materializar a parceria, (i) a CTT Expresso adquirirá integralmente a DHL Parcel Portugal, Unipessoal Lda (“DHL Parcel Portugal”); (ii) os CTT adquirirão ainda uma participação indireta de 25% na DHL Parcel Iberia SL (“DHL Parcel Iberia”) através da sua holding, Danzas SL (“Danzas”), que a detém integralmente e (iii) a DHL irá adquirir uma participação de 25% na CTT Expresso. Tanto a DHL Parcel Iberia como a DHL Parcel Portugal fazem parte da divisão de comércio eletrónico do Grupo DHL. Ambas as Partes concederão uma à outra a opção de aumentar, no futuro e sujeita ao cumprimento de certas condições, as suas participações até 49% nas respetivas empresas.

Como parte deste Acordo, o negócio de comércio eletrónico da DHL em Portugal será totalmente transferido para a CTT Expresso. Em Espanha, o enfoque será racionalizado, de modo a promover ambos os serviços B2C e B2B, com o objetivo de criar uma rede altamente eficiente para processamento de encomendas e entrega de última milha, enriquecendo a experiência de cliente em toda a Península Ibérica. A CTT Expresso, incluindo os negócios de CEP e de cacifos em Portugal e em Espanha e a DHL Parcel Portugal, continuará a ser consolidada integralmente pelos CTT, que manterão uma participação controladora de 75%, enquanto a DHL Parcel Iberia, correspondente a uma posição de 25%, será consolidada pelo método de equivalência patrimonial.

A Transação avalia a CTT Expresso em Ativos da Empresa (“*enterprise value*”) de 482 milhões de euros, a DHL Parcel Iberia em *enterprise value* de 106 milhões de euros, e a DHL Parcel Portugal em *enterprise value* de 12 milhões de euros. Adicionalmente, as Partes acordaram em alavancas de valorização para os CTT e a DHL, não incluídas no *enterprise value*, que resultam num montante de 15 milhões de euros a ser pago pelos CTT à DHL. Após a conclusão da fase inicial da Transação e considerando os *enterprise value* e as alavancas de valorização, estima-se que os CTT receberão da DHL um encaixe líquido no valor de 69 milhões de euros, assumindo uma base livre de dívida/caixa. Este montante será confirmado, de acordo com as contas na conclusão da Transação. Este montante não inclui a aquisição da Cacesa, através da CTT Expresso, tal como anunciado ao mercado em 18 de dezembro de 2024.

As transações estão sujeitas às habituais condições de conclusão da transação, incluindo as aprovações regulamentares aplicáveis. A Transação só será implementada após obtenção de aprovação dos relevantes requisitos de controlo de concentrações. Prevê-se que a transação fique concluída no segundo semestre de 2025.

Esta Transação representa um marco transformacional no percurso dos CTT para se tornarem um operador líder de logística de e-commerce na Península Ibérica. A Transação reforçará ainda mais a posição de liderança dos CTT no *e-commerce* ibérico.

29. Eventos subsequentes

Em 15 de abril de 2025 foi assinado um contrato de financiamento com um sindicato de bancos (BBVA, Novo Banco, Montepio e CGD) com o propósito de financiar a operação de aquisição da Cacesa, empresa espanhola bem posicionada no mercado aduaneiro de comércio eletrónico internacional, conforme comunicado ao mercado no dia 18 de dezembro de 2024. Este financiamento, no montante de 110 milhões de Euros, contraído pelos CTT, está estruturado como um empréstimo obrigacionista pelo prazo total de 6 anos com um período de carência de 1,5 anos.

Em 23 de abril de 2025 foi efetuado, na CTT Expresso, um aumento de capital no valor de 110 000 800 Euros, com o objetivo de dotar esta entidade com os fundos necessários para adquirir a Cacesa.

Na sequência da autorização, sem reservas, da Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia (“CNMC”) para aquisição do controlo exclusivo da Compañía Auxiliar al Cargo Expres, S.A.U. (“Cacesa”), os CTT, em 30 de abril de 2025 completaram, através da sua subsidiária CTT Expresso, a aquisição da totalidade do capital da Cacesa, anunciada a 18 de dezembro de 2024, por um valor total de 106,8 M€. A aquisição valoriza os ativos da Cacesa (“Enterprise Value”) em 89,1 M€, correspondente a um múltiplo de EBIT de 5,2x.

A 17 de abril de 2025 foi concluído o programa de recompra de ações próprias anunciado em 19 de julho de 2024, tendo, ao abrigo deste Programa, sido adquiridas 4 620 000 ações pelo montante global de 25 milhões de euros.

Na Assembleia Geral que ocorreu no dia 30 de abril de 2025 foi aprovada a extinção das 4 620 000 ações adquiridas ao abrigo do programa de recompra de 2024-25 e a correspondente redução do capital social da empresa. No seguimento desta deliberação da AG 2025, os CTT procederão em breve a uma redução do respetivo capital social no montante de 2 310 000 € mediante a extinção de 4 620 000 ações próprias representativas de 3,34% do capital dos CTT e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias 2024-25 supracitado. O capital social dos CTT passará então a ser de 66 910 000 €, representado por 133 820 000 ações com um valor nominal de cinquenta cêntimos por ação.

Após 31 de março de 2025, para além dos pontos acima referidos e até à data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, não ocorreu qualquer outro facto relevante, considerado material, para a atividade do Grupo que não tenha sido divulgado no anexo às demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

